

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - N° 020

TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 1997

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA
Presidente
 José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
 Ermandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário
 Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Ney Suassuna – PMDB – PB
 Emilia Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)
 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Omellas – PFL – BA
 Emilia Fernandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
 Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
 José Roberto Arruda – PSDB – DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
 Jáder Barbalho

Vice-Líderes
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
 Hugo Napoleão

Vice-Líderes
 Edison Lobão
 Francelino Pereira
 Joel de Holanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
 Sérgio Machado

Vice-Líderes
 Geraldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
 Epitacio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
 Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder
 Júnia Marise

Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
 Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
 Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
 Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
 Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
 Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
 Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
 Presidência do Senado Federal
 (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

AVISO

A PRESIDÊNCIA COMUNICA AOS SENHORES SENADORES
QUE A PRIMEIRA REUNIÃO PREPARATÓRIA DESTINADA À ELEIÇÃO
DA MESA REALIZAR-SE-Á NO DIA 4 DE FEVEREIRO DO CORRENTE,
ANO, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE FEVEREIRO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Senhor do Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

Nº 57, de 1997 (nº 148/97, na origem), de 30 de janeiro último, referente à escolha do nome do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício.

03713

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Empobrecimento dos municípios brasileiros. Precariedade dos sistemas de arrecadação dos municípios.

03717

SENADOR BERNARDO CABRAL – Rebatendo críticas feitas à Zona Franca de Manaus, com a divulgação do trabalho realizado pelo Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, em que mostra o baixo índice de importação da Zona Franca com relação às importações brasileiras. Destacando a importância da Zona Franca de Manaus para preservação da região e para o desenvolvimento, não somente do Estado do Amazonas, mas também de outras partes do território brasileiro.

03718

SENADOR ERNANDES AMORIM – Indignação dos taxistas do Estado de Rondônia, em virtude de lei estadual que proíbe o transporte in-

termunicipal por meio de táxis. Críticas ao jornalista Arnaldo Jabor pela divulgação de notícia invérida, no programa "Bom Dia Brasil", da ocorrência de um novo "trem da alegria" no Senado Federal.....	03720
SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Preocupação com o déficit da balança comercial brasileira.....	03723
SENADOR LAURO CAMPOS – Sucateamento do parque industrial brasileiro, com a abertura comercial aos produtos estrangeiros. Desemprego mundial no processo de globalização.....	03723
SENADOR RAMEZ TEBET – Reunião de prefeitos e vereadores em Viema, em Mato Grosso do Sul, buscando uma política de desenvolvimentos regional, tendo em vista o fortalecimento dos municípios. Artigo publicado na Folha de S. Paulo de hoje, intitulado "Brasil: o resgate do interior", de autoria do jornalista Augusto Marzagão.....	03726
SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Comentando a tramitação e a sanção da lei que estabelece o princípio de doação presumida de órgãos humanos para transplante.....	03731
SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Importância da aprovação, nesta Casa, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Programa de Alfabetização Solidária.....	03732
SENADOR EDUARDO SÚPLICY – Solidarizando-se com o discurso da Senadora Emilia Fernandes. Projeto de sua autoria, em tramitação na Câmara dos Deputados, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima. Combate ao trabalho infantil pelo governo brasileiro. Programa de Bolsa Escola.....	03738

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Luta pela libertação do Timor Leste do domínio militar da Indonésia.....	03741	SENADOR ADEMIR ANDRADE – Resolução do Diretório Nacional do PSB contrária à emenda da reeleição.....	03754
SENADOR JONAS PINHEIRO – Necessidade de implantação da hidrovia Madeira – Amazonas, com o intuito de baratear e tornar competitivo os custos de transporte, facilitando assim o escoamento da produção agrícola da região.....	03743	SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Projeto de lei complementar da reforma do sistema financeiro, em tramitação no Senado Federal, e que, ao seu ver, deve merecer amplo debate dos Senadores.	03755
SENADOR ROMÉU TUMA – Parabenizando a Senadora Marina Silva, uma das três brasileiras a ser homenageada em Davos pela Fundação Fórum Econômico Mundial. Preocupação com o noticiário em torno da CPI dos títulos públicos que tem trazido à sociedade brasileira: prejuízo público, sonegação, estelionato, falsidade ideológica e outras coisas.....	03745	1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação	
1.2.3 – Leitura de projeto		SENADOR CASILDO MALDANER – Situação caótica da saúde pública no Brasil. Utilização indevida dos recursos da seguridade social para pagamento das dívidas interna e externa.....	03756
Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1997, de autoria do Senador Ermalino Amorim, que autoriza o Poder Executivo Federal a promover acordos com os países que menciona, para a implantação de agrovilas nas terras da União, situadas na faixa internacional de fronteiras das regiões Norte e Oeste do Brasil e dá outras providências.	03747	SENADOR LUCIO ALCÂNTARA – Participação de S. Ex ^a no encerramento do Ciclo de Debates sobre Interiorização do Desenvolvimento do Ceará – I INTERCEARÁ, realizado em Fortaleza – CE, no dia 24 de janeiro último, com o objetivo de debater questões relativas à região do Cariri.....	03758
1.2.4 – Requerimentos		1.2.8 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão	
Nº 119, de 1997, de autoria do Senador Edison Lobão, solicitando à Mesa do Senado as informações que menciona. Deferido.....	03752	1.3 – ENCERRAMENTO	
1.2.5 – Comunicação da Presidência		2 – RETIFICAÇÃO	
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.566, em 29 de janeiro de 1997 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente. Designação da comissão mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....	03752	Ata da 25 ^a Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 30 de janeiro de 1997 (Publicada no DSF, de 31 de janeiro de 1997).	03761
1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)		3 – ATA DE COMISSÃO	
SENADOR EDUARDO SUPlicy – Impasse no Conselho de Ética do Senado quanto à representação feita por S. Ex ^a contra o Senador Odacir Soares.....	03753	3 ^a Reunião Ordinária da Comissão Diretora, realizada em 30 de janeiro de 1997.....	03761
		4 – ATO DO PRESIDENTE	
		Nº 5, de 1997.....	03762
		5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 78 a 85, de 1997.....	03763
		6 – MESA DIRETORA	
		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 27^a Sessão Não deliberativa em 3 de fevereiro de 1996

4^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 50^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Júlio Campos, Levy Dias, Ernandes Amorim
Eduardo Suplicy e Valmir Campelo*

(Inicia-se a sessão às 14h e 30min)

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

MENSAGEM Nº 57, DE 1997 (nº 148/97, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Decreto nº 2.070, de 13 de novembro de 1996, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício.

Os méritos do Embaixador Oto Agripino Maia, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 034/DP/ARC/G-MRE-APES

Brasília, 28 de janeiro de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regula-

mento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Decreto nº 2.070, de 13 de novembro de 1996, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e *Curriculum Vitae* do Embaixador Oto Agripino Maia que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentadas ao Senado Federal para exame de seus ilustre membros.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Ministro de Primeira classe Oto Agripino Maia
Mossoró/RN, 6 de abril de 1943.

Filho de Tarcísio de Vasconcellos Maia e Teresa Tavares Maia.

CPCD, IRBr.

Curso de Prática Diplomática e Consular.

CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 3 de março de 1967.

Segundo Secretário, 5 de março de 1970.

Primeiro Secretário, 25 de maio de 1976.

Conselheiro, 2 de março de 1979.

Ministro de Segunda Classe, 28 de junho de 1984.

Ministro de Primeira Classe, 18 de junho de 1991.

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1967.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1967/68.

Assistente do Chefe do Departamento da Europa, 1976/83.

Chefe, Substituto, da Divisão da Europa-II, 1980/83.

Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II(DAOC-II), 1983/84.

Coordenador Executivo do Gabinete do Ministro de Estado, 1985/86.

Membro da Equipe de Planejamento Político do MRE, 1985/86.

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior, 1993/95.

Londres, Terceiro Secretário, 1970.

Londres, Segundo Secretário, 1970/73.

Bruxelas, CEE, Segundo Secretário, 1973/75.

Bruxelas, CEE, Encarregado de Negócios, a.i., 1974 e 1975.

Bruxelas, CEE, Primeiro Secretário, 1976.

Varsóvia, Encarregado de Negócios, a.i., 1982.

Londres, Cônsul-Geral, 1986/90.

Pretória, Embaixador, 1996/97.

Assembléia do Giesb, São Paulo, 1967 (delegado).

Conferência da ONU sobre Açúcar, Genebra, 1968 (delegado).

I Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1969 (delegado).

Conselho Deliberativo do IAA, 1969 (representante alterno do MRE).

Reuniões do Conselho Internacional do Trigo, Genebra, 1970 (delegado).

VII Sessão da Assembléia da IMCO, Londres, 1971 (delegado).

VII, VIII e IX Períodos de Sessões do Conselho da Organização Internacional do Açúcar e suas reuniões preparatórias, Londres, 1971/72 (delegado-suplente).

XXVIII Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1972 (assessor).

Reunião do Conselho Internacional do Trigo, Tóquio, 1972 (delegado).

Acordo Comercial Brasil/CEE, Bruxelas, 1973 (delegado). I Sessão da Comissão Mista Brasil/CEE, Bruxelas, 1975 (delegado).

Conferencista Interparlamentar CEE/América Latina, Luxemburgo, 1975 (assessor).

Acordo Brasil/CEE sobre o Comércio de Produtos Têxteis, Bruxelas, 1975 e 1976 (delegado).

Conferencista na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, 1976.

Conferencista na Escola de Guerra Naval, 1977.

Conferencista, convidado, nos I e II Cursos INTAL-ESAP sobre Integração Econômica, Brasília 1976, Buenos Aires, 1977.

Conselho Deliberativo da Sudene (representante substituto do MRE, 1976/78).

Pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Brno, 1977 (Diretor).

Pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Leipzig, 1978 (diretor).

Delegação Empresarial da Confederação Nacional do Comércio à Iugoslávia, 1978 (assessor).

Missão preparatória à visita do Ministro das Minas e Energia à Romênia, 1979 (membro).

VI Sessão da Comissão Mista Brasil-União Soviética, Brasília, 1979 (delegado).

À disposição do Chanceler de Trindad-e-Tobago nas cerimônias de posse do Presidente da República, 1979.

À disposição do Chanceler da Itália, Arnaldo Forlani, em visita oficial ao Brasil, 1979.

À disposição do Vice-Presidente das Comunidades Européias, Wilhelm Haferkamp, em visita oficial ao Brasil, 1979.

VI Sessão da Comissão Mista Brasil-Polônia, Brasília, 1980.

VII Sessão da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, Brasília, 1980.

Pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Poznan, 1980 (Diretor).

Missão Especial brasileira às exéquias do Presidente Josip Broz Tito, Belgrado, 1980 (membro).

Mesa Redonda sobre o Comércio com o Leste Europeu, Secretário e Conferencista, São Paulo, 1981.

Pavilhão Brasileiro na Feira Internacional de Zagreb, 1981 (Diretor).

Seminário PNUD/UNCTAD sobre Comércio entre Países em Desenvolvimento e Países Socialistas, Leipzig, 1981.

Seminário PNUD/UNCTAD sobre Política Comercial, Moscou, 1981.

Missão do Secretário-Geral da SEPLAN à União Soviética, Moscou, 1981 (membro).

Conferencista na Escola Superior de Guerra, Rio, 1981.

Conferencista no Estado-Maior das Forças Armadas, Brasília, 1981.

Salão de Produtos Brasileiros, Moscou, 1982 (Diretor).

À disposição do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Mario Velarde Dorado, em visita oficial ao Brasil, Brasília, 1982.

Missão Preparatória à visita oficial do Presidente da República ao Japão, Tóquio, 1983.

Comitiva do Presidente da República em visita oficial ao Japão, Tóquio, 1984.

Reunião de Consulta Brasil – EUA entre equipes de planejamento político, Brasília, 1985.

Comitiva do Presidente da República em visita oficial ao Uruguai, Montevidéu, 1985.

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores em visita oficial à Índia, Nova Delhi, 1985.

Reunião do Grupo dos 77 em Nível Ministerial sobre a Criação de um Sistema Geral de Preferência Comerciais (SGPC), Nova Delhi, 1985 (delegado).

Missão Especial à Posse do Presidente da República do Peru, Lima, 1985 (membro).

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores em visita oficial à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Moscou, 1985.

Reunião dos Chefes de Missões Diplomáticas Brasileiras no Leste Europeu com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Frankfurt, 1985 (assessor).

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores em reunião conjunta dos Chanceleres Latino-Americanos do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio com o Secretário de Estado dos EUA, Washington, 1986.

Comitiva do Presidente da República na Cúpula Mundial sobre a Criança, Nova York, 1990 (membro).

Comitiva do Presidente da República à II Reunião Ibero-Americana, Madri, 1992 (membro).

Comitiva do Presidente da República no Encontro Presidencial Brasil – Bolívia para a assinatura dos Acordo do Gás, Santa Cruz de La Sierra, 1992 (membro).

Chefe da Assessoria para Assuntos Sociais da Presidência da República, 1990/91.

Chefe de Gabinete do Secretário-Geral da Presidência da República, 1991.

Subsecretário-Geral da Presidência da República, 1991/92.

"El Proceso de Integración en Europa Occidental", Revista de Integración Latinoamericana, nº 20.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande-Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito das Forças Armadas, Grande-Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito da República Italiana, Grã-Cruz, Itália.

Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal.

Légion d'Honneur, Oficial, França.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

MAURÍCIO

Nome Oficial	República de Maurício
População (1995)	1,1 milhão
Área	2.040 km ²
Capital	Porto Louis
Data Nacional	12 de março
Sistema Político	República parlamentarista

Chefe de Estado	Cassam Uteem
Chefe de Governo	Navinchandra Ramgoolam
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	Paul Bérenger

PIB, a preços correntes (1995)	US\$2,9 milhões	
Taxa de Crescimento (1995)	5,3%	
Câmbio (1995)	US\$1,00 = Mrs 17,39 rúpias mauricianas	
Origem do PIB/ principais setores (1995)	Indústria de Manufaturas	23,3%
	Comércio (atacado e varejo)	16,7%
	Setor Financeiro	16,1%
	Transportes e Comunicações	11,9%
	Serviços Governamentais	10,7%
	Agricultura	9,4%

Política Interna

Maurício obteve sua independência do Reino Unido em 1986, após processo algo tumultuado, em que se procurou o equilíbrio entre os interesses em conflito, decorrentes sobretudo da diversidade étnica do país (os hindus com 52% e os crioulos, de origem mista africana e européia, com 27%, são os principais grupos étnicos).

2. A partir da independência, que ocorre no marco da Comunidade Britânica das Nações, a vida política de Maurício Transcorre sem grandes percalços, sendo marcada, salvo breves interregnos, pela alternância de poder entre as duas principais forças políticas: o Partido Trabalhista Mauriciano (PTM) e o Movimento Militante Mauriciano (MMM).

3. Em março de 1992, foi proclamada a República e Sir Veerasamy Ringadoo (PTM), que fora até então Governador-Geral, tornou-se o primeiro Presidente da República. Alguns meses depois, contudo, em julho do mesmo ano, a eleição da Assembléia

Nacional conferia maioria ao MMM, o que possibilitou ao partido eleger o Novo presidente, Cassam Uteem.

4. Nos últimos anos, o cenário político mauriciano foi marcado pela aparição de novas políticas, o que levou à descontinuidades nas coalizões de sustentação do Governo, provocando, afinal, a necessidade de eleições gerais em 1995. A aliança então constituída pelos dois partidos tradicionais – MMM do Chanceler Paul Bérenger e PTM do Primeiro-Ministro Ramgoolam – obteve vitória arrasadora, conquistando 60 das 60 cadeiras do Parlamento. Isso tem permitido ao novo Primeiro-Ministro um governo tranquilo, com a oposição tendo de valer-se de outros canais, com a imprensa, para veicular eventuais críticas à atuação governamental. Isso sucedeu, por exemplo, no caso da discussão do orçamento para o período de 1996/97, o qual foi rejeitado por vários setores da população, levando o Governo a revisá-lo e submetê-lo por diversas vezes ao Parlamento.

Política Externa

Tradicionalmente ligada ao movimento não-alinhado, a política externa de Maurício tem-se caracterizado, nos últimos anos, pela crescente aproximação com o Ocidente, dada a forte dependência de sua economia por investimentos estrangeiros. O governo do Primeiro-Ministro Ramgoolam tem procurado fortalecer as relações com o Reino Unido (o maior parceiro comercial), França, África do Sul e Índia, promovendo o país com uma imagem de economia estável e ponto atrativo para investimentos.

2. No âmbito da cooperação regional, Maurício participa da SADC (**Southern African Development Community**), da Comissão do Oceano Índico (criada em 1983), do COMESA (**Common Market for Eastern and Southern Africa**) e do PTA (**Referential Trade Area**). É, igualmente, membro da OUA (Organização da Unidade Africana) e signatário da Convenção de Lomé. Em maio de 1988, as crescentes relações comerciais e de investimentos com a África do Sul valeram ao país a condenação da OUA. Com o fim do **apartheid**, o Governo mauriciano vem buscando estreitar os laços econômicos e políticos com aquele país, cabendo ressaltar que o principal foco da política externa mauriciana, em termos regionais, tem sido sua participação na SADC e na recém-criada Indian Ocean Rim Initiative (IOR), organizações que contam com a presença da África do Sul.

3. O relacionamento com o Reino Unido, a ex-colônia, o Reino Unido, tem-se caracterizado pela ambivalência. De um lado, o Governo de Maurício tem procurado reforçar os laços econômicos e políticos com aquele país (record-se que o Primeiro-Ministro Ramgoolam esteve em junho/julho-96 visitando Londres). Por outro lado, disputa com o Reino Unido a soberania sobre o atol de Diego Garcia, opondo-se a seu uso como base militar conjunta pelo RU e EUA.

Relações com o Brasil

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Maurício em 12 de agosto de 1974 (Decreto nº 74.390), tendo sido criada então a Embaixada do Brasil em Porto Louis, cumulativa, inicialmente, com a Embaixada em Nairóbi, República do Quênia e, a partir de 14 de agosto de 1996, com a Embaixada em Pretória, África do Sul.

2. Em outubro de 1996, por ocasião da 51ª AGNU, o Ministro Resek manteve encontro com Representante Permanente de Maurício nas Nações Unidas, Embaixador Taye Michelwan Chat Kwong. Entre outros temas, o Embaixador Chat Kwong defendeu a tese de assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança e acrescentou que, normalmente, seu Governo tende a favorecer os pleitos brasileiros.

3. O intercâmbio comercial entre o Brasil e Maurício ainda é relativamente modesto. Em 1996, o Brasil exportou para Maurício um total de US\$3,885 milhões (principalmente maquinarias, ferro e aço) e importou US\$572 mil (sobretudo artigos manufaturados, em especial tecidos).

Economia

A história econômica de Maurício é de sucesso. O país detém hoje, entre outros índices de bem-estar econômico, um PIB per capita superior a US\$3.000 (o mais alto entre os membros da SADC) e uma taxa de alfabetização superior a 95% para a população abaixo de 30 anos.

2. Até a década de 80, a exportação de açúcar contribuía em 60% do PIB nacional. A extrema vulnerabilidade às flutuações no volume e preço do açúcar, no entanto, levou o Governo Mauriciano a desenvolver estratégias para a diversificação da economia. Assim, durante a década de 70 foi criada a Zona de Processamento de Exportações (ZPE), voltada para o beneficiamento de bens importados, principalmente têxteis e roupas, destinados ao mercado exterior e empregando grande número de trabalhadores, o que reduziu sensivelmente o problema do desemprego. Essa iniciativa pode ser considera-

da o marco inicial em direção a uma industrialização cuidadosamente implementada.

3. Outro setor de destaque na economia da Ilha é o do turismo. Desde 1984, um número recorde de turistas tem visitado o país. A preocupação governamental é oferecer um turismo de qualidade, tendo sido preparado um plano a longo prazo de desenvolvimento do setor. O turismo tem-se constituído na terceira fonte de receita para Maurício, após as manufaturas têxteis e o açúcar.

4. A estratégia de edição de planos de desenvolvimento, iniciada há duas décadas, prossegue hoje com o novo plano elaborado em 1995. Ao estimular a exportação da tecnologia têxtil mauriciana para terceiros países da região, onde os custos de produção são menores, o plano visa a atrair para a Ilha indústrias de maior valor agregado, como a eletrônica, eletrônica não-sofisticada, e de equipamentos de comunicação. Traz, ademais, medidas tendentes a liberalizar os fluxos de capitais, estimulando a instalação no país de filiais de grandes grupos bancários e financeiros transnacionais.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Emandes Amorim) – O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – A partir da vigência da Constituição de 1988, temos assistido ao progressivo e preocupante empobrecimento dos municípios brasileiros.

Em todas as regiões do País a notícia que se tem é que os pequenos municípios encontram-se em estado de penúria, sem condições de saldarem compromissos e de honrarem o pagamento de pessoal.

A maioria dos pequenos municípios nordestinos estão literalmente falidos, com despesas substancialmente maiores que as receitas e a situação não é diferente nas Regiões Norte, Centro-Oeste e até mesmo nas desenvolvidas Regiões Sul e Sudeste.

Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, tenho me perguntado o que teria levado os municípios brasileiros a um tal estado de penúria e dependência, exatamente quando se aumentaram as transferências de recursos, conforme ficou estabelecido com a nova Constituição de 1988.

Dados da Sudene indicam que a média de arrecadação dos pequenos municípios nordestinos não ultrapassa 1 dólar e meio por habitante, enquanto nas capitais, tomando-se Recife como exemplo, essa média chega aos US\$205.

É o odioso apartheid econômico, determinado pela imoral distribuição de renda em nosso País, agora tornando impraticável a vida nos nossos pequenos municípios.

Falidas, não resta outra alternativa às cidades do interior senão exportar levas e levas de migrantes, a inchar as periferias das capitais, cada vez mais violentas, mais problemáticas e mais miseráveis.

Existem municípios do Nordeste, Sr.s e Srs. Senadores, cuja arrecadação de impostos representa algo em torno de 0,9% do orçamento geral das prefeituras. Essas cidades dependem e sobrevivem unicamente dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

As razões da penúria dos cofres municipais Brasil afora devem-se à precariedade do sistema de arrecadação, à falta de mão-de-obra especializada e a uma certa "cultura política do interior", onde não são raros os prefeitos que deixam de recolher impostos para não perderem votos.

O problema é grave, estrutural e não atinge somente as regiões mais pobres, conforme acentuei no início. Urge encontrarmos soluções! O Governo Federal precisa equacionar a questão no contexto da reforma tributária e fiscal a ser encaminhada ao Congresso Nacional, a qual, pelo que se sabe, tenciona suprir receitas dos municípios e não incrementá-las.

Para dar condições de sobrevivência às milhares e milhares de cidades interioranas espalhadas por esse imenso Brasil, a reforma fiscal a ser proposta pelo Governo não pode ignorar essa dificuldade crucial de arrecadação dos nossos municípios. É preciso fortalecer a estrutura de arrecadação das nossas pequenas cidades!

O Sr. Francisco Escórcio – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO – Com prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Francisco Escórcio – Perdoe-me por apartear V. Ex^a. Estou vindo do meu gabinete onde, há poucos instantes, estava tratando deste assunto com os Prefeitos que, lá, se encontram. Vim para cá, às pressas, para fazer este aparte a V. Ex^a. Neste final de semana, visitei cerca de sete Municípios no meu Estado. Observei que a situação é exatamente aquilo que está narrando V. Ex^a. Agora mesmo solicitei ao Dr. Antonio Carlos Nandes de Oliveira, para

comparecer ao meu gabinete, porque preciso elaborar um projeto, a fim de pedir anistia da dívida do INSS dos Municípios com precariedades orçamentárias. É inaceitável o que está acontecendo. A Prefeitura não pode receber o Fundo de Participação porque está devendo ao INSS. As dívidas não são dos Prefeitos que, recentemente, assumiram. Não foram contraídas nas suas gestões; são dívidas que vêm se acumulando e que compromete em muito o Município, porque não pode receber o Fundo de Participação; não tem condições de pagar o INSS e a situação se complica, principalmente, na parte dos mais pobres. Dizendo isso, parabenizo V. Ex^a pela coragem de trazer a esta Casa um assunto de tremenda importância. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. VALMIR CAMPELO - Senador Francisco Escórcio, obrigado pelo aparte e pela preocupação de V. Ex^a com esse problema municipal, já generalizado em todo o País.

Sr. Presidente, a par disso, impõe-se, também, o imediato estabelecimento de políticas regionais de desenvolvimento, capazes de estancar o êxodo rumo às grandes cidades e de reforçar a hoje inexistente economia dos pequenos municípios, única saída para evitarmos o colapso iminente das grandes metrópoles brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tenho em mãos um trabalho feito pelo Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, com dados por ele estudados, e tendo como fonte a Secretaria da Receita Federal.

Por que hoje ocupo esta tribuna, tratando de um assunto que aparentemente pode parecer regional, mas cuja conotação é absolutamente nacional? É porque, vez por outra, Sr. Presidente, tenho notado que aqueles que não conhecem de perto a Zona Franca de Manaus a vêm fustigando, censurando. Dizem ou dão a entender que os empresários que para ali foram e outros que ali se encontram são meros maquiadores e que não contribuem para a Nação.

O mais grave nisso tudo é que alguns inocentes úteis acabam prestando declarações sem saber do que ali ocorre. Falam em incentivos fiscais que são dilapidados e dão a entender que ali é um paraíso fiscal, enquanto que, como já foi bem dito pelo Prof. Samuel Benchimol, "ali é um paraíso do Fisco".

Veja, Sr. Presidente, o que trago à consideração da Casa:

De janeiro a setembro de 1996, as importações, segundo os regimes de tributação, fizeram com que ALADI/Mercosul, GATT, Drawback e BEFIEX representassem três zonas francas de Manaus. Se formos olhar a participação percentual nas importações incentivadas, verificaremos o seguinte: ALADI/Mercosul com 43,37%, GATT com 0,96%, Drawback com 13,41% e BEFIEX com 2,56%. Basta somar, Sr. Presidente, para verificar que a Zona Franca de Manaus apenas participa com 16,92%.

Ora, se isso, Sr. Presidente, não for um dado fundamental, trago outro. E vejamos bem, estes são dados de 1994, 1995 e 1996, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal. O Brasil importou, em bilhões de dólares, em 1994: 33.10 e a Zona Franca de Manaus, apenas 2.03; em 1995, o Brasil importou 49.70 e a Zona Franca de Manaus, apenas 3.18; em 1996, o Brasil importou 52.50 e a Zona Franca de Manaus, apenas 3.90, sendo que os dados de 1996 são estimados.

O que fica claro?

Diz o Dr. Benchimol:

"As importações da Zona Franca de Manaus são equivalentes a 6% - 7% das importações efetuadas pelo Brasil. Tal fato é decorrente de que cerca de 99% da produção das indústrias da Zona Franca de Manaus têm como destino o mercado interno" — que é este nosso mercado brasileiro.

"Como a produção industrial da Zona Franca de Manaus é fundamentalmente de bens não produzidos em outra parte do território brasileiro, a importação de insumos pela Zona Franca de Manaus propicia:

1) Economia de divisas

- importações de insumos ao invés de bens finais (insumos importados - 25% do faturamento das indústrias)

2) A não-importação de empregos

- pela geração de empregos diretos (48.000) e indiretos não somente no Estado do Amazonas mas também em outras partes do território brasileiro" — e o que vem a seguir nós, que somos daquela Região, fazemos questão de destacar — "sobretudo em São Paulo. (A Zona Franca de Manaus adquire anualmente em São Paulo insumos industriais da ordem de U\$3 bilhões)".

E ninguém diz isso.

É como se não fosse a Zona Franca de Manaus a única ação do Governo que até hoje propiciou a preservação ambiental da Amazônia.

Aliás, é bom que se destaque que isso foi feito de modo involuntário, ou seja, não houve um propósito deliberado. O que quero dizer com isso? Se não fosse a existência da Zona Franca de Manaus, a devastação que hoje haveria naquela área para o meio ambiente seria terrível. Com o seu parque eletroeletrônico, conseguiu-se fixar o homem com o seu emprego e, com isso, preservou-se uma área.

Veja, V. Ex^a, em termos de área original de floresta em 1000 Km². Numa área original de floresta de 1561 km², a área preservada pelo Estado do Amazonas vai da ordem de 98.7%; o Pará, cuja área, menor, é de 1.218 km², só preservou 88%; o Mato Grosso, que tem uma área de floresta de 585 km², preservou 85%; o Maranhão, com uma área menor, de 155 km², preservou 39.8%; Rondônia, que é o Estado defendido pelo Senador Emandes Amorim, numa área diminuta de 224 km², preservou 88.2%; e todos os demais Estados da Amazônia Legal, numa área de 632 km², preservaram 93.4%.

Ora, Sr. Presidente, observe bem: o Amazonas, de uma área original de floresta de 1.561.000 Km², conseguiu preservar 98,7%.

Isso quando vejo, Sr. Presidente, que pessoas – e o termo é este – inescrupulosas tentam fazer com que aquela área seja um mundo à parte, como se não tivéssemos fazendo fronteira com vários países que, de vez em quando, tentam fazer a sua invasão cultural, a sua invasão comercial e a sua invasão industrial. Se não fosse a Zona Franca de Manaus, não sei até que ponto estaríamos preservando aquela região.

Fico muito à vontade para falar, porque não tenho nenhuma empresa naquela área; não sou sócio de qualquer forma de nenhuma delas; não advogo e jamais advoguei para qualquer delas. Faço apenas, Sr. Presidente, a defesa da Zona Franca de Manaus, por considerar incompreensível que vez por outra se queira tomar uma medida contra a nossa Zona Franca de Manaus.

O Sr. Ermandes Amorim – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ermandes Amorim - Senador Bernardo Cabral, as pessoas inescrupulosas saem em defesa de interesses escusos. Não se pode negar que Manaus hoje é uma metrópole. Quando se chega a Manaus hoje, pensa-se que não se está dentro do Bra-

sil. O mais importante é que Manaus desenvolveu-se no centro da selva, sem prejudicar o ecossistema, o meio ambiente. Uma das políticas mais corretas para a Amazônia foi a que concedeu esse incentivo para Manaus, mesmo que tenha ocorrido contra a vontade de muitos, que provavelmente estavam dormindo e não tiveram oportunidade de atrapalhar a implantação desse projeto. Queria que ele fosse estendido a toda a Amazônia Legal, onde há tanta área para ser preservada. No entanto, não adianta pretender-se impedir o desmatamento ou o uso do solo da Amazônia, se não se oferecer nada em troca. Deram isso a Manaus, ao Estado do Amazonas. E é fácil verificar que foi um sucesso: hoje, a cidade é uma das maiores e mais bonitas do País, é uma metrópole e está produzindo. Sinto, invejoso, que o Estado de Rondônia não esteja participando; já se criou a Zona Livre de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, que receberá o respeito e o incentivo que o Estado do Amazonas recebeu. Oxalá o benefício da zona franca seja estendido à Amazônia Legal, a fim de que tenhamos uma justificativa para manter aquela área intacta, como está o Estado de Rondônia. Parabéns a V. Ex^a e ao Estado do Amazonas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ermandes Amorim. Sendo daquela área, V. Ex^a a conhece muito bem. Só queria registrar que a inveja de V. Ex^a é sadia; dessa forma, não há por que deixar de registrá-la.

Sr. Presidente, se defendo e volto à defesa da Zona Franca de Manaus é porque começa a ampliar-se no sul do País, ora em jornais de grande circulação, ora em rádios que são bastante ouvidas, notícias que visam à deterioração da Zona Franca de Manaus: com restrições, com adjetivação não muito correta ou – diria – até absolutamente incorreta. Isso tem feito com que empresários que tivessem interesse em ir para aquela região acabassem desistindo. Somem-se a isso os incentivos fiscais que estão sendo oferecidos por alguns Estados do Sul, retirando empresas que normalmente iriam para o Amazonas, uma vez que ali está a maior parte eletroeletrônica, com mais abundância em mão-de-obra. No entanto, essas restrições que estão sendo colocadas fazem com que as grandes companhias, as grandes empresas não se instalem naquela região; inclusive, a fábrica de cinescópio Samsung somente foi para lá depois de uma luta imensa, porque havia o interesse em levá-la para o Sul do País. Por essa razão, ocupei a tribuna.

Sr. Presidente, trouxe esses dados da Receita Federal para demonstrar que tanto nas importações

quanto na participação em termos percentuais nas importações incentivadas, tanto quanto na renúncia fiscal decorrente do regime especial de importação, Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, a Zona Franca de Manaus está muito aquém, como diria, apenas um terço, Sr. Presidente, quando dão a ela o total de 100% de benefício.

Lamento profundamente que pessoas desqualificadas tentem fazer um rótulo para a Zona Franca que não se ajusta, qual seja o de local onde empresários não são sérios, onde outros fazem maquiagem, quando, na verdade, temos o que se poderia dizer um sem-número de empresas que estão à altura de qualquer país do mundo.

Ao fazer a defesa do meu Estado nada tenho em mente senão cumprir o meu dever. E todas as vezes que essas distorções forem trazidas ao grande público estarei aqui para rebatê-las.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Ermandes Amorim, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ermandes Amorim. S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ERNANDES AMORIM (-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, neste momento desejo fazer algumas referências a um problema em que vem ocorrendo em Rondônia, ou seja, a situação dos transportes, principalmente no que se refere aos taxistas.

O jornal do meu Estado traz um matéria intitulada: *Taxistas enfrentam a lei e são presos.*

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o transporte coletivo mais caro do Brasil é o do meu Esta-

do. Imaginem V. Ex^ss que andar de táxi é mais barato do que de ônibus; portanto, os taxistas são procurados por aqueles que circulam no Estado a serviço. Agora o Governador, por intermédio da Assembléia Legislativa, conseguiu aprovar uma lei que não permite que taxistas transportem passageiros de uma cidade para outra. Ou seja, o Estado de Rondônia é diferente de todo o Brasil, até porque não tem um Governador sério, não tem uma Assembléia Legislativa séria e a maioria dos Deputados é conivente com tais irregularidades.

E o taxista, ao sair de sua cidade por motivo de doença ou até para buscar um passageiro em outra cidade, não pode trafegar pela BR-364, que é uma rodovia federal. E todos sabem que na rodovia federal manda a Polícia Rodoviária Federal, subordinada ao DNER, que por sua vez é subordinado ao Ministério da Justiça. Mas a Polícia Rodoviária do Estado de Rondônia, além de estar subordinada ao DNER e ao Ministério da Justiça, também está subordinada a interesses particulares.

Imaginem V. Ex^ss que nos 70m que pertencem à rodovia, manda o DNER e manda a Polícia Rodoviária Federal. Creio eu que cartéis jamais deveriam se formar dentro de uma estrada federal, principalmente comandados pela Polícia Rodoviária Federal. E, no caso do Estado de Rondônia, os taxistas estão impedidos de trabalhar.

É um absurdo, uma falta de critério, uma falta de responsabilidade por parte do Governo do Estado, dos órgãos federais e da própria Polícia Rodoviária, que não deveria dar guarita a um monopólio dessa natureza, e, pior ainda é criar uma lei com a qual querem prender e processar os taxistas à revelia da lei, do direito de ir e vir, do direito de circular. Lamentavelmente, Rondônia tem suas terras limítrofes com a Bolívia, e, portanto, pensam que Rondônia não é Brasil, que a Constituição Federal não o atinge, e, assim, se instala esse descalabro em nossa região.

Infelizmente, vejo isso sem poder fazer nada. Mas quero fazer aqui um apelo ao Ministro da Justiça, por intermédio da Polícia Rodoviária Federal, que é subordinada a esse órgão, no sentido de acabar com esse monopólio e dar o direito a mais de 5.000 trabalhadores a viverem. E, se não derem o direito, que majoruem os preços dessas passagens a fim de que os taxistas possam trabalhar, transitar e ter o direito digno, como têm todos os outros taxistas do Brasil.

Não é possível que um cidadão, que mora em uma cidade e deseje ir de táxi a outra, seja impedido pela Polícia Rodoviária Federal de fazê-lo, porque, tra-

fegando em uma BR federal com um passageiro, estará contrariando o interesse das grandes empresas. Isso é uma vergonha! Se tivéssemos um Governador compromissado com os interesses do povo, não teríamos uma irresponsabilidade de tal tamanho.

Por isso, vou comunicar ao Ministro da Justiça esse fato. Gostaria também de deixar até registrado nos Anais desta Casa esta matéria intitulada: *Taxistas enfrentam a lei e são presos*. Não poderia deixar de fazer este pronunciamento até porque vários fechamentos de BR já aconteceram e a qualquer hora podem acontecer mortes nesses embates. Portanto, alguém tem que ser responsabilizado: o Ministério, a Polícia Rodoviária ou o próprio Governo do Estado de Rondônia. A verdade é que providências têm que ser tomadas no sentido de coibir esses desajustes que estão acontecendo no Estado de Rondônia.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje cedo, ligando a televisão, assisti, no Programa Bom-Dia Brasil, o Sr. Arnaldo Jabor fazendo críticas a esta Casa. Em uma delas este alegava que aqui está-se criando um "trem da alegria". Esta Casa tem a obrigação de convocar jornalistas para esclarecerem sobre qual é a função de um Senador. Diante de uma matéria daquelas, que não faz outra coisa senão denegrir a imagem desta Casa e a dos Srs. Senadores, devemos, através do Conselho de Ética, da Assessoria Jurídica ou da própria administração do Senado, procurar a Rede Globo para esclarecer que aqui não se está criando "trem da alegria", o que se está criando é uma equipe de trabalho. Na verdade, esta Casa, há anos atrás, contratou, pela vontade dos antigos Parlamentares, milhares de funcionários. Se aqueles Senadores tivessem continuado na vida pública, teriam seus assessores de confiança, essa gente que eles contrataram e regulamentaram na Casa; situação diferente da dos Senadores que aqui chegaram. Encabecei, por exemplo, o pedido de contratação de três assessores porque penso que um Senador, para bem desenvolver seu papel, deve ter a mínima condição de trabalho e para tanto deve ter assessores. Eu, como Senador da República, representando o Estado de Rondônia, não disponho de um advogado, um jornalista, não disponho de passagem para o meu assessor acompanhar-me ao meu Estado para solucionar algum problema, não disponho sequer de diária para pagar um funcionário quando me acompanha.

É preciso que a futura Mesa desta Casa busque eleger um 1º Secretário que, no mínimo, conheça as funções de um Senador; é preciso que haja um ordenador de despesa que, manuseando os re-

cursos do Senado, tenha condições de dizer quais os recursos de que um Senador dispõe para utilizar durante o seu mandato.

Eu, por exemplo, estou satisfeito com o salário que recebo. Nem é salário! Estou de posse de um contracheque que deveria mostrar ao Jabor. Exerço o mandato de Senador com a metade do salário dele. Se ele quiser, podemos fazer uma troca e vou viver com a metade do salário dele. Tenho direito a uma das parcelas de R\$5.000,00, e, com os descontos, recebi R\$1.697,00 para administrar o meu mandato.

É uma incoerência, é uma irresponsabilidade desta Casa pagar a um Senador um salário de R\$5.300,00 para administrar o seu mandato. Não quero salário para mim, não preciso disso, mas preciso de condição digna para representar o mandato de Senador.

Moro no Estado de Rondônia, tenho a minha disposição uma assessoria, um motorista, um carro, que também depende do meu dinheiro, enfim, tenho outras responsabilidades.

Um Senador da República, com um salário de R\$5.300,00, não tem condições de manter a sua dignidade, o seu respeito e o meio onde vive. Isso é uma vergonha!

Sou membro da Mesa, que deixou a desejar, porque não tratou dos principais assuntos de interesse desta Nação. Aqui, decide-se a reeleição e faz-se votação para financiar Estado falido e até escola de samba.

Fiz uma denúncia aqui na semana passada. No Rio de Janeiro, foi feita uma festa e foram gastos 150 mil reais para acomodar bicheiros e algumas autoridades. E o Estado de Rondônia está falido. Ninguém vê isso! A Rede Globo não vê isso!

Os bicheiros apresentaram um projeto nesta Casa. Por medo e talvez até por covardia de alguns colegas, o projeto referente ao jogo do bicho foi aprovado. Todos jogam neste País. Em cada esquina existe o jogo do bicho. É uma vergonha "tapar o sol com a peneira". Sabemos que o jogo do bicho vigora neste País, mas ninguém quer legalizá-lo nesta Casa. Tudo que é de interesse de "a" ou de "b" é aprovado.

A Mesa do Senado administra por volta de 160 milhões de reais, dinheiro este destinado aos Senadores, os quais não receberam nem 10 milhões de reais. Para onde foram os outros 150 milhões de reais? Será que não está na hora de analisar o que pode fazer um Senador dentro desta Casa?

Será possível que, enquanto nos Estados Unidos um Senador tem seu orçamento e seu projeto de tra-

balho, aqui no Senado brasileiro o cidadão tenha que morar debaixo de uma ponte ou ser favelado para ser Senador. Quando acontece qualquer coisa, aparecerem críticas mexendo com a dignidade desta Casa, críticas essas em relação às quais o Senado deveria tomar providências até para esclarecer.

Neste ponto, o Presidente José Sarney está de parabéns por ter criado a televisão e a rede de rádio do Senado. Ainda bem que o fez, porque, a partir daí, vão ser desmentidas essas fofocas que existem na imprensa e vai ser discutido o trabalho de um Senador, já que ninguém está interessado aqui em mostrar o que estamos fazendo, o sacrifício que é feito e como se exerce um mandato de Senador. O que existem são críticas e mais críticas ao Parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é necessário que na próxima Mesa sejam eleitas pessoas que realmente estejam em condições de representar esta Casa e de dar um grito de independência. Já bastam as medidas provisórias que nos são empurradas goela abaixo, sem que alguém da Casa tome providência.

Estamos aqui com mais de dois anos de Plano Real, mas ninguém aprovou sequer o projeto de lei do Plano Real, ninguém regulamentou as medidas provisórias.

Pedi ao meu amigo Íris Rezende, autor do projeto que regulamenta as medidas provisórias, que está engavetado, que o ponha em votação, para ser aprovado ou não, para que os Senadores possam ter no mínimo autonomia para opinar, uma vez que aqui, a toda hora, recebemos inúmeras medidas provisórias. Isso me faz perguntar: o que vale o nosso mandato nesta Casa? Para que viemos aqui? Para que ganhamos esses tais R\$5.300,00? Para continuarmos sendo bonecos? Para continuarmos sendo alvo de crítica da imprensa? Temos que buscar a nossa autonomia, temos que exigir respeito ao nosso mandato.

É por isso que defendo, nesta Casa, uma Presidência forte. Poderia ter votado no Senador Roberto Requião, cuja figura, a meu ver, era a mais certa para ocupar esse cargo.

Vou votar em Antonio Carlos Magalhães. Toda-
via, isso só não basta. É preciso que tenhamos um 1º Secretário de pulso; um 1º Secretário que não venha apenas pintar paredes para gastar o dinheiro da Casa; um 1º Secretário que venha cuidar da dignidade do Parlamentar; que venha cuidar do salário dos médicos, que está em pouco mais de mil reais; que procure dar melhores condições de trabalho ao Parlamentar.

É preciso, enfim, Sr. Presidente, que esta Casa primeiro se respeite para que não esteja depois na boca de um ou de outro jornalista. É por isso que ao assumir este mandato, ao chegar a esta Casa, estou me sentindo um tanto ocioso. Aqui falta a possibilidade de se exercer com dignidade o mandato de Senador, por medo e até por covardia de algumas pessoas neste Senado.

Se Deus quiser, espero que o nosso Senador Antonio Carlos Magalhães seja eleito Presidente para impor, para fazer respeitar e buscar resgatar a dignidade desta Casa.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ERNANDES AMORIM EM SEU DISCURSO:

Porto Velho – Rondônia
Quinta-feira, 30 de janeiro de 1997

O ESTADÃO

TAXISTAS ENFRENTAM A LEI E SÃO PRESOS

Vilhena

O transporte internacional está proibido, mas os motoristas fazem vista grossa

Sou taxista, não sou bandido! Com uma tarja contendo esta frase circulam dezenas de motoristas pela cidade, desafiando a Lei nº 260/90, criada pela Assembléia Legislativa do Estado. A lei não mais permite que os taxistas continuem fazendo o transporte intermunicipal. O resultado é a detenção e multa de muitos taxistas que fazem o tráfego entre Vilhena e o município do Cone Sul do Estado.

O motorista Lafaiete Ferreira da Costa foi detido na manhã de segunda-feira, 27, com três passageiros. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, ele furo a barreira que a PRF, juntamente com o DER, realiza diariamente na saída da cidade para justamente impedir o transporte ilegal de passageiros para outros municípios. Exaltado, Lafaiete teria dito que os policiais e os funcionários do DER estão todos comprados pela Eucatur.

Na realidade, tanto os funcionários do DER quanto as polícias Rodoviária e Militar só fazem cumprir determinação judicial. A Lei Estadual nº 260/90 proíbe que qualquer outro veículo que não seja ônibus faça o transporte intermunicipal, ou seja, de um município para outro, porque isso, de acordo com a lei, prejudica as empresas concessionárias das linhas intermunicipais. Ocorre que esse transporte vinha sendo feito pelos taxistas normalmente pelo preço da passagem do ônibus, o que levava os passageiros a preferir os táxis. As empresas Serra Azul, Eucatur, Colibri, Marlin e Viação Rondônia, se sentindo prejudicadas, entraram na Justiça contra o DER por não estar impedindo que esse transporte fosse realizado. E no último dia 11 de julho do ano passado o juiz Sílvio Viana, da comarca de Porto Velho, decidiu que o DER tem que impedir o transporte coletivo executado pelos táxis.

O resultado tem sido uma grande confusão entre taxistas e o DER. A multa para o taxista que é flagrado fazendo o transporte intermunicipal de passageiros é de R\$425 mil. A prática de taxistas realizarem o transporte intermunicipal ocorre em todo o Estado. A princípio o DER permitia ao menos uma viagem intermunicipal por taxista, mas agora o jogo endureceu. Funcionários do DER têm sido transferidos constantemente de cidades porque têm sofrido ameaças de morte. Esta semana a maioria dos funcio-

nários, que atuavam nas barreiras de Vilhena eram de outros municípios.

Os taxistas reclamam que estão sozinhos nesta batalha. Eles dizem que nenhum deputado, e até mesmo o Governo, não tem coragem de enfrentar o monopólio da Eucatur, que, segundo eles, controla o Estado.

Chupingualá

O DER anunciou que também vai começar a proibir que taxistas realizem o transporte coletivo para o recém-criado município de Chupingualá. Segundo o DER, essa prática era legal até o final do ano passado, quando Chupingualá ainda pertencia a Vilhena, mas com sua emancipação, o transporte para lá passou a se caracterizar como intermunicipal. Esta semana a fiscalização sobre os táxis que fazem aquela linha vai endurecer.

Outra medida anunciada pelo DER se refere ao cumprimento de uma lei municipal que proíbe que táxis de outros municípios levem passageiros de Vilhena. A lei criada no ano passado por iniciativa do ex-Vereador Gaúcho, diz que taxistas de outros municípios podem trazer passageiros para a cidade, mas não podem levar passageiros daqui. Já a lei estadual diz que taxistas de fora ou do município não podem trazer nem levar passageiros. E durma com um barulho desse.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio, por permuta com o Senador Ramez Tebet.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, gostaria de extamar a mirinha preocupação com a questão das Transações Correntes, do Balanço Comercial e com os déficits que o Brasil vem acumulando nos últimos tempos.

O Balanço de Transações Correntes espelha o resultado das trocas de bens e serviços entre o País e o resto do mundo. O sinal positivo reflete uma situação em que o País exporta mais do que importa bens e serviços. Quanto maior o saldo, maior a vitalidade econômica de uma Nação, pois demonstra a sua produtividade e competitividade no cenário internacional.

O nível negativo reflete uma situação inversa: o País importa mais que exporta bens e serviços. Quanto maior o saldo negativo, maior a fragilidade econômica de uma nação, pois reflete sua incapacidade de produzir bens e fornecer serviços, em condições de concorrência com seus parceiros globais.

O Brasil é tradicionalmente deficitário na sua Conta de Serviços, revelando em todos os itens um volume maior de despesas que receitas. Gastos com juros, transportes, lucros e dividendos, viagens e outros serviços crescem mais rapidamente que os ingressos correspondentes. De um patamar negativo que se estabilizara em torno de US\$14 bilhões, pulamos para US\$18,6 bilhões em 1995 e US\$21,7 em 1996. O que "salvava" o Balanço de Transações Correntes era a Balança Comercial. O Brasil pôde se orgulhar, a justo título, de gerar superávits comerciais superiores à média de US\$10 bilhões no perío-

do de 1976 a 1994. Nossa esforço exportador nas décadas de 70 e 80 foi notável, tendo o Brasil abocanhado cerca de 1,5% do comércio mundial.

A situação hoje é bisonha. O Brasil não exporta mais que 0,8% do total. De um superávit recente de US\$10,5 bilhões em 1994, nossa Balança Comercial despencou para déficits abruptos de US\$3,2 bilhões e US\$5,5 bilhões em 1995 e 1996, respectivamente. Os economistas independentes prognosticam déficits que variam de US\$8 a US\$12 bilhões.

O resultado no Balanço de Transações Correntes foi desastroso. O pequeno déficit de 1994 – US\$1,7 bilhões – agigantou-se em 1995 – US\$17,8 bilhões – e tomou proporções alarmantes em 1996, com US\$24,3 bilhões. Acendeu-se o sinal amarelo na economia, o que significa um alerta. E, como já advertira no passado, o brilhante professor Mário Henrique Simonsen, "o Balanço de Pagamento pode matar sem aviso prévio". O Brasil não pode repetir a tragédia cambial mexicana, até porque, ao contrário daquele país irmão, não está tão perto dos Estados Unidos e não conta com a mesma boa vontade do FMI.

Sr. Presidente, chamo a atenção para este fato, porque sei que o Exmº Sr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, está tomando todas as precauções para que não ocorra, em 1997, o mesmo estrago econômico ocorrido nos anos de 1995 e 1996, ou seja, o acúmulo de déficit na Balança de Pagamento e, sobretudo, na Balança Comercial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Brasil começou a ser descoberto quando um outro Henrique – D. Henrique, o Venturoso – fundou a Escola de Sagres. Aquela escola inflou as naves de Vasco da Gama no caminho para o Cabo da Boa Esperança, bem como inflou as velas de Pedro Álvares Cabral em direção ao Brasil.

D. Manoel, o Venturoso, é, portanto, o responsável pelo início europeu de nossa Pátria. Mas é um outro Henrique, não o Venturoso, mas D. Henrique, "o Mentiroso", que parece comandar o processo de sucateamento do Brasil. E vêm essas medidas de entrega das riquezas nacionais, de abertura a uma concorrência desenfreada e invencível; concorrência dos produtos chineses que vêm destruir nossa indústria têxtil e de confecções, os nossos sapatos,

nosso tênis, nossas porcelanas, o nosso parque industrial construído com imenso sacrifício. E a taxa de câmbio que aí está, em relação a qual, desde o princípio, lançamos as nossas advertências, favorece essa invasão por parte das mercadorias estrangeiras, principalmente as que partem da China e dos Tigres Asiáticos.

Para preparar o engodo do Plano Real, para que ele dure mais do que os sete meses do Plano Cruzado I, os relojoeiros – aqueles que sabem perfeitamente montar esses mecanismos econômicos, financeiros e cambiais – estão preparando e colocando dentro desse mecanismo uma bomba-relógio, que um dia explodirá.

Na ocasião da implantação do Plano Real, chamado por FHC de um plano-processo, como se tudo mais não fosse um processo, muitos desses relojoeiros confessaram que era preciso ter muito cuidado com o **timing**, com a cronometragem, para evitar que o Plano e as suas âncoras viesssem a dar água e apodrecer antes das eleições presidenciais que levaram FHC ao poder.

O Presidente do Real, portanto, pretende manter-se por mais seis anos no poder, pelo menos, porque, de início, eles falavam em 20 anos de permanência na chefia do Executivo nacional.

Encontramo-nos, após mais de dois anos da sua implantação, numa situação de completo engessamento, de completa impossibilidade de consertarmos os defeitos, os anacronismos, as dessincronias que estão dentro desse Plano Real e que inexoravelmente nos levarão a aprofundar ainda mais essa crise.

Não é preciso ser economista. Fernando Henrique Cardoso disse que para sentar na cadeira presidencial não é preciso ter lido nada do que Sua Excelência leu. Portanto, as eleições deveriam ser estendidas também aos analfabetos, porque não é preciso, de acordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ter lido nada do que Sua Excelência leu para sentar-se na cadeira presidencial. Mas também não é preciso ter lido nada para perceber que o que se passa no Brasil é uma parte, sim, do desastre que a ressurreição do capitalismo neoclássico ocasiona em escala mundial. Um bilhão de desempregados no mundo: esse é o resultado do **downsizing**, da reengenharia, da modernidade, do sucateamento dos trabalhadores e da vida humana; um bilhão de desempregados, 800 milhões de pessoas passam fome. E, soridentes, aqueles que governam as alavancas para salvar o capital e o lucro não se incomodam, estão anestesiados em relação à cons-

ciência social que deveria existir no coração também dos capitalistas.

O capitalismo keynesiano é aquele em que se faziam obras públicas pela tecnologia e se contratavam trabalhadores desempregados como funcionários públicos, principalmente – como dizia Lorde Keynes – em atividades **wholly wasteful**, completamente dissipadoras. Keynes disse que só conhecemos o pleno emprego durante a guerra e repetiu seis vezes que eram necessárias despesas de guerra e um grande déficit orçamentário – com o governo gastando, comprando e reempregando trabalhadores – para que o capitalismo saísse de sua crise. Depois da II Guerra Mundial, a Guerra Fria substituiu a guerra quente e possibilitou que nada fosse mudado na estrutura do capitalismo keynesiano.

Agora, ele entrou em crise; agora, o Governo secou as suas tetas; agora, o Governo não pode mais fornecer aos capitalistas, aos comerciantes, aos industriais as tetas a que Delfim Netto se referia, nas quais eles sempre mamaram, ainda de acordo com o Deputado Delfim Netto. Secaram-se as tetas; o lucro não pode mais jorrar do Governo mediante doações, incentivos, estímulos e, principalmente, da ciranda financeira que beneficiava toda a classe capitalista. Diante desse jorro que secou, diante dessa fonte de lucro que secou, o Governo, que antes reempregava humanizando um pouco as relações capitalistas, a tecnologia, a eficiência que se faz às expensas do homem e da natureza, esse anestésico keynesiano do reemprego transformou-se em oposto e o Governo também passa a desempregar. Secado o juro, secado o lucro, onde obter, onde reativar a economia por meio de novas fontes de lucro? Sómente voltando, como na economia clássica, à velha forma de explorar cada vez mais os trabalhadores que ainda se encontram empregados.

A produção maquinizada, a grande eficiência, expulsa os trabalhadores e aumenta o lucro daqueles que permanecem na cúpula das grandes empresas. É isso que se verifica nos Estados Unidos da América, de acordo com Rifkin, em seu livro **O Fim dos Empregos**. Os empregos estão ameaçados de extinção, e aqueles que permanecem na cúpula das empresas têm seus vencimentos aumentados enquanto as bases da produção são lançadas na rua. Portanto, é a barbárie que se instala em escala mundial, e seu nome é neoliberalismo, é modernidade, é globalização.

O que verificamos, portanto, é que essa armadilha que foi feita no Brasil, se aperfeiçoando, como dizem os corifeus do Plano Real, e aprendendo com os erros antigos, aprendendo com o calote que não

deu certo, aprendendo com os defeitos do Plano Cruzado e de todas as tentativas subseqüentes de combate à inflação, agora, dizem eles que estão aptos a fazer com que o Plano Real tenha longa vida. Será que terá? Será que todo esse sacrifício não será em vão? Será que realmente não está havendo um processo de demissão que levou o desemprego na Argentina a 24% e que coloca o nosso não em 5%, conforme dados do IBGE – estatística falsa, estatística mentirosa do IBGE que coloca o desemprego brasileiro em 5,6%, porque levanta apenas o número daqueles que estão desempregados nos últimos seis dias. Se o trabalhador estiver desempregado há oito dias é considerado inativo e, portanto, não é contado pelo IBGE como desempregado. Se estiver desempregado há um, dois, cinco meses, é considerado inativo para os efeitos das apurações feitas. Números, portanto, mentirosos, que fazem parte daquilo que já foi chamado por um grande historiador de esquizofrenia estatística.

Portanto, verificamos, a cada dia, é que embora o Governo diga que vai tudo bem, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, em estudo recente, diagnosticou que ainda é tempo de salvarmos 15 setores industriais no Brasil. Talvez ainda seja possível salvar 15 setores dos efeitos desse plano. Os demais setores, obviamente, já estão perdidos. Entre esses não se incluem apenas o de tecidos, o de sapatos, o das indústrias de base, que foram completamente destruídas devido à importação de máquinas com novas tecnologias que sucatearam as indústrias de base; não apenas esses setores, cujo fracasso nós percebemos, cuja crise nós enxergamos a cada momento. Neste instante, também as empresas de porcelana pararam de produzir. De acordo com declarações e dados apurados nesse setor, mais de 15 mil pessoas perderam o emprego, só no setor de porcelana brasileiro, que foi quebrado pela invasão da porcelana chinesa. Até quando haverá um Brasil da fantasia e da mentira e outro Brasil do sofrimento duro, real?

Menem, na Argentina, está com apenas 20% de apoio da opinião pública, ele que foi reeleito há menos de dois anos, ele que lutou pela reeleição e conseguiu chegar lá, agora vê seu segundo governo totalmente desapoiado, totalmente triste, solitário. Até o próprio Domingo Cavallo, o grande artífice do plano argentino, abandonou as rédeas do Ministério e se tornou um opositor ferrenho ao Sr. Menem.

Não é preciso lembrar o que aconteceu no México onde, após uma euforia fantástica, que parecia estar dando oxigênio ao Partido Revolucionário Insti-

tucional – PRI mexicano, aconteceu a falência do sistema bancário. Foram injetados pelos Estados Unidos no México US\$40 bilhões e 87% do que produzia a grande indústria automobilística mexicana, peças e componentes, era importado da Itália, da Alemanha e dos Estados Unidos.

Aumentamos nosso desemprego para dar oportunidade de emprego aos chineses, aos italianos, àqueles que importam essas mercadorias e fazem com que nossa balança comercial apresente esse déficit que tanta gente acusa.

Como conseguimos agora, de repente, transformar o superávit de nossa balança comercial em déficit? Isso acontece em todas as crises – em 1873 e um pouco antes da grande crise de 1929. É que o dinheiro, não podendo ser investido, devido à crise, no centro do capitalismo, reflui para a periferia, transforma-se em empréstimo externo para os países pobres.

Nos anos setenta, vimos a crise do centro, a crise do petróleo, a crise dos eurodólares que fez com nós brasileiros, argentinos, mexicanos, etc., nos alimentássemos desse dinheiro sobrante, desse **idle money**, desse dinheiro volátil, que, não podendo ser investido em seu país de origem, reflui para a periferia e se transforma em dívida externa dos países pobres. E estes, em se endividando, têm um momento de euforia: podem usar esses empréstimos externos, essa dívida externa crescente para importar bugigangas, porcelanas, sapatos, tecidos, uísque e até mesmo máquinas e equipamentos modernos.

Temos US\$59 bilhões em reserva, mas esse dinheiro fácil e farto que penetra na economia brasileira permite que nós importemos aquilo que sobra do capitalismo cêntrico, provocando o déficit na balança comercial brasileira.

Essa engenharia feita agora, com tanto receio do tempo, com tão magnífica cronometragem, contém uma bomba-relógio. Esse Plano obviamente vai durar e já durou muito mais tempo do que o Cruzado I e do que a articulação de Collor, a partir do calote que nos foi dado.

A bomba-relógio continua marcando o seu tempo. É preciso, de acordo com o Governo, criar uma imagem artificial, postiça, uma fantasia estatística, para enganar o povo brasileiro por mais tempo. Mas a mentira tem perna curta. A mentira não pode durar para sempre, por mais ágeis, habilidosos e inteligentes que sejam os mentirosos.

Gustavo Franco disse que a taxa de câmbio deveria ser de um real para dois dólares ou de cinqüenta centavos de real por um dólar. Durante me-

ses e meses, ele advogou essa taxa, ainda muito mais valorizada do que a atual, uma taxa que tanto prejudica os exportadores.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Senador Lauro Campos, o tempo de V. Ex^a já se esgotou.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, vou encerrar o meu discurso.

E não adiantou nada – como falei aqui e fiz publicar na *Folha de S. Paulo* – a isenção do ICMS do plano do Dr. Kandir, conforme previ. Cada um dos sucessivos agentes brasileiros pelos quais passava determinado produto, a partir da produção primária, iria embolsar uma parte da isenção, e, quando chegasse no momento de exportá-lo, não haveria resultado algum para o exportador, como realmente aconteceu. Está aí a taxa de câmbio nos dominando.

Pedro Malan disse uma vez que "de início, o cachorro abana o rabo". No Brasil, o cachorro abanava o rabo da dívida externa. No momento seguinte, disse o Sr. Malan, "é o rabo que abana o cachorro". É o Brasil dominado pelo endividamento externo e que tem que passar, como aconteceu com a América Latina nos últimos quinze anos, US\$222 bilhões em pagamento dessa dívida externa impagável.

A taxa de câmbio também não pode ser movida porque, numa economia dolarizada, se houver uma desvalorização de 30%, no dia seguinte, todos os preços se elevarão em 30% uma vez que estão todos dolarizados.

Por esses e por outros motivos, o mecanismo feito por eles os domina; eles estão engessados, impossibilitados de agir. Não é que o Governo tenha ficado paralisado devido à votação da emenda da reeleição; isso foi apenas um comprimido de calmante diante da massa de anestésicos que o Governo está injetando em si mesmo há muito tempo. A dívida externa é um ópio; a dívida pública um outro ópio. E este Governo se deixou levar pelas facilidades dessas viagens "opiosadas", dessas viagens endividadas.

No entanto, teremos que pagar pela dívida externa, pela dívida pública, pela dívida social o preço que não estamos pagando pela inflação que deixou de existir. Todavia, a inflação, que deixou de existir, vai cobrar amanhã o seu preço em termos de dívida interna crescente, de dívida externa completamente descontrolada e de dívida social – desemprego, fome, etc.

O tempo vai mostrar que todos esses arranjos e esse maquinismo posto em ação contêm uma bomba-relógio que explodirá no colo daqueles que a fabricaram e, obviamente, Fernando Henrique Cardoso não

conseguirá ser o único da história do Brasil a terminar dois mandatos. Grande número de ex-Presidentes do Brasil não conseguiu terminar o primeiro mandato de cinco anos. O único reeleito foi Rodrigués Alves, que morreu antes da segunda posse, realizada dezesseis anos após a primeira, em 1902.

Portanto, é inexorável, está escrito mesmo e é fácil de ser lido. Dizia Leibiniz: "O presente está sempre grávido do futuro e basta sabermos olhar para o presente para nele vermos o futuro." O futuro desta farsa não poderá ser, obviamente, um Brasil de pé, um Brasil com distribuição de renda, um Brasil com espaço para a liberdade real implantada na nossa sociedade, com espaço para um sistema de saúde, com espaço para um sistema de educação que realmente respondam e correspondam a um Brasil que quer crescer.

Portanto, concluo, Sr. Presidente, "o presente está grávido do futuro", e basta saber olhar para enxergarmos no presente aquilo que aguarda as mentiras do Governo FHC.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Por permuta com o Senador Carlos Patrocínio, conceda a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte d. curso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, toda a Casa tem conhecimento do esforço que estamos fazendo na direção de uma política de desenvolvimento regional em busca do fortalecimento dos nossos Municípios, que estão por demais empobrecidos, que estão enfraquecidos e que estão lutando bravamente pela sua sobrevivência.

Os milhares de Prefeitos que completaram trinta dias de administração estão expondo a situação caótica em que se encontram esses Municípios.

Estamos regressando de nosso Estado, Mato Grosso do Sul, onde participamos de uma reunião com cerca de vinte prefeitos e quase uma centena de vereadores, numa das cidades mais importantes do Estado, a Cidade de Vila Rica.

Esses prefeitos e vereadores estão conscientes do empobrecimento de seus municípios, bem como da grave crise financeira e administrativa que enfrentam e buscam solução para o problema que afiga seus municípios.

Para tanto, Sr. Presidente, estão criando uma agência de desenvolvimento dos municípios da Re-

gião de Grande Dourados. Estive lá e pude constatar uma mudança de mentalidade muito grande: os nossos prefeitos estão imbuídos do firme propósito de encontrar solução adequada para a gravidade dos problemas que enfrentam. Notei lá o desejo muito grande de encontrar um política que ajude o desenvolvimento da região, que já não está sendo entendido – pude perceber isso na reunião – como renda **per capita** do Município, do Estado ou da Federação. Todos estão entendendo que o desenvolvimento deve ser medido pela qualidade de vida do povo e não pela renda **per capita** ou por outro critério qualquer.

No Senado da República, temos cobrado, sistematicamente, políticas de desenvolvimento regional que supram as dificuldades que os Estados e os Municípios estão atravessando.

A Folha de S. Paulo, edição de hoje, publica um artigo do jornalista Augusto Marzagão, que, com muita propriedade, afirma que o Brasil não conhece uma política de interiorização do desenvolvimento e que, em verdade, só existe uma retórica dessa política. Afirma também que a tendência hoje dominante na experiência mundial é fazer investimentos direcionados para o interior, invertendo os rumos que produziram as migrações para os grandes centros urbanos e ali criaram dramáticas disfunções sociais e humanísticas. A desconcentração, todos sabemos, evita ou limita o êxodo, desde que programas de geração de emprego, sobretudo na agroindústria, sejam acionados.

Entendo que hoje o Brasil, mais do que nunca, necessita de uma política de interiorização. Outros países já passaram por isso. O jornalista que acabo de citar lembra que, nos tormentosos anos trinta, o New Deal do Presidente Roosevelt adotou outras providências. Naquela ocasião, para resolver o gravíssimo problema, o Presidente Roosevelt comprou mais de três milhões de hectares de terras incultas em 43 Estados dos Estados Unidos e ali instalou mais de 208 colônias agrícolas, encaminhando jovens solteiros e desempregados das cidades para o campo, isto é, retirando o homem das cidades e jogando-o no campo, para que ele pudesse contribuir para a prosperidade da nação norte-americana. Quer dizer, já na década de trinta, para solucionar o grave problema que afligia os Estados Unidos, o Presidente Roosevelt adotou uma política de interiorização, adotou uma política de auxílio ao homem do campo, para evitar o êxodo rural.

Aqui no Brasil, na Região Centro-Oeste há milhões de hectares de terras agricultáveis. Não há necessi-

dade de adquiri-las, mas há necessidade de dar incentivo a quem planta. Há necessidade de estimular o agricultor. Há necessidade de uma política agrícola bem definida para que o Centro-Oeste, para citar minha Região, possa efetivamente dar uma parcela de contribuição, ajudar a nossa prosperidade, ajudar a melhorar a qualidade vida do nosso povo.

O Sr. Josaphat Marinho - V. Ex^a concede-me aparte?

O SR. RAMEZ TEBET - Pois não, Excelência.

O Sr. Josaphat Marinho - Nobre Senador Ramez Tebet, agrada-me bastante ouvir a relembrança de V. Ex^a quanto à figura do grande estadista Roosevelt. Note – V. Ex^a se refere à política do **New Deal** – que no momento mais crítico, provavelmente, da história dos Estados Unidos, da sua grande depressão, Roosevelt, diante de todas as dificuldades, montou a política que visava, sobretudo, a proteger os mais fracos, isto é, a evitar o crescimento do desemprego. Fez tudo: aumentou o trabalho no campo, reduziu as vantagens dos poderosos para proteger exatamente os trabalhadores. Esse é o estadista.

O SR. RAMEZ TEBET - Senador Josaphat Marinho, é claro que o aparte de V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento. É isso que V. Ex^a, eu e toda a Casa achamos que deve ser adotado no nosso País. Lá, o Presidente Roosevelt adotou a política de negociação com os bancos para a moratória dos lavradores que estavam inadimplentes. E o que estamos vendo, o que acontece com os nossos agricultores, com os nossos lavradores? Estão eles impossibilitados de saldar os compromissos que assumiram com os estabelecimentos de crédito. Por quê? Pela elevada taxa de juros que se lhes é cobrada.

Nós do Centro-Oeste – e a sessão está sendo presidida pelo Senador Levy Dias –, muitas vezes, estamos sendo convocados pessoalmente para reuniões. Os agricultores ficam de tal ordem desesperados, querendo saldar os seus débitos, que pedem auxílio à classe política, pensando que podemos ir aos estabelecimentos de crédito, principalmente ao Banco do Brasil, tentar intermediar o pagamento dessa dívida, para que possam, sem vender a sua propriedade, sair da inadimplência. Quantos tiveram que entregar a sua propriedade e quantos estão com a sua propriedade penhorada pelos estabelecimentos de crédito, sem condições de salvação?

Regressei hoje do meu Estado, onde participei de reunião idealizada pelo Prefeito da capital econômica do meu Estado, Dourados, o Sr. Brás Melo, que levou para Ivinheima prefeitos de cerca de vinte municípios, para estudarem soluções. E soluções já

começam a surgir de parcerias, porque estão cansados de esperar. Os agricultores estão engendrando fórmulas para enfrentar a grave crise que assola os seus municípios.

Que satisfação tive quando vi um prefeito levantar-se e lutar para a formação de patrulha mecanizada, para ajudar os municípios que estão com suas máquinas – quando as possuem – em frangalhos, estraçalhadas, sem condições de trabalhar e de consertar estradas! Vi a vontade deles de se reunirem, em parceria, para colocar as máquinas para a conservação de estradas ou, até mesmo, como disseram alguns, para evitar, se possível, o êxodo rural, colocando essas máquinas a serviços daqueles que têm a sua pequena propriedade.

Realmente, a situação no campo está muito difícil. Sabemos que hoje uma propriedade rural de 50, 60, 80 hectares não tem valor venal para se adquirir sequer um pequeno trator; porque o trator custa mais do que a terra, ou seja, custa mais do que 50, 60, 70 ou 80 hectares de chão.

Então, é preciso encontrarmos uma solução. Hoje, na *Folha de S. Paulo*, li esse excelente artigo, que cita, Senador Josaphat Marinho, não só o exemplo do grande estadista Roosevelt, nos Estados Unidos, como também a iniciativa, em 1960, do Presidente Charles De Gaulle, que, impressionado com o congestionamento de Paris e os efeitos desumanos do seu agigantamento, que exauria as energias do país, criou um programa para industrializar e desenvolver as regiões de forte imigração, como a Bretanha e outras duas citadas no artigo.

No Brasil, as iniciativas ainda são muito tímidas. A nossa agricultura está abandonada, desprotegida. As iniciativas são tímidas, e o Governo Federal não está conseguindo resolver o problema dos lavradores inadimplentes, dos agricultores.

Há uma previsão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de que vamos perder, na próxima safra, oito milhões de toneladas de grãos. Isso é ruim. O Brasil somente vai encontrar a solução para seus problemas quando se voltar para o campo. Disseram muito bem os prefeitos do meu Estado: Nada de grandes indústrias. Queremos melhorar a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente.

A saída está na agricultura, que é a vocação do nosso País, é a vocação da nossa região, é a vocação do Centro-Oeste. É a vocação para agricultura, para os grãos. Vejam o mercado consumidor que tem a China. Precisamos produzir para o Brasil e para o mundo.

Quero sempre ter a oportunidade de dizer que esses milhares de prefeitos, que assumiram há trinta dias as suas administrações e estão enfrentando viabilidade financeira muito grande, estão formando parcerias. Quando falo em prefeitos estou falando em interiorização. É preciso que haja política de interiorização no Brasil o mais urgente possível. É o que reclama o Centro-Oeste.

Outros Estados reclamam a mesma coisa. Há poucos dias, o Senador Beni Veras ocupava a tribuna para tratar do mesmo assunto, e os apartes que S. Ex^a recebia iam todos na mesma direção. Estamos todos atrás de incentivos. Mais do que tudo isso, precisamos de política de desenvolvimento regional. Se as regiões mais pobres do Brasil tiverem recursos para aplicar na saúde, na educação, em estradas, em saneamento básico, em suma, na infra-estrutura, não terho dúvida de que as agroindústrias de nossa região e até mesmo as indústrias irão lá completar um serviço que o Brasil tem condições de prestar, para melhorar a qualidade de vida de seu povo, partindo do setor primário, partindo do setor agrícola.

O Sr. Carlos Patrocínio - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Carlos Patrocínio - Nobre Senador Ramez Tebet, V. Ex^a engrossa o coro de quantos aqui neste plenário já fizeram ouvir a sua voz em prol dos desequilíbrios inter-regionais. E V. Ex^a cita dois grandes estadistas – o Presidente Franklin Delano Roosevelt e o grande Presidente Charles de Gaulle – que, preocupados com o êxodo rural e com a questão do desemprego, houveram por bem instituir uma política de melhores condições de sobrevivência no campo. Está acontecendo exatamente o mesmo no Brasil. Vários estudos já foram feitos, o Senado Federal teve uma CPI instalada que concluiu seus trabalhos conclamando as autoridades para que possamos implementar políticas para acabar com esses brasis, com os desníveis entre os três brasis que temos, segundo os últimos estudos da Organização das Nações Unidas. Antigamente o Brasil era Bélgica, hoje é Bélgica, Índia e Bulgária. Parece que existe um pedaço do Brasil que é emergente. Mas V. Ex^a faz muito bem em citar o artigo do eminentíssimo jornalista Augusto Marzagão, que também tive a oportunidade de ler e muito me sensibilizou. Os prefeitos que assumiram dia 1º de janeiro estão totalmente desavadorados, estão procurando como nunca seus parlamentares, seus representantes nas Assembleias Legislativas dos respectivos Estados, seus governadores e sobretudo seus representantes

no Congresso Nacional para se criar um mecanismo capaz de tirar esses municípios da insolvência e da inadministrabilidade em que se encontram. É necessário que os programas do Governo se voltem de uma vez por todas para o setor rural, para o homem do campo. V. Ex^a sabe muito bem que apenas na região Sul do País mais de 200 mil trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários rurais, engrossaram as periferias das grandes cidades porque estão inadimplentes no Banco do Brasil. Ainda hoje li um artigo no *Correio Braziliense* citando a desapropriação de terras no entorno de Brasília, em que quase todos os produtores rurais, pequenos e médios proprietários, tiveram que entregar suas terras para o Banco do Brasil e outros bancos porque não conseguiram honrar seus compromissos. Efetivamente o Governo brasileiro tem feito alguma coisa, e este Congresso também tem coadjuvado o Governo nesse sentido. Está aí a securitização da dívida dos agricultores. Mas tudo isso ainda é muito pouco. Precisamos tomar providências efetivas para que o homem volte a residir no campo, em condições de sobrevivência, produzindo, porque acredito que a produção segurará o Plano Real, tão decantado por todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET - Senador Carlos Patrício, V. Ex^a é da nossa região, conhece melhor do que eu o tema que estamos tratando neste momento, sabe que hoje as grandes metrópoles estão inchadas, impera a violência generalizada, é muito grande o desemprego, como afirma V. Ex^a. De sorte que o aparte de V. Ex^a é de quem conhece o assunto e de quem tem feito coro, aqui nesta Casa, para que realmente encontremos o caminho adequado para fixar o homem no campo. Uma das grandes políticas para fixá-lo lá é o estabelecimento de uma infra-estrutura adequada, além dos incentivos de que necessita para poder trabalhar a sua terra.

O Sr. Levy Dias - Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET - Concedo com muita honra o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Levy Dias - Senador Ramez Tebet, mais uma vez voltamos a esse assunto. Já tive oportunidade de fazer aqui no Senado longos pronunciamentos, abordando o problema da produção e do produtor rural. O nosso Estado é um exemplo a ser citado porque já foi praticamente todo tornado pela produção rural, a agricultura e a pecuária. Hoje, assistimos aos empresários caminhando para trás, projetos sendo abandonados, pessoas deixando o nosso Estado porque não existe - e é do conhecimento de todos aqui - nenhuma condição de o pro-

dutor rural pagar, com o fruto do seu trabalho, os juros que a rede bancária cobra, ou melhor, estabelecidos pelo governo, uma vez que esses juros não são estabelecidos pelos bancos. Estivemos praticamente por uma tarde tratando desse tema no Senado. Lembro-me bem de um aparte, não sei dizer de qual Senador, que em tom de brincadeira dizia que nem com cocaína irrigada podia-se pagar os juros que a rede bancária cobra hoje. Isso porque estamos com uma economia estabilizada, com uma inflação que, este ano, o Governo luta e bate para que fique na casa de um dígito. Com essa inflação cobram-se juros que, todos sabem, o produtor não tem condições de pagar. Quem tomou emprestado esse dinheiro está fadado à falência, ao desespero, à angústia, porque com o seu trabalho, com sua produção, o produtor não vai conseguir pagar. V. Ex^a estava comigo em uma audiência com toda a Bancada do Estado de Mato Grosso do Sul, o Governador do Estado, seus secretários e o Ministro Pedro Malan e deve se recordar da observação que fiz ao Ministro Pedro Malan no sentido de que não era preciso ser nenhum gênio para entender claramente que o produtor rural iria quebrar. Com seu produto em queda e os juros ascendentes, quando essas duas linhas se cruzarem, o produtor estará fatalmente quebrado. A âncora que sustenta o sucesso do Plano Real, a popularidade do Governo - e até a reeleição - é quem trabalha a terra e produz alimentos. Naquela oportunidade disse ao Ministro que não há nenhum cidadão mais importante no mundo do que aquele que produz alimentos. V. Ex^a levanta muito bem a situação dos prefeitos do nosso Estado, que, creio, é um retrato do que ocorre em todos os municípios brasileiros, sobretudo os do sul do nosso Estado, que envolve a região onde V. Ex^a esteve, o Vale do Ivinhema, com todos os seus municípios, as regiões de Fátima do Sul, Naviraí, Dourados, Ponta Porã. É angustiante ver uma terra tão dadivosa, com tantas possibilidades, exaurindo-se. As pessoas vivem de cabeça baixa por causa do desespero, da angústia de estar com dívidas bancárias. No domingo, no *Globo Rural*, foi mostrada uma reportagem muito bonita sobre o desenvolvimento da agricultura no sertão do Maranhão. Eu dizia agora mesmo ao Presidente José Sarney, que é do Maranhão, que quando vi aquelas máquinas enfileiradas colhendo cheguei à emoção, porque somos da terra, vivemos a terra, acompanhamos as pessoas que trabalham e fazem-na produzir, portanto, temos essa sensibilidade. Agora, Senador Ramez Tebet, penso que nunca chegaremos a um ponto adequado se não houver a sensibilidade do Governo. O dia em que o Governo se sensibilizar em relação a esse problema teremos a solução, porque no dia em que esta Casa se sensibilizou com o problema do Banespa, um banco praticamente destruído por péssimas administrações

es, esta Casa votou e aquele problema foi resolvido. Mas ocorre que o Governo Federal apenas emitiu títulos. Quem emite títulos para ajudar um banco falido, como o Banco do Estado de São Paulo, também pode emitir títulos para resolver o problema do produtor rural. As cidades vão chegar a um ponto de exaustão. Nesta semana, a televisão mostrou que São Paulo entupiu, já não anda mais. O tráfego cresce 7% ao ano. Como será esse tráfego daqui a dez anos? Hoje, em São Paulo, há 4,5 milhões de veículos. Isso vai ocorrer em todas as grandes cidades brasileiras. Creio que vamos ter que chegar a um grau de desespero para que as pessoas entendam que o nosso caminho de volta tem que ser feito pelo campo. Deve haver um projeto de apoio para que as pessoas vivam melhor e sejam mais saudáveis e, gradativamente, diminua a violência urbana, que, em grande parte, é consequência da miséria. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Deixei a Presidência da Mesa porque fiz questão de, com as minhas pobres palavras, tentar trazer um pouco mais de luz às suas palavras. Vou continuar debatendo este assunto aqui até o dia em que nos sensibilizarmos. Quando quer alguma coisa, o Governo a consegue, haja vista a votação da emenda da reeleição na Câmara dos Deputados: O Governo tem força e condições para resolver essa questão. Nesses últimos dias, o Movimento dos Sem-Terra esteve em atrito com donos de terras. Senador Ramez Tebet, nunca vou compreender essa situação. Já declarei a minha posição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. O problema do nosso País não é de terra, mas sim de gente; não há pessoas para preencher os vazios de terra que há no nosso País. É preciso que alguém tome esse assunto nas mãos com vontade e ânimo. Brigar por causa de terra? Ora, temos vazios imensos – aliás, talvez seja a maior parte do território brasileiro – e não temos gente para assentar, e ficamos brigando e discutindo esse problema, perdendo tempo, enquanto cresce mais a violência e morre gente. Considero esse assunto realmente fora de propósito, porque considero fácil de se resolver. Cumprimento V. Ex^a e peço desculpas por demorar no meu aparte. Um dia, o nosso Governo haverá que entender a importância da produção de alimentos.

O SR. RAMEZ TEBET – Senador Levy Dias, não sei por que V. Ex^a pede desculpas, quando tenho que lhe agradecer as palavras, que, sem dúvida nenhuma, fortalecem o meu pronunciamento.

Temos sido parceiros nessa luta. Recentemente, estivemos na Caixa Econômica Federal com uma boa parcela dos prefeitos com quem estive reunido neste final de semana. Lá, Senadores e Deputados Federais, tivemos que falar muito. Treze prefeitos

estiveram na Caixa Econômica Federal dizendo que não compreendiam o fechamento das agências bancárias nos seus respectivos municípios, porque essas agências, sem dúvida nenhuma, além de darem emprego, de uma forma ou de outra, ajudam os nossos municípios.

Ali conseguimos uma vitória, porque houve vontade política de se conceder um prazo, de não se fecharem as agências que estavam prestes a serem fechadas. E assim é que oito agências da Caixa Econômica Federal que, embora estivessem com dia marcado para cerrarem as suas portas nos municípios sul-mato-grossenses, pela interferência da classe política e dos prefeitos, permaneceram abertas, com o compromisso dos prefeitos de lutarem para que elas venham a ter um rendimento que atenda às exigências da atual Diretoria da Caixa Econômica Federal.

Lembro-me ainda de outro episódio mais diretamente ligado ao assunto que estamos tratando aqui, qual seja, a reunião de quase todos os Deputados e Senadores do Centro-Oeste com o Ministro Antônio Kandir. Estamos aguardando resposta até agora de S. Ex^a em vista de haver cerca de R\$200 milhões parados no Banco do Brasil para serem aplicados no sistema produtivo do Centro-Oeste, que é o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – RCO –, recursos estes para os quais não há tomador, pois não existe agricultor, não existe empresário que possa pegar esse dinheiro ao custo de 23% ao ano. Pedimos, então, a S. Ex^a, naquela oportunidade, a redução desses juros e a criação do conselho diretor. Estamos aguardando até agora uma resposta de S. Ex^a.

Lembro esse episódio porque somos parceiros nessa luta e haveremos de continuar sendo, abordando o tema desta tribuna, até que haja uma sensibilidade maior para a solução dos problemas que afligem as regiões mais pobres do País.

Sr. Presidente, dizem que o Centro-Oeste é uma região muito rica; que Mato Grosso do Sul, por exemplo é um Estado muito rico que não precisa de nada. Quando em verdade o Estado pode ter um potencial muito grande, isto sim! Mas que atravessa sérias dificuldades financeiras, que precisa de ajuda, e nós, como representantes do Estado não poderíamos deixar de, quando estamos completando dois anos de presença, nesta Casa, lutar pela defesa dos interesses do Estado de Mato Grosso do Sul e de toda a Região Centro-Oeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira, por vinte minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, votamos no Senado pela aprovação do projeto que estabelece o princípio da doação presumida de órgãos humanos para o transplante.

De acordo com esse princípio, todos nós somos doadores. E se não quisermos ser, bastará solicitar à autoridade competente, a qualquer tempo, que a condição de não doador seja inscrita na carteira de identidade ou na carteira de motorista.

Sabemos que a matéria é polêmica. E os debates que foram travados no plenário do Senado, no dia da votação do projeto, demostraram isso.

Não houve questão fechada. Todos nós debatemos amplamente o assunto, levantamos nossas objeções e decidimos, como sempre, de pleno acordo com as nossas consciências.

O voto, contudo, é uma demonstração de afirmação. É uma definição que não contempla nem a indiferença nem a neutralidade.

O voto será sempre uma clara manifestação da vontade e um exercício da plena consciência.

Votamos a favor do projeto, que espero seja sancionado pelo Presidente da República, com o coração e a mente voltados para as dezenas de milhares de brasileiros que aguardam, anos a fio, nas invisíveis porém quilométricas filas, nas cidades e nos rincões mais distantes deste imenso País, uma oportunidade de fugir da morte anunciada.

Votamos com o pensamento voltado para dezenas de milhares de brasileiros que penam nos aparelhos de hemodiálise, duas vezes por semana, em longas sessões de até quatro horas de duração, se expondo ao sacrifício da vida como os desafortunados da clínica dos horrores de Caruaru.

Temos a convicção de que votamos também com a maioria do povo brasileiro.

De fato, as pesquisas indicam que 70% dos brasileiros são favoráveis à doação de órgãos para transplantes, refletindo o sentimento de solidariedade do nosso povo, tantas vezes demonstrada nos raros momentos das grandes tragédias.

Freqüentemente, os meios de comunicação têm apresentado pais e mães sofrendo a terrível dor da separação traumática de seus filhos. Mas ao

mesmo tempo consolados por saber que eles continuarão vivendo nos olhos de quem não mais enxergava, nos rins, na medula, no coração e no fígado de doentes à espera da morte.

E sentem-se parcialmente recompensados, quando esses doentes, recuperados, declaram, emocionados, que voltaram à vida graças aos transplantes, e que, pelo resto de seus dias, serão gratos aos seus desconhecidos doadores.

De fato, o transplante permite que cada indivíduo falecido, com os órgãos em perfeitas condições, possa salvar a vida de até sete pessoas: duas córneas, dois rins, fígado, coração e medula.

Vista a questão estritamente pelo lado jurídico, torna-se necessário reconhecer a função social do ser humano nas circunstâncias previstas na nova lei, e a prevalência do interesse coletivo sobre o individual.

Mas não se pode negar que, observada pela óptica da cultura de nosso povo, a doação presumida é uma decisão forte, radical, mas, ao mesmo tempo, corajosa e avançada.

Permitirá ao Brasil, neste final de século, alinhar-se às sociedades mais desenvolvidas e que já adotam esse princípio.

Não há compulsoriedade.

Continuamos, como sempre, donos e senhores absolutos do nosso corpo, e somente nós, e mais ninguém, tem o direito de dispor dele, na vida ou na morte.

Nenhuma lei, por mais justa que seja, terá força suficiente para nos obrigar a renunciar ao que nos foi concedido pela Providência Divina.

Daí, a sabedoria da lei que acaba de ser sancionada, deixando a cada um de nós a escolha livre da nossa opção em qualquer período da nossa vida.

Reconhecemos as preocupações demonstradas por instituições e especialistas em relação a alguns aspectos que envolvem a questão dos transplantes.

Há o temor de que o ato declaratório das condições de não doador se transforme em novo inferno burocrático.

Contudo, entendemos que a lei e sua regulamentação quando simplesmente expressos no papel, constituem apenas letra inerte.

Quem lhes dá vida é o cidadão, é a sociedade mobilizada para exercitar o seu pleno direito de cidadania.

E, infelizmente, em nossos dias, o cidadão está cada vez mais sensível ao reconhecimento e ao pleno exercício de seus direitos, cada vez mais disposto a exigir os e a defendê-los.

Há, portanto, razões para admitir que, uma boa regulamentação, a ser divulgada dentro de 60 dias após a vigência da lei, já em processo de elaboração no Ministério da Saúde, assegurará plena liberdade ao cidadão, principalmente ao cidadão pobre, para declarar suas condições de não doador, sem qualquer entrave burocrático.

Campanhas nacionais, promovidas pelos meios de comunicação, orientarão as pessoas sobre o sentido da doação e a forma de sua concretização, possibilitando que cada um tome livremente sua decisão.

Países que já adotam o princípio da doação presumida, como França, Portugal, Áustria, Bélgica, Espanha e vários Estados norte-americanos, conseguiram montar uma estrutura que permite ao cidadão exercer, sem limitações e sem entraves burocráticos, o seu direito de não tomar-se doador.

A maior oferta de órgãos evitará as práticas de tráfico e de comercialização, freqüentemente denunciadas pela imprensa, uma vez que a demanda terá de ficar abaixo da oferta.

A regulamentação já em elaboração no Ministério da Saúde procura colher a experiência na doação presumida em outros países, especialmente na Espanha, em Portugal e na Bélgica.

Dada a enorme extensão territorial do nosso País, deveremos adotar, se o projeto merecer a sanção presidencial, o sistema de uma Central Nacional de Transplantes e de centrais estaduais, que se encarregão das providências destinadas a garantir, no tempo devido, o transporte e a utilização de órgãos.

A instituição do sistema de lista única, nos estados, deverá evitar uma disputa por órgãos, eliminando os privilégios e assegurando igualdade de direitos a todos os doentes.

Os estados serão obrigados a garantir o acesso de todos os pacientes à lista de transplantes, que deverá seguir, rigorosamente, a ordem cronológica de registro.

A regulamentação exigirá dos hospitais que fazem transplantes uma periódica prestação de contas às centrais estaduais, abrangendo a qualidade dos serviços, a rejeição de órgãos e o acompanhamento dos transplantados.

O argumento, desenvolvido em alguns segmentos de opinião, de que não há estrutura no País para a captação de órgãos de tantos doadores não é sustentável em nosso entendimento.

O próprio aumento da oferta e da procura de órgãos exigirá a ampliação dessa estrutura, a qual poderá ser financiada com os R\$400 milhões que o

Governo gasta anualmente com as clínicas de hemodiálise, onde muitas vezes paga por um serviço de baixa categoria.

Os temores quanto a uma aceleração da morte de alguns pacientes para obtenção de órgãos, sem dúvida um ato criminoso, existem e sempre existirão, mas certamente vão desaparecer em face da grande coleta de órgãos e da vigilância da sociedade e de suas instituições.

Trata-se de questão que diz respeito ao des cumprimento de princípios éticos da medicina e que deve ser tratada no âmbito das entidades que reúnem os médicos e que deve ser punida de forma exemplar.

Vamos aguardar a votação e a regulamentação da lei, na expectativa de que as objeções ao princípio da doação presumida, levantadas por figuras e instituições respeitáveis, sejam afastadas por regras rígidas de controle, e que a maior oferta de órgãos prolongue a vida de dezenas de milhares de brasileiros.

Nos tempos de hoje, o povo exerce o supremo poder de fiscalizar com absoluta nitidez e eficiência. Ninguém mais o ilude. Tudo agora é feito às claras, aos olhos de todos.

A regulamentação deverá ser clara. Se amanhã for preciso alterar a lei ou até mesmo revogá-la, que se faça, sempre no atendimento aos anseios da sociedade.

Este é um País em permanente transformação. Os fatos políticos, econômicos e sociais ocorrem com grande rapidez. E o Congresso Nacional, que representa o povo, há de decidir sempre de acordo com os sentimentos da sociedade.

A nova lei traduz a vontade da grande maioria do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Congresso Nacional no ano passado conseguiu concluir o debate sobre um tema que considero dos mais importantes para o País: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Depois de haver tramitado por oito anos no Congresso Nacional, após muitos debates, com a

participação da sociedade e o envolvimento de professores, de estudantes e das mais diferentes entidades do País, o projeto foi transformado na Lei 9.394, em 20 de dezembro de 1996, lei essa que pode ser chamada de a "constituição" da Educação para o País.

Durante o período de discussão do projeto no Senado, nós nos posicionamos contrariamente a que se modificasse o projeto construído na Câmara dos Deputados com a participação da sociedade e constantemente definimos – por meio das 50 emendas que apresentei e do nosso posicionamento na Comissão de Educação e neste plenário – alguns aspectos que considerávamos fundamentais que o País olhasse com atenção e respeito.

Chamávamos a atenção para a importância do ensino especial e da educação infantil, da valorização dos especialistas em educação. Defendemos também a necessidade da manutenção do ensino obrigatório da educação da arte e da educação física.

Apontamos para a necessidade de estabelecerem-se princípios para uma educação nacional que visasse à solidariedade, à liberdade e à igualdade, ou seja, para o que consideramos fundamental que é o respeito ao desenvolvimento da pessoa humana.

Ressaltamos também a importância de que na lei estivesse impresso o compromisso da Nação com as crianças e os jovens no que se refere à continuidade de seus estudos, garantindo-lhes a manutenção do entusiasmo, do estímulo que todo aluno deve ter ao iniciar seus estudos. Não se pode construir uma lei que tenha um caráter terminativo e estanque.

Isso, de certa forma, vimos contemplado. Quanto ao ensino básico, o art. 22 alguma coisa já garante. No art. 35 encontraremos esse espírito em relação ao ensino médio. E ainda o art. 43, que trata do ensino superior, abre aos estudantes os horizontes para a continuidade de seus estudos.

Na época, dizíamos que o Governo não deve, não pode abandonar a sua responsabilidade maior com a educação de jovens e adultos, tanto na fase de alfabetização quanto na fase de profissionalização.

Por falar em alfabetização, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero trazer ao conhecimento da Casa um projeto recentemente assinado pelo Conselho de Comunidade Solidária e o Ministério da Educação. Refiro-me ao Programa de Alfabetização Solidária, que pretende unir empresas, universidades, Governo Federal e municípios contra o analfabetismo.

No Brasil, hoje, os dados apontam para o fato de que 12,4% dos jovens entre 15 e 17 anos são

analfabetos. No Nordeste, em alguns Municípios há 26,1% de analfabetos. E mais grave ainda: na Região Amazônica há municípios que alcançam o índice de até 81,23% de analfabetos.

O projeto ora inicia-se no Norte e no Nordeste, em municípios que têm um índice superior a 55% de analfabetos na sua população entre 15 e 17 anos.

O objetivo do Governo é ampliar cada vez mais o compromisso da sociedade brasileira de, somando esforços com o Governo, dividindo com ele as responsabilidades, reduzir-se o analfabetismo no País. Para isso, é necessário também estabelecerem-se expectativas de melhoria de vida e de trabalho para todos.

Por isso estamos ressaltando a importância desse projeto, e esperando que esses dados sejam positivos e que o exemplo hoje adotado nas Regiões Norte e Nordeste se estenda a outros Estados e Municípios do Brasil, porque sabemos que o índice ainda é bastante alarmante.

Sr. Presidente, um dos pontos fortes do nosso debate sobre LDB sem dúvida era a garantia e a importância necessária de que a educação buscassem, através do exemplo que está aí no dia-a-dia da construção da democracia, a gestão democrática e participativa de todos, como um elo de interação da comunidade escolar, como um instrumento de transformação, do agir, do decidir, da aproximação necessária entre os envolvidos no processo educacional, sejam eles alunos, pais, professores, funcionários das escolas. Sempre levantávamos a importância da divisão de responsabilidades.

Fomos contemplados, sem dúvida, em parte, com essa nossa proposição que foi tema de emenda apresentada por nós, que, nos arts. 14 e 15 da nova Lei de Diretrizes e Bases, afirma que um dos princípios dos sistemas de ensino será a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, temos acompanhado atentamente os pronunciamentos, entrevisas e depoimentos do Ministro da Educação, que afirma que a opção preferencial do Governo é o ensino fundamental de 1^a a 8^a série. Também nós desejamos, cada vez mais, que a reestruturação do ensino comece pelas suas bases. Precisamos de um ensino fundamental bem estruturado, com ensino de qualidade, com escolas de ensino fundamental completas, com mais verbas para custeio, ampliação e administração pedagógica; precisamos de professores com salários mais dignos, habilitados, concursados, para que realmente se possa construir

e atingir a tão almejada melhoria da qualidade de ensino; precisamos bom rendimento e aprovação para os nossos alunos; enfim, precisamos de uma escola moderna, uma escola dinâmica e, acima de tudo, uma escola próxima a suas comunidades, informatizada e aberta às informações que o mundo está a lhe oferecer.

Mas, embora estejamos trabalhando e medidas tenham sido tomadas, bem como alterações feitas na Constituição para que os professores tenham salários melhores, ainda encontramos notícia como a do **Jornal do Brasil**, do dia 26 de janeiro próximo passado, que afirma: "Cidade baiana onde Fernando Henrique deu aula não paga professores". É isso mesmo, Sr. Presidente. Trata-se da cidade de Santa Maria da Vitória, uma cidade baiana onde há dois anos, em 1995, o próprio Presidente proferiu sua aula inaugural e, entre as suas palavras, disse aos alunos que era preciso motivar os professores e pagá-los um salário decente. Pois estamos aqui mostrando a reportagem que aponta que há professores que estão com seus salários atrasados há 18 meses. É uma vergonha que isso ainda aconteça num País que pretende se projetar para a globalização, que quer concorrer com o mundo inteiro em termos de qualificação. Se não investirmos em educação, se esses descalabros continuarem acontecendo, certamente o País continuará sendo subalterno, com uma mão-de-obra desqualificada e, portanto, sofrendo uma concorrência desleal diante do mundo.

Por outro lado, queremos crer plamente que o Governo está seriamente compromissado, que fez uma opção pelo ensino fundamental. Sobre tal opção alertamos: não acreditamos que essa opção contenha um descompromisso com os outros níveis de ensino, seja ele médio ou superior. Queremos crer que o Governo começa a acelerar o processo de resgate de toda uma época perdida. Temos hoje, neste Plenário, a presença de uma das figuras mais ilustres da educação: o ex-Senador João Calmon. Está aqui uma pessoa que dedicou toda sua vida parlamentar, de homem público, de político, de cidadão, para mostrar que um País só consegue vencer suas dificuldades se destinar recursos. Foi S. Ex^a o autor dos recursos destinados à educação, recursos cuja aplicação, muitas vezes, burrou a lei. É importante o fato de que muitas iniciativas estão sendo tomadas, mas quem tem o compromisso maior são os Governos – seja este em nível federal, estadual ou municipal – em investir, acreditar e apostar na educação.

Sabemos que, em relação ao ensino fundamental, o Governo Federal tem tomado várias medi-

das que consideramos importantes. Estão aí as mediadas relacionadas com o livro didático, com a questão do estabelecimento de um currículo nacional, avaliação do rendimento dos alunos desde as primeiras séries do ensino fundamental ou ensino de primeiro grau, o repasse de verbas, o projeto e o compromisso de que o Governo quer ver uma indicação de um recurso mínimo por aluno e, portanto, a valorização dos professores.

Tudo isso, Sr. Presidente, faço como uma introdução ao que realmente me trouxe a esta tribuna. Vim à tribuna para chamar a atenção dos Srs. Parlamentares sobre matérias publicadas recentemente nos jornais nacionais, uma em especial me preocupou, por isso acredito ser importante que todos leiam e reflitam a respeito da Lei de Diretrizes e Bases. Não vou tecer comentários, mas vou pedir que seja, inclusive, transcrita na íntegra nos Anais da Casa. Refiro-me a uma matéria intitulada "Uma lei decepcionante", de autoria de Miguel Reale, jurista, filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras, e ex-reitor da USP, publicada no **Jornal O Estado de S. Paulo** do dia 25 de janeiro de 1997. É importante que cada um de nós leia e reflita as considerações desse ilustre professor e filósofo a respeito da lei que aprovamos.

Quero também chamar a atenção para duas matérias, uma publicada no **Correio Braziliense**, recentemente, na semana passada, com o título "Só escola com associação de pais terá verba do MEC" e outra, no **Jornal do Brasil**, do dia 31 de janeiro, que diz: "Sociedade vai controlar verbas de escolas". Essas duas matérias dão notícia de que o Ministro da Educação, em reunião do Conselho Nacional de Secretários Estaduais, alertou que há necessidade de que, até 30 de abril deste ano, cada escola organize as suas unidades executoras. Esse é o nome que o Governo deu para o que deve ser construído ou formalizado dentro de cada escola. Essas unidades executoras, previstas pelo MEC, teriam o objetivo de repassar, de verificar e de acompanhar o envio e a aplicação de recursos públicos, e são importantes.

Sabemos que, em muitos municípios, já existem escolas com círculos de pais e mestres, conselhos escolares, associações de pais e mestres. Os nomes são diferentes, mas o princípio é um só. Acredito que a nossa luta no sentido de possibilitar a participação mais efetiva de pais nas escolas é fundamental. Essas unidades executoras terão o objetivo geral de colaborar na assistência e formação do educando, por intermédio da aproximação de pais,

alunos e professores e de integrar Poder Público, comunidade, escola e família.

Entre os objetivos específicos que são ressaltados pelo MEC, estão a conjunção de esforços, a articulação de objetivos comuns e a harmonia de procedimentos tomados dentro das escolas. Buscar-se-á interagir junto à escola, promover a aproximação dos membros da comunidade, contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, cooperar na conservação de equipamentos e prédio, administrar os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade e, acima de tudo, o que também considero fundamental, incentivar a criação de grêmio estudantil e trabalhar cooperativamente com o mesmo.

Portanto, essa unidade executora será composta por uma diretoria, um conselho fiscal e um conselho deliberativo e, inclusive, poderá ter sócios efetivos e colaboradores, dentre os quais participarão ex-professores, ex-alunos, ex-pais de alunos e ex-diretores, ou seja, o espírito é altamente democrático e dinamizador.

Sabemos que isso é importante, Sr. Presidente, porque em 1997, como afirmou o próprio Ministro, o Fundo Nacional de Desenvolvimento terá R\$300 milhões para repassar às escolas, e, inclusive, é necessário que, gradativamente, se passem mais recursos de todas as áreas não apenas para custeio, mas para merenda, reformas etc. E é importante que cada comunidade administre da forma mais democrática e participativa possível os seus recursos, de acordo com as suas necessidades e buscando investi-los naquilo que seja de real necessidade para a escola.

Ainda nos lembram as matérias divulgadas na imprensa que o Ministro, na mesma reunião, o que também considero uma questão importante, ao tratar da lei aprovada no final de 1996 referente ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1998, lembrou aos Secretários que, mesmo sem o fundo, é obrigatória a aplicação dos 15% da receita no ensino fundamental e de 60% desses 15% na melhoria salarial dos professores. Fiquei, inclusive, muito feliz ao saber que o Ministro teria afirmado que o piso salarial dos professores precisa ser elevado em todo o País.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos aqui registrando dois fatos que consideramos da maior importância, quais sejam, as medidas concretas tomadas pelo Governo Federal: em primeiro, a que se refere à alfabetização de jovens e

adultos; em segundo, a que se refere ao repasse de recursos para as escolas e o estímulo à formação de associações de pais e mestres.

Estamos aplaudindo, mas também tentando provocar a reflexão, trazendo o alerta de que – quanto à educação, essas medidas e esse estímulo – entre os objetivos dessas unidades executoras estão administrar os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações de entidades. Não acredito que seja desejo do Governo abrir mão, gradativamente, da sua responsabilidade com a manutenção também do ensino fundamental. Queremos crer que ele quer somar, quer multiplicar, quer abrir espaços e abrir alternativas.

Portanto, há a necessidade, cada vez maior, de Governos, professores, alunos e a comunidade absorverem as constantes transformações, onde os próprios avanços da tecnologia, onde o aprendizado e a vivência caminham juntos. Mas há a necessidade de, continuamente, também se avaliar e se constatar a valorização do que se propõe e o alcance na sua prática. Há a necessidade de assumir, cada vez mais, o papel de cada um; de se pedir a cooperação sem que haja a desobrigação dos responsáveis primeiros; de se caminhar juntos; de compartilhar responsabilidades porque se deseja uma escola moderna, aberta, participativa, que é o fundamental. O que não se pode admitir – esse o alerta que faço, em nome da democratização – é que, nem de leve, o Governo pense em se afastar das responsabilidades de manter as suas escolas públicas.

Portanto, Sr. Presidente, não há nenhum sentimento de descrédito no que estamos enfocando. Estamos aplaudindo e somando esforços porque sou grande defensora dessa aproximação: comunidade e escola; e sempre atenta no sentido de que o responsável primeiro deve ser o Governo em todos os níveis para que, realmente, a educação fundamental aconteça de forma igual para todos.

O SR. EDUARDO SUPILY – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Talvez eu tenha me excedido no tempo. Se V. Ex^a for breve, peço...

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa pede o cumprimento do Regimento Interno. Gasta-mos alguns milhões de reais para colocar um painel eletrônico a fim de controlarmos o tempo dos pronunciamentos dos oradores.

Há cinco senhores oradores aguardando a oportunidade para falar. O Senador Eduardo Supilly já está inscrito como o orador oficial da tarde.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço e peço desculpas ao Senador Eduardo Suplicy por não poder conceder-lhe o aparte.

Lamento, Sr. Presidente, que, às vezes, neste País se priorizem gastos de alguns recursos que talvez, se utilizados com escolas na compra de televisores, computadores ou de uma simples máquina datilográfica mais atualizada, poderiam ser bem mais úteis.

Peço desculpas, Sr. Presidente, não tinha observado que excedi o tempo regimental em um minuto e seis segundos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. EMILIA FERNANDES EM SEU DISCURSO:

NOVA ALFABETIZAÇÃO COMEÇA EM JANEIRO

Comunidade Solidária une empresas e universidade contra o analfabetismo

Brasília. A presidente do conselho da Comunidade Solidária, a primeira-dama Ruth Cardoso, e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, formalizaram ontem uma parceria inédita com prefeituras municipais, universidades e empresas privadas para o combate ao analfabetismo. O projeto piloto do programa, chamado Alfabetização Solidária, começará em Janeiro em 38 municípios do Norte e Nordeste, com índices de analfabetismo superiores a 55% na população entre 15 e 17 anos.

Apoiado por 38 universidades e 11 empresas, o programa, na primeira etapa, terá seis meses de duração, atingindo 9.150 jovens, que terão aulas noturnas três vezes por semana. A meta é chegar a 200 municípios no segundo semestre de 1997. Desde já, está garantida a adoção, por empresas privadas, de mais 42 municípios.

País tem 12,4% de analfabetos entre 15 e 17 anos

O Censo de 1991 indicou que a taxa de analfabetismo, entre adolescentes de 15 a 17 anos, é de 12,4%; mas, no Nordeste, alcança 26,1%. Dos 38 municípios que participam da experiência-piloto, a situação mais grave é a de Paulini, no Amazonas, onde a taxa de analfabetismo é de 81,23%. O município foi adotado pela Volkswagen e, com o apoio da Universidade de São Marcos, 250 jovens receberão as primeiras noções do alfabeto. No total 11 estados serão contemplados, a maior parte em Alagoas. São treze municípios alagoanos, todos apoiados pelo grupo Votorantim.

As empresas dividirão com o Ministério da Educação o custo dos alunos, estimados em R\$ 34 mensais, cada um. Também se responsabilizarão pelo pagamento das bolsas, refeições e hospedagem dos coordenadores e alfabetizadores, que serão escolhidos entre os jovens dos próprios municípios, que estiverem cursando o Segundo Grau. Esses estudantes receberão treinamento, por um período de um mês, na universidade que atuará no município, e, nos cinco meses de duração do curso, contarão com um auxílio de R\$ 112 mensais. Coordenadores serão designados para acompanhar o programa, recebendo R\$ 200 por mês.

Prefeituras vão ceder salas de aula para o programa

Ao Ministério da Educação caberá fornecer o material didático e executar a parte administrativa do programa. As prefeituras têm como tarefa mobilizar os 442 alfabetizadores e alunos, bem

como garantir as salas de aulas (361) necessárias. O Comunidade Solidária deu o primeiro passo identificando os locais.

No final do curso, as universidades realizarão uma avaliação do programa. E esse foi apontado por dona Ruth e pelo ministro Paulo Renato como a maior diferença entre o Alfabetização Solidária e o Mobral, desenvolvido na década de 70.

– No Mobral, não há avaliação do número de alfabetizados. Isso é quase um escândalo, é o que não vai acontecer nesse programa – garantiu dona Ruth.

CIDADE BAIANA ONDE FH DEU AULA NÃO PAGA PROFESSORES

Santa Maria da Vitória cobra salário digno para magistério

Americo Martins

Brasília – Os professores da rede municipal de Santa Maria da Vitória (BA), onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma aula no início de seu mandato, estão com os salários atrasados em até 18 meses. O Presidente escolheu a pequena cidade do oeste baiano, reduto eleitoral do Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL – BA), para dar início simbólico ao ano letivo e demonstrar que a educação seria uma das prioridades de seu Governo.

No dia 9 de fevereiro de 1995, Fernando Henrique falou 20 minutos a 30 alunos do grupo escolar Dr. José Borba. Durante a aula, emocionado por ter tido a oportunidade de "voltar a pegar no giz", o Presidente justificou a viagem a Santa Maria da Vitória como uma forma de "chamar a atenção do País para o ensino básico". Ele disse aos alunos que era preciso motivar os professores e pagar a eles um salário decente.

Palavras – Quase dois anos depois da visita do Presidente, os professores de Santa Maria da Vitória não viram as palavras do Presidente se concretizarem. A maior parte deles está com os salários atrasados entre seis e dez meses. Nas escolas da zona rural a situação é ainda pior: alguns não recebem há 18 meses, segundo a Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB) e a própria secretaria municipal de Educação, Regina Borges de Oliveira.

Os problemas educacionais da cidade não se resumem apenas ao atraso nos pagamentos dos professores. Os salários estão longe de ser "decentes", como deseja o presidente. Segundo Oraldina Moura, delegada da APLB em Santa Maria da Vitória, os professores formados ganham, em média, um salário mísero (R\$112) por mês. Os leigos – pessoas que lecionam mas não têm diploma de professor – recebem apenas R\$70, o que é ilegal. Do total de 231 professores da cidade, apenas 100 fizeram concurso.

Toda essa situação está sendo investigada pelo Ministério Público, que pode promover uma ação civil contra a Prefeitura. A procuradora Francisca Cilene de Moraes Gonzaga afirma que as irregularidades atingem também muitos professores e outros funcionários municipais, que teriam sido contratados por padrinhos políticos, sem concurso.

As preocupações da procuradora não se limitam aos professores, já que a prefeitura enfrenta dificuldades para pagar fornecedores e todo o funcionalismo. "A cidade está paralisada", disse. As linhas telefônicas da prefeitura foram cortadas e as empresas de água e luz também ameaçam interromper o fornecimento à administração municipal, por falta de pagamento.

A secretaria da Educação, Regina Borges de Oliveira, reconhece a dívida com os professores. "A dívida com o funcionalismo chega a R\$600 mil, mas a arrecadação municipal é de apenas R\$280 mil por mês. O prefeito não nega a dívida, mas não tem condições de pagá-la, diz a secretária.

O prefeito Neri Pereira Batista (PSC) estava em Salvador na semana passada, participando de um encontro de prefeitos e

tentando buscar uma solução para os problemas: da cidade. A própria secretaria ficou 16 meses sem receber salários quando era presidente da Caixa de Previdência e Assistência Social do Servidor Público Municipal.

"Ironia" – Regina Borges de Oliveira reconhece que é uma ironia que a cidade que o prefeito escolheu para visitar esteja sofrendo tanto com suas dívidas". A situação, no entanto, é identica à de boa parte dos municípios baianos. Segundo um levantamento da APLB, cerca de 300 das 415 cidades baianas não pagam em dia os seus professores municipais.

Em Santa Maria da Vitória, a situação se agravou a partir do ano passado, quando o prefeito Joaquim Ferreira(PFL) foi afastado do cargo pela Câmara Municipal, acusado de corrupção. Pedro Mariano assumiu, mas não conseguiu por as contas da prefeitura em dia. No final deste ano, Mariano se suicidou.

SÓ ESCOLA COM ASSOCIAÇÃO DE PAIS TERÁ VERBA DO MEC

As escolas de ensino fundamental com mais de 150 alunos têm até o dia 30 de abril para criar Associações de Pais e Mestres (as chamadas APMs) ou caixas escolares, sob pena de não receberem recursos diretos do Ministério da Educação. O prazo foi estabelecido pelo Ministro Paulo Renato Souza, em encontro com os secretários Estaduais de Educação. Este ano, serão enviados diretamente às instituições de ensino R\$300 milhões.

Os recursos são utilizados para custeio. Por meio da criação das chamadas "unidades executoras", o MEC pretende garantir o controle social sobre o uso da verba.

"Sejam APMs ou caixas escolares, as escolas terão de formar uma entidade de caráter privado, com participação de pais e professores, e abrir uma conta bancária para onde será enviado o dinheiro", explicou o ministro. No caso das escolas menores, a idéia é de que se unam em torno de uma instituição maior, que passaria a ser responsável, uma central, pela distribuição das verbas.

O MEC pretende em dois anos descentralizar também os recursos para reforma e ampliação – este ano equivalentes a pouco mais de R\$100 milhões, e as verbas para a merenda escolar. São Paulo já se enquadra nas exigências do ministério para recebimento direto de verbas, segundo a secretária Rose Neubauer.

Fundo

O encontro de ontem também serviu de alerta para que estados e municípios se preparem para a implantação do Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental, que passa a vigorar compulsoriamente em 1º de janeiro de 1998 com uma previsão de investimento de R\$ 12 bilhões anuais.

Paulo Renato lembrou que, mesmo sem o fundo, já é obrigatório a aplicação de 15% da receita no ensino fundamental, e de 60% dos 15% na melhoria salarial do professor.

No encontro com os secretários de Educação, o ministro criticou especialmente os planos de carreira, destacando as diferenças de níveis entre o salário inicial e o final. "A diferença entre o piso e o máximo é de até sete por um", afirmou, explicando que não é possível aumentar o mínimo sem a revisão da carreira.

O governo pretende que a média salarial, a partir da implantação do fundo, fique em torno de R\$ 300,00. Outra falha apontada é o incentivo dado a atividades extra-classe. "Queremos que o trabalho dentro da sala de aula seja valorizado."

Segundo Paulo Renato, os governos do Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná já demonstraram interesse em implantar o fundo ainda este ano. O governo federal participará com R\$ 600 milhões, mas só vai entrar com recursos onde não for atingido o investimento mínimo de R\$ 300,00 por aluno/ano, o que deve acontecer em todo o Nordeste e no estado do Pará.

"Em São Paulo, ainda estamos avaliando se adotaremos o fundo este ano ou não", explicou a secretária Rose Neubauer. Se-

gundo ela, o estado aplicará anualmente R\$ 4 bilhões no ensino fundamental.

SOCIEDADE VAI CONTROLAR VERBAS DE ESCOLAS

Só colégios com associações de pais receberão recursos

BRASÍLIA – O Ministério da Educação só vai repassar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas estaduais com mais de 150 alunos que já tenham sua associação de pais e mestres e a caixa escolar. O ministro Paulo Renato disse ontem, em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Secretários Estaduais, que a sociedade precisa participar mais da gestão desses recursos. Este ano, o fundo terá R\$300 milhões para repassar às escolas. "Mas é necessário que as escolas se associem a uma entidade para receber os recursos. Vamos forçar a escola a ser uma unidade executora", afirmou o Ministro.

Os critérios de distribuição dos recursos estão em estudos e devem ser anunciados em fevereiro. As escolas terão um prazo de dois meses para se associar a uma entidade privada, representativa da população, as pessoas que tenham conta bancária para receber os recursos. Existem hoje, no Brasil, 25 mil associações de pais e mestres e caixas escolares que já receberam recursos no ano passado. Segundo o Ministro, alguns estados – como Minas Gerais e Paraná – já estimulam as escolas da rede pública a formarem associações. "Queremos que o mesmo aconteça em todo o País", disse Paulo Renato. A distribuição será realizada com base nas informações do Censo Escolar e do IBGE.

Nos próximos dois anos, o ministério vai repassar diretamente para as escolas os recursos destinados à merenda escolar e às reformas nas instalações. O Ministro também anunciou aos secretários que será feito um convênio com estados e municípios para que recebam a verba da merenda nos primeiros 45 dias de aula. A partir daí, os municípios devem apresentar a prestação de contas do ano passado para receber a nova remessa. Durante a reunião, Paulo Renato cobrou a implantação nos Estados do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, aprovado no final de 1996. A lei determina que 15% dos 25% de recursos dos estados – que, pela Constituição, devem ser aplicados na educação – sejam destinados a um fundo para aplicação no ensino fundamental. Desse total, 60% devem ser usados para melhorar o salário dos professores.

Transição – Os estados têm carência de um ano para implantar o fundo, mas, segundo o Ministro, vários governadores devem antecipá-lo para o segundo semestre deste ano – é o caso de Ceará, Goiás, Minas Gerais e Pará. "Este é um ano de transição. É preciso adaptar os orçamentos estaduais e municipais e definir melhor as carreiras do magistério para melhorar a qualidade da educação", afirmou. O fundo deve movimentar mais de R\$12 bilhões.

O Ministro disse também que o piso salarial dos professores precisa ser elevado em todo o País. O Secretário de Educação do Rio, Fernando Pinto, disse que o piso salarial dos 90 mil professores do Estado é um dos menores do País – está em torno de R\$212 – e o maior salário é de cerca de R\$620. Segundo ele, um grupo de técnicos das secretarias de Educação e Planejamento estuda a possibilidade de antecipar a implantação do fundo no Estado.

Miguel Reale

UMA LEI DECEPCIONANTE

Após muitos anos adormecido no Senado Federal, que parece infenso ao exame de propostas legislativas de longo alcance, surgiu um substitutivo ao projeto de lei sobre diretrizes e bases da educação nacional, de autoria do ilustre Senador Darcy Ribeiro.

Aprovado às pressas e às pressas convertido em lei pelo Presidente da República, sem emendas, foi com o máximo interesse que aguardei a publicação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro último, tantos foram os louvores que lhe foram feitos.

Confesso que, na minha já longa vida de cultor do Direito, jamais sofri deceção tão grande, apesar de algumas disposições salutares e do louvável propósito de oferecer uma solução pluralista ao problema básico da educação nacional, solução essa que, infelizmente, não se consegue delinear com precisão no texto da mencionada lei, tantas são as falhas de técnica legislativa de que padece.

Causou-me espécie verificar, logo no art. 2º, destinado a fixar os princípios e fins da educação nacional, "inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana" – como com acertos se declara – que o legislador preferiu introduzir, no magnífico art. 205 da Constituição de 1988, uma alteração que à primeira vista pode parecer despicada, mas importa em graves consequências.

O referido art. 205 da Carta Magna, de manifesto sentido preambular, estatui, com efeito, que a educação será promovida "visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Eis aí o ponto essencial: o objetivo básico da educação é "o desenvolvimento da pessoa". Imperativo ético e existencial, do qual os demais são corolários. Pois bem, a lei vigente deixa de fazer expressa referência ao valor da pessoa, preferindo estabelecer que a educação "tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Daí por diante, numa visão predominantemente política e pragmática, cidadania e trabalho passam a ser os valores essenciais de referência, como se pode verificar pela leitura dos arts. 22, 27, itens I e III, 35, inciso II, e 36, item III, dando-se, ademais, reiterado relevo à "compreensão científico-tecnológica dos processos produtivos", devendo o aluno, por exemplo, ao final do ensino médio, demonstrar "o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna".

Dir-se-á que essa orientação, manifestamente cíntifico-positiva, se situa numa ampla visão democrática, com enaltecimento do bem comum e da solidariedade, mas o que eu quero aqui salientar é o menor papel atribuído aos valores éticos, bastando dizer que é só a propósito do ensino médio que há referência ao "aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico". Entra pelos olhos que esse é um princípio, não peculiar ao ensino médio, mas que está na base de todo o sistema de educação, o que demonstra a carência de técnica legislativa, cuja primeira exigência é a distribuição lógica dos preceitos segundo sua abrangência e sua ordem de precedência.

É a falta de técnica legislativa que explica, aliás, a disciplina da matéria sem a devida sequência lógica, dificultando sua compreensão. Parece-me incontestável que, depois de enunciar os princípios que devem reger a educação nacional e admitir a existência de três distintos sistemas (o federal, o estadual e o municipal), o legislador devia enunciar o conteúdo de cada um deles, empregando a palavra "sistema" na acepção que lhe dá a lei anterior, como conjunto de partes coordenadas entre si num todo coerente. Penso que somente após ser fixado o conteúdo de cada sistema, é que caberia fixar o âmbito de competência dos respectivos responsáveis, respeitadas as normas gerais previamente estabelecidas pela União, de conformidade com a competência exclusiva que a Lei Maior lhe confere.

Não é, porém, o que ocorre no diploma legal que estamos analisando, no qual antes se declara qual é a competência de nossas três entidades federativas (o ordenamento federativo bra-

sileiro é trino, ao contrário do norte-americano que é dual, conforme já salientado por mim desde a Constituição de 1946) no tocante aos respectivos sistemas de ensino, para depois se estabelecer, no título V, como cada sistema se compõe. A bem ver, nem mesmo isso se verifica, pois, na realidade, ambas as questões se entrelaçam e se confundem, exigindo laboriosa construção hermenêutica, quando uma lei de diretrizes e bases deveria primar pela lúdica e precisa ordenação de seus mandamentos.

É essa desorganização normativa que leva, por exemplo, o legislador a encaixar, no art. 8º (segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino), o seguinte § 2º que é um primor de incorreção legislativa: "Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei".

É óbvio que ao "sistema", como tal, no sentido supralembado, não se pode atribuir "liberdade de organização", pois ele já é, de per si, a expressão da organização que lhe é dada pela lei, ou pelo ente a que ela confere competência para fazê-lo. É manifesta a petição de princípio, vício lógico que consiste em explicar a coisa pela coisa.

Cumpre salientar que, como se depreende do parágrafo supratranscrito, a cada entidade federativa é lícito constituir livremente o seu sistema, criando e atendendo tanto à "educação básica" – que abrange o "ensino fundamental" e o "médio" – quanto ao "superior". É evidente o caráter excepcional dessa faculdade, pois apenas os grandes municípios, como os de São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, terão condições financeiras e culturais para instituir cursos superiores. Como se vê, preferiu-se organizar o ensino a partir dos casos excepcionais, e não à luz da regra resultante de fato incontestável de que a imensa maioria dos municípios brasileiros mal pode custear o ensino fundamental. Quem não percebe que o legislador, ao disciplinar a matéria, teve presente o utópico ideal das grandes capitais dotadas de majestosos Cieps, como a sua própria universidade, e não a situação precária dos Estados recentemente criados, e, mais ainda, de milhares de municípios que vivem à míngua de recursos na vastidão do território nacional?

Não creio que a desejada organização pluralista do ensino nacional possa viver de abstenções, mas deve antes emergir da realidade nacional, levando-se em conta os seus gritantes contrastes e diferenças. O resultado da paradoxal orientação seguida pela nova Lei de Diretrizes e Bases é o recurso a engenhosos mas discutíveis expedientes, criando normas conflitantes no concorrentes. A criação e manutenção dos sistemas, assunto que, por sua relevância, somente poderá ser examinado em próximo artigo.

Miguel Reale, jurista, filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras, foi reitor da USP.

Durante o discurso da Sra. Emilia Fernandes, o Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, faço do meu pronunciamento um prolongamento do tema levanta-

do pela Senadora Emilia Fernandes, porque considero extremamente saudável a preocupação de S. Ex^a com a educação, pois, sendo professora, continuamente analisa as políticas governamentais.

Cumprimento S. Ex^a por ter aqui registrado o ocorrido na escola que o Presidente visitou no interior da Bahia, ano passado, quando deu uma aula. Justamente naquela escola, foi noticiado recentemente que os professores não estão tendo sua remuneração paga, senão com atraso, o que contradiz a prioridade do Governo Federal quanto à educação.

A Senadora ressalta a importância de a comunidade estar acompanhando de perto a aplicação dos recursos e, sobretudo, garantir uma educação fundamental em nosso País.

Na semana passada, estive atento ao pronunciamento em que S. Ex^a registrou a iniciativa de combate, por parte do Governo Federal, ao trabalho infantil na zona canavieira de Pernambuco.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário sobre este assunto, já tratado pela Senadora Emilia Fernandes. O Presidente que, nos últimos cinco meses, gradual e intensamente tratou mormente da questão da campanha pelo seu direito de reeleição, só em um ou outro espaço dedicou-se à questão da resolução de problemas sociais graves no Brasil. Na semana passada, no dia 25 de janeiro, esteve em Pernambuco, na cidade do Cabo – região metropolitana de Recife – para lançar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que tem a finalidade de beneficiar 13 mil crianças em 13 municípios. A cerimônia foi realizada no Engenho Maçangana, local com grande conteúdo simbólico, pois ali, onde o Presidente anunciou o tal programa, nasceu o abolicionista Joaquim Nabuco.

Ora, esse programa, lançado com bastante mérito, ainda é extremamente limitado. O Governo pretende retirar este ano 50 mil crianças das áreas de risco de trabalho infantil, o que corresponde a apenas 10% do total de crianças de cinco a nove anos, que são obrigadas a trabalhar, segundo o IBGE, em função de seus pais não terem renda suficiente para a sobrevivência.

Na verdade, 50 mil crianças correspondem a 10% do total de crianças entre cinco e nove anos, mas equivalem a uma proporção ainda menor porque, ano passado, o IBGE anunciava que eram cerca de três milhões e meio as crianças de sete a quatorze anos, e não apenas de cinco a nove anos, que trabalham em nosso País.

A Secretaria de Assistência Social resolveu adotar o programa Brasil Criança Cidadã, que, ano passa-

do, distribuiu 400 mil bolsas de estudos em todo o País; a meta para 97 é chegar a 700 mil bolsas, segundo a secretária Lúcia Vânia. Esse programa se relaciona aos Programas Bolsa-Escola, aqui lançado, em 1995, pelo Governador Cristóvam Buarque, do Partido dos Trabalhadores, e também ao Programa de Garantia de Renda Mínima, instituído, dentre outros lugares, pelo Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, em Campinas, também em 1995.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, seria próprio que estivéssemos aqui apreciando, debatendo e votando o Programa de Garantia de Renda Mínima em termos nacionais e não apenas de forma limitada, como vem fazendo o Governo, espalhando-o em conta-gotas, seja nos canaviais da Zona da Mata, em Pernambuco, nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás ou nas salinas do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte ou nas culturas de sisal na Bahia.

Em dezembro passado, a Câmara dos Deputados, a partir de projeto do Deputado Nelson Marchezan, aprovou um projeto substitutivo do Deputado Federal Osvaldo Biolchi, do PTB do Rio Grande do Sul, que autoriza o Governo Federal a conceder apoio financeiro tanto ao Distrito Federal quanto aos Municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.

Esse projeto está na pauta da sessão extraordinária convocada para esse período que está por ser finalizado. Infelizmente, até o presente momento, não houve tempo, energia suficiente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados para o exame do projeto que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, aprovado no Senado em 1991, tendo recebido o parecer favorável do Deputado Germano Rigotto. O Governo só tem os olhos voltados para a conquista do direito de reeleição. A sua energia vai a conta-gotas para programas sociais, tais como a erradicação do analfabetismo.

A Sr^a Emilia Fernandes - Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Emilia Fernandes - Acompanho, mais uma vez, as reflexões de V. Ex^a. Já manifestamos essa preocupação em outra oportunidade, quando ressaltamos a importância de o Governo assumir compromissos, principalmente num período tão turbulento da História brasileira, quando questões relevantes parecem sem importância e quando outras assumem um papel de uma magnitude sem qualificação. Pelo menos, durante a campanha da reelei-

ção em Pernambuco, o Governo assumiu um compromisso com as crianças que trabalham nos canaviais. Na oportunidade, chamávamos a atenção para o fato de que essas ações são isoladas. Penso que este País deveria ter um grande compromisso, porque, se formos ao Rio Grande do Sul, também encontraremos crianças trabalhando de forma aviltante. Portanto, os projetos devem ter a magnitude do País, da Nação; devem observar todas as diferenças, mas também encontrar soluções para os problemas que são semelhantes em todas as regiões. Alertávamos, inclusive, para a importância de que, paralelamente às ações que tomou em Mato Grosso do Sul e que agora implantou em Pernambuco, o Governo divulgue o resultado dessas ações. Algumas informações não conseguem, às vezes, fechar esses dados; há a informação, por exemplo, de que teriam saído aproximadamente mil crianças das carvoarias de Mato Grosso do Sul. Digo informações, porque fazemos parte de uma CPI que está tratando exatamente do trabalho infantil no Brasil e que poderia estar trabalhando; houve solicitação nesse sentido, mas o assunto não foi incluído na pauta. Talvez essa Comissão tivesse rendido mais que o Congresso Nacional, como um todo, nesse período de convocação extraordinária. Então, precisamos que o Governo, além de implantar – algo que consideramos ótimo –, tome medidas nacionais; isso é fundamental. E as propostas existem. O Deputado Osvaldo Biolchi é um professor universitário, meu companheiro do PTB do Rio Grande do Sul, pessoa séria e profundamente comprometida com a questão da educação, autor de projeto citado a pouco por V. Ex^a; aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto está estacionado no Senado Federal. Há também o projeto de V. Ex^a, que é altamente socializador. Mas precisamos ter dados, precisamos saber do retorno. Não adianta apenas implantar e, por isso, faço meus registros; dentro de um determinado período, voltaremos aqui com dados oficiais do Governo para vermos se realmente esses projetos isolados estão dando certo ou seria muito mais interessante uma ação mais global por parte do Governo. Essas eram as considerações que tinha a fazer. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPILY - Agradeço à Senadora Emilia Fernandes pelas suas palavras, que têm o sentido de comunhão com aquilo que estou procurando colocar.

Quisera ver o Governo Federal atuando com muito maior vigor e amplitude a respeito dessas ações. O Governo vai tateando aqui e acolá. Vamos observar o que se passa com outros setores. O Governo é mu-

to rápido quando observa problemas sérios com instituições financeiras. Há mais de um ano, por intermédio de medida provisória, lançou o Proer, possibilitando a sobrevivência de diversas instituições financeiras com resultados altamente positivos por parte de outras instituições como assinalam os jornais hoje.

No caso do Programa de Garantia de Renda Mínima, o Governo admitiu a aprovação do substitutivo do Deputado Osvaldo Biolchi. Entretanto, devido a sugestão da Casa Civil e recomendação do IPEA, o texto contém imperfeição técnica que gostaria de assinalar.

Segundo o substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto apenas autoriza – ele não institui o Programa de Garantia de Renda Mínima em nível federal – que o Governo Federal ajude no financiamento de projetos que estão sendo implementados ou poderão ser aprovados pelos Municípios; o Município será a unidade implementadora de programas. Entretanto, de acordo com o texto aprovado nesse projeto, o Governo Federal poderá prestar auxílio em até 50% do valor do benefício para cada família e de acordo com a seguinte fórmula: número de filhos com idade entre zero e quatorze anos multiplicado por R\$15 menos metade do valor da renda familiar *per capita*.

Suponha-se uma família composta por pai, mãe e um filho que tenha renda de um salário mínimo. Por essa fórmula, o auxílio que o Governo Federal dará ao Município para essa família será negativo em R\$3,67. Se a família for composta de mãe e um filho de zero a quatorze anos e tiver renda familiar de R\$112, renda *per capita* de R\$56, a fórmula será: número de filhos em idade até quatorze anos multiplicado por R\$15 – que resulta 15 – menos metade de R\$56, que é o valor *per capita*, é igual a R\$28. A operação: R\$15 menos R\$28 é igual a menos R\$13. Ou seja, essa fórmula acaba resultando em benefício negativo que o Governo Federal deveria dar para o Município no Programa de Garantia de Renda Mínima. Portanto, há uma falha técnica, e convém ao Senado Federal estudá-la e corrigi-la.

Mas creio, Senadora Emilia Fernandes, que possamos refletir sobre aquilo que o Senado Federal já aprovou há mais de cinco anos, em dezembro de 1991, relativamente ao Projeto de Garantia de Renda Mínima, que universaliza esse direito para todas as pessoas de 25 anos ou mais. Em termos de unidade de família, levando em conta a experiência da Bolsa-Escola, dos Programas de Garantia de Renda Mínima, relacionados à educação, poderíamos fazer

uma adaptação do substitutivo do Prof. e Deputado Osvaldo Biolchi, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, e gradualmente passarmos daquilo que o Governo já admitiu iniciar em 1997 para a adoção do Programa de Garantia de Renda Mínima em termos mais universais. Porque soa estranho, inclusive do ponto de vista constitucional, que as crianças das carvoarias do Mato Grosso do Sul, as crianças da zona canavieira da Zona da Mata, de Pernambuco, as crianças que trabalham nos sisais da Bahia possam ter o direito a um complemento de renda, na forma de bolsa que complementa a renda, e outras crianças, do Rio Grande do Sul, do interior de São Paulo ou do Acre não venham a ter o mesmo direito.

É claro que podemos experimentar por algum período em alguns lugares, mas já é hora, dadas as experiências havidas, de definirmos isso como um direito à cidadania de forma universal, direito para todas as famílias carentes no Brasil, direito que devem ter todas as crianças brasileiras.

Gostaria de assinalar que estaremos lutando para que o direito à Garantia de Renda Mínima ou de seu sinônimos – Bolsa-Escola, Bolsa-Cidadã ou Brasil Criança-cidadã, não importa o nome – seja um direito universal para toda e qualquer criança, para toda e qualquer família. Tenho a convicção de que chegaremos, em breve, ao dia em que teremos como universal um direito que assegure a todas as pessoas um mínimo de renda garantido ou uma renda de cidadania. Vamos por etapas; não há problemas de se progredir por etapas, mas precisamos progredir com muito mais energia do que até agora o Governo vem empreendendo.

Para concluir, Sr. Presidente, nos dois segundos que me restam, assinalo que o Prefeito de Presidente Prudente, Mauro Bragato, está lançando o Programa de Renda Mínima Familiar na região do Pontal do Paranapanema esta sexta-feira, bem assim o Prefeito de Alvaro Machado. Estarei tanto em Presidente Prudente quanto em Alvaro Machado para acompanhar o lançamento do Programa e ajudar no debate dessa proposição. Já são mais de oitenta cidades no Brasil, Sr. Presidente, que estão instituindo e debatendo programas de renda mínima. Gostaria, até para conhecimento de outros prefeitos e vereadores que tenham interesse nessa matéria, de pedir a transcrição do projeto de lei que cria o Programa de Renda Mínima Familiar em Presidente Prudente, porque servirá de subsídio a outras cidades brasileiras que também estão considerando a instituição de tal programa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Tem a palavra o Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a concessão do Prêmio Nobel da Paz de 1996 traz à cena o drama vivido pelo Timor Leste. Esse país, pequeno país encravado no sudeste da Ásia, mal teve tempo de respirar a liberdade conquistada em 1975.

Portugal saiu, a Indonésia entrou. Lá está até hoje e há 21 anos domina a ex-colônia lusa com mãos de ferro.

Claro que a ocupação não foi pacífica; não foi e não é. Nos quase 25 anos de lutas, morreram 300 mil habitantes, nada menos, Sr. Presidente, que a quarta parte da população timorense.

Eles pagaram com a vida a ambição mais legítima que um povo pode ter: ambição por algo de que nós brasileiros desfrutamos há mais de 170 anos. Falo, Sr. Presidente, da ambição pela soberania. Por ela, 300 mil timorenses banharam o solo daquele continente distante com o próprio sangue. Jorraram-no por uma causa nobre: a aspiração de decidir o próprio destino, o direito de continuar falando a língua portuguesa, que é também a nossa língua.

Sr. Presidente, preclaros Senadores aqui presentes, a tirania da Indonésia quer privar o Timor Leste do próprio idioma, quer impor-lhe o idioma do invasor, violência cultural inaceitável neste limiar do terceiro milênio.

Ainda hoje, pela manhã, assisti, pelo Sistema NET de Televisão, a um programa em que foi veiculada a notícia de que o Ministro da Justiça de Portugal, na reunião da Comunidade Européia, fez um apelo para que os países daquela Comunidade manifestassem solidariedade com a situação difícil em que vive o povo de Timor Leste.

No entanto, naquela reunião de Bruxelas, os países da Europa lavaram as mãos porque entenderam que esse pequeno país está num outro continente – na Ásia – que nada tem a ver com o continente europeu.

Curiosamente, o mundo vem-se mantendo indiferente ao drama vivido por aquele povo irmão. Os próprios países da comunidade de língua portuguesa estão em falta com o Timor Leste. A diplomacia brasileira tem-se revelado excessivamente pragmáti-

ca. Tapou os ouvidos aos clamores dos homens daquele chão, indelevelmente a nós ligados pela mesma herança colonial.

Não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe, diz a sabedoria popular. O silêncio em relação ao Timor Leste começa a ser quebrado. Graças à repercussão do Nobel, começa a ser levantado o manto de suspeito silêncio e inexplicável cegueira que há mais de duas décadas cobre o drama daquele país.

Os laureados, Bispo Ximenes Belo e o Jornalista e Acadêmico José Ramos Horta, ambos defensores da autodeterminação do Timor Leste, trouxeram à baila fatos antes insuspeitados.

Verdadeiro genocídio lá se pratica, Sr. Presidente. Há resoluções da ONU que obrigam a retirada imediata das tropas indonésias do território timorense. O país invasor ignora, como lhe convém, as decisões da organização internacional. E fica por isso mesmo.

O curioso, porém, é que as Nações Unidas fazem de conta que nada acontece, não promovem nenhuma sanção capaz de obrigar o cumprimento das resoluções. Há bem pouco, o mundo presenciou atitudes enérgicas da ONU. Está vivo em nossa lembrança o rigor com que o Iraque foi tratado na hora de serem aplicadas as resoluções do organismo internacional. Por que dois pesos e duas medidas?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pior do que a omissão dos povos de fala portuguesa e a indiferença das Nações Unidas é a venda de armas ao país invasor. Muitos países da Europa continuam a fomecer à Indonésia aviões de combate, helicópteros, tanques, aparelhos de tortura, armamentos sofisticados, cujo destino é um só: a perpetuação da tirania contra um povo indefeso. Povo que, depois de cinco séculos de colonização, quer ser dono do seu próprio destino.

Ninguém é suficientemente ingênuo de imaginar que a simples concessão do Prêmio Nobel da Paz seria suficiente para deter a violência no Timor Leste. Claro que não. O que a homenagem a dois timonenses fez, isto sim, foi mostrar ao mundo o Timor Leste. O Nobel foi capaz de levar o desconhecido país às manchetes dos jornais e aos noticiários de televisão, das rádios pelos quatro cantos dos cinco continentes deste mundo.

Hoje, graças ao prêmio, não há governo, não há organização não governamental, não há veículo de comunicação que desconheça a luta do Timor Leste na busca da democracia, da justiça, da paz e, principalmente, da liberdade.

Sr. Presidente, há alguns dias, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, recebeu a visita de um dos líderes da resistência do Timor Leste, o Prêmio Nobel José Ramos Horta. Na oportunidade, dispôs-se a trabalhar como "embaixador discreto" pela autonomia daquele país encravado no sudeste asiático.

Embora tímida e cautelosa, a posição do Brasil ensaia escrever novo capítulo na história de omisão e descaso que vimos escrevendo no relacionamento com o Timor Leste. Até há pouco, entre os países da comunidade lusófona, só Portugal vinha revelando algum empenho pela libertação da antiga colônia.

É muito pouco, convenhamos. Ao nos tornarmos membros de uma comunidade, aderimos à nova concepção de vida – obrigamo-nos a ter visão mais ampla do mundo que nos rodeia; responsabilizamo-nos por nossos destinos e solidarizamo-nos com o destino dos outros.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Júlio Campos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS - Senador Eduardo Suplicy, ouço V. Ex^a

O Sr. Eduardo Suplicy - Prezado Senador Júlio Campos, solidarizo-me inteiramente com as palavras de V. Ex^a em favor do povo de Timor Leste, ao se engajar na luta sobre a qual já nos pronunciarmos aqui, inclusive na ocasião da visita ao Brasil e ao Senado Federal dos laureados com o Prêmio Nobel da Paz José Ramos Horta e o Bispo Ximenes Melo. Conforme V. Ex^a ressaltou, foram laureados em função de sua extraordinária luta pacífica para que o povo daquele país possa alcançar a sua independência. É preciso que a diplomacia brasileira, o Itamaraty, o Ministro Luiz Felipe Lampreia, o Presidente Fernando Henrique Cardoso dêem passos mais efetivos de apoio à luta do povo do Timor Leste por sua independência. Para nós, os brasileiros, é muito importante. Afinal, trata-se do reconhecimento a uma comunidade que também fala o português e luta pela sua liberdade. A própria ONU já formulou um plano de paz que envolve o direito de o povo do Timor Leste realizar um plebiscito, em condições de soberania e igualdade, para que possa votar bem-informado sobre as alternativas apresentadas. Avalio que o pronunciamento de V. Ex^a pode ser mais um alerta, mais uma luz para que o Ministério de Relações Exteriores atue com maior rigor sobre esta questão. Quando esteve com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Nobel da Paz José Ramos Horta disse desejar a presença do próprio Chefe do

Executivo do Brasil e também que, caso Sua Exceléncia não pudesse comparecer, enviasse alguém em seu lugar. Iria o Presidente José Sarney, que acabou não podendo ir. Então lá compareceu o ex-Presidente Itamar Franco, figura de grande peso, que ressalta, sobremaneira, o apoio do governo brasileiro à causa do Timor Leste. O ex-Presidente Itamar Franco, quando Embaixador do Brasil em Portugal, procurou compreender melhor a causa daquele povo e, acredito, deu alguns passos para impulsivar esse apoio. O discurso de V. Ex^a é outro passo importante nessa direção. Por isso, eu me solidarizo com o nobre Senador.

O SR. JÚLIO CAMPOS- Agradeço o aparte do eminentíssimo Senador Eduardo Suplicy. Realmente, a primeira vez que senti o drama do povo timorense foi na Assembléia Nacional Constituinte, nos idos de 1987/88, quando ainda era Deputado federal. Então fiz os primeiros pronunciamentos defendendo esse povo, de origem portuguesa e que fala a mesma língua dos brasileiros. Dali para cá, nossa luta sempre foi no sentido de viabilizar maior apoio da comunidade brasileira a esses nossos irmãos.

Por isso, falar em comunidade lusófona tem significado maior que o normalmente atribuído às relações entre países que falam a mesma língua. A comunidade implica nova forma de relacionamento entre os povos.

Sr. Presidente, não só a língua e a herança cultural comum constituem o alicerce em que erguemos nosso edifício comum. Há muito mais. Eles se assentam nos ideais democráticos, no respeito aos direitos humanos, no repúdio ao racismo, na reafirmação da autodeterminação dos povos.

A comunidade lusófona abriga população superior a duzentos milhões de habitantes. São duzentos milhões de vozes que, afinadas por aproximações culturais e históricas, têm volume suficiente para acordar o mundo, para denunciar, para fazê-lo voltar-se na direção de mais uma das sangrentas ditaduras desse fim de século.

Talvez a diplomacia discreta do Presidente Fernando Henrique Cardoso seja o primeiro acorde dessa melodia. É o que espero e tenho certeza de que o Congresso Nacional brasileiro, atento aos clamores dos injustiçados e oprimidos, realmente iniciará essa nova luta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, como profissional e como parlamentar, sempre estive fortemente comprometido com a agricultura e participando ativamente do processo de ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste do País.

Tenho constatado, sobretudo nos últimos anos que, em que pese aos crescentes volumes de produção agrícola e aos elevados ganhos de produtividade física obtidos nas lavouras, os agricultores daquelas regiões não vêm obtendo, na mesma proporção, incrementos nos níveis de lucratividade de suas lavouras e explorações, como consequência do aumento dos custos de produção e queda acentuada nos preços de seus produtos.

Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, uma das principais razões que provoca essa distorção é o altíssimo custo do frete, feito quase que exclusivamente por intermédio do sistema rodoviário. Em realidade, o elevado custo do frete anula as vantagens comparativas existentes na região e os ganhos competitivos obtidos pelos produtores rurais.

Sr. Presidente, o futuro da agricultura nas chamadas "regiões de fronteira" depende essencialmente da mudança da matriz de transporte atualmente adotada. Sobre isso também não tenho nenhuma dúvida e sei que, desse ponto de vista, comungam os parlamentares dessas regiões e aqueles que se interessam por esse tema.

Por diversas vezes, tenho procurado debater esse assunto, inclusive nesta Casa, e buscar o apoio necessário para que essas transformações se processem, viabilizando, assim, o enorme potencial produtivo daquelas regiões, gerando riquezas e os tão necessários empregos.

Tenho sentido ampla receptividade por parte dos colegas parlamentares, Senadores e Deputados Federais, observando que essa é uma grande luta e, unidos, temos conseguido viabilizar alguns empreendimentos que criam opções para o escoamento da produção dessas regiões.

Em realidade, sentimos a quase total impotência do setor público, para promover de *per si* uma solução alternativa de transporte confiável e econômico, que seja capaz de escoar os crescentes volumes de produção oriundos daquelas regiões, de maneira competitiva.

Assim, o desenvolvimento da parceria entre o setor público e o setor privado tem-se mostrado como uma opção viável que pode ser materializada

– o que é sumamente importante – em espaços de tempo relativamente curtos.

Gostaria, nesta oportunidade, de reportar-me a um empreendimento da maior envergadura e importância não somente para Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, mas também para toda a Região Norte: o "corredor de exportação" por meio da hidrovia Madeira-Amazonas.

Este empreendimento, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, prevê uma utilização mais reduzida do transporte rodoviário e o aproveitamento do potencial hidroviário dos rios Madeira e Amazonas. Prevê, assim, o transporte rodoviário até Porto Velho, em Rondônia, e, de lá, a descida pelo rio Madeira, em comboios constituídos de empurreadores e barcaças, até o rio Amazonas, numa distância de aproximadamente 1.500 quilômetros, onde, com a adequação do Porto de Itacoatiara, o carregamento será transferido para os navios de maior calado, destinados ao exterior.

Os investimentos previstos para a implementação deste projeto estão orçados em cerca de 100 milhões de dólares, em três etapas. Os recursos são originários do Grupo Maggi – atualmente o maior produtor e exportador de soja no País –, dos Governos de Rondônia e do Amazonas e de financiamentos do BNDES.

Esse projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, já é uma realidade e deverá começar a operar a partir de abril deste ano. Isto será possível com a inauguração do porto graneleiro do rio Amazonas, em Itacoatiara, a 270 quilômetros de Manaus.

Esse porto será administrado pela Hermasa, empresa de capital misto, com controle acionário do Grupo Maggi e participação do Governo do Amazonas. É todo informatizado, alfandegado e fiscalizado pela Receita Federal e Polícia Federal, dispondendo de silos com capacidade para estocar até 90 mil toneladas de soja.

Por este porto deverão ser exportados, já em 1997, cerca de 300 mil toneladas de soja, produzidas no norte de Mato Grosso. Esse volume corresponde a 5% da previsão total de exportação de soja, em 1997, de todo o País, o que é, indubitavelmente, um volume substancial.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ainda mais importante é o fato de que essa nova opção de escoamento da produção deverá provocar uma redução de cerca de U\$30,00 em cada tonelada de soja exportada, em relação aos portos de Santos e Paranaguá, utilizados atualmente.

O Sr. Romeu Tuma – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO – Com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma – Senador Jonas Pinheiro, desculpe-me interrompê-lo, mas V. Ex^a fez uma referência importantíssima. Quando eu estava na direção da Polícia Federal, para coibir o contrabando, principalmente de grãos de soja, havia algumas operações especiais que ocupavam mais de 30% do efetivo da Polícia Federal: primeiro, a Operação Café; depois, a Operação Soja; sem falar nos convênios com as polícias estaduais para evitar essa passagem permanente de concorrência desleal entre a soja brasileira e a soja de outros países, que incorporavam uma movimentação fora da realidade. Com algumas providências e a informatização do porto de Paranaguá, a que V. Ex^a se referiu, a economia brasileira passou a colher alguns benefícios. Fico muito feliz com a exposição de V. Ex^a, falando na presença da Polícia Federal, dos órgãos da Receita, na modernização, na informatização dessas instituições, para evitar que haja abusos e o Brasil deixe de perder não só divisas, mas também a contribuição que os Estados têm na participação dessa produção e exportação. Fico feliz com todos os pronunciamentos de V. Ex^a e, principalmente, com o de hoje.

O SR. JONAS PINHEIRO – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Incorporo, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, especialista que é nessa área de fiscalização da Polícia Federal.

Com certeza, o porto de Itacoatiara será um dos mais modernos do mundo. Esperamos que no dia 22 de abril, dia consagrado ao descobrimento do Brasil, a inauguração desse porto, com a presença do Senhor Presidente da República, de parlamentares ligados à região – V. Ex^a também será convidado –, signifique a redescoberta do Brasil, sobretudo dessa parte imensa que ainda não está integrada ao processo de desenvolvimento do País.

A via de escoamento para esse porto, Senador Romeu Tuma, começará em Mato Grosso, por rodovia, e integrará mil quilômetros no Estado de Rondônia, através de rodovia e também da hidrovia sobre o rio Madeira, entrará no Estado do Amazonas, que hoje vive, em termos de agropecuária, quase que extrativamente, e possibilitará que os bons cerrados da região de Humaitá, às margens do rio Madeira, sejam também aproveitados. Portanto, até o Estado do Amazonas entrará no processo informatizado da agricultura brasileira.

Obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ainda mais importante é o fato de que essa nova opção de escoamento da produção deverá provocar uma redução de cerca de U\$30,00 em cada tonelada de soja exportada, em relação aos portos de Santos e Paranaguá, utilizados atualmente.

Além disso, Sr. Presidente, no porto de Itacoatiara não haverá fila de espera, ao contrário dos portos tradicionais. Na última safra, por exemplo, os produtores tinham que esperar em média 12 dias para embarcar sua soja em Santos e 7 dias em Paranaguá.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trago este tema a esta Casa para deixar claro que, quando há decisão política e determinação, as novas alternativas para contornar os estrangulamentos estruturais do País se tornam viáveis. No projeto da Hidrovia Madeira-Amazonas tem-se o exemplo concreto de um empreendimento inovador, não somente em termos de modelo, mas, sobretudo, em termos de modalidade de implantação e gerenciamento, em parceria entre os setores público e privado.

Sr. Presidente, inúmeras outras iniciativas precisam e devem ser apoiadas, espelhadas no projeto da Hidrovia Madeira-Amazonas, para acelerar o processo de desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Norte.

Tomo, portanto a liberdade de concluir os colegas parlamentares, em especial os membros desta Casa, para que dêem todo o apoio a essas iniciativas, pois somente desta maneira se poderá promover o desejado desenvolvimento dessas regiões e minimizar as enormes e indesejáveis diferenças regionais existentes no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de trazer, nesta tarde, os meus cumprimentos à nossa Senadora Marina Silva, por ter sido uma das três brasileiros a serem homenageados em Davos, pela Fundação Fórum Econômico Mundial. Trata-se de um incentivo a jovens que se destacam na política e em outras atividades. Esse Fórum permite, segundo seu idealizador, o professor Klaus Schwab, que as pessoas selecionadas como "líderes globais de amanhã" possam conhecer umas as outras, encorajando-se e ajudando "a tornar este mundo um lugar melhor para se viver". É um orgulho para o Senado Federal ter a Senadora Marina Silva condecorada

rada por um fórum internacional – ela que se destaca na discussão de temas importantes para o nosso País –, onde se discutiu o tema "O Japão vira pedra no sapato do capitalismo", atividades econômicas e confrontos econômicos. A Senadora Marina Silva é um exemplo para as futuras gerações de congressistas que, dentro em breve, nos substituirão. Parabéns à nossa Senadora.

Ao mesmo tempo que temos uma notícia boa, começo a me preocupar com o que o noticiário em torno da CPI dos títulos públicos tem trazido à sociedade brasileira: prejuízo público, sonegação, estelionato, falsidade ideológica e tantas outras coisas que nos fazem pensar no projeto que o Senador Eduardo Suplicy acaba de enaltecer: o Programa de Garantia de Renda Mínima. O Senador Eduardo Suplicy vem nessa sua caminhada há alguns anos e aqui enumerou algumas dezenas de Estados e Municípios que vêm admitindo a importância desse seu projeto.

Eu perguntaria à Senadora Júnia Marise se não seria interessante que criássemos o programa de responsabilidade mínima, para que os administradores públicos tivessem a dignidade de bem conduzir os seus orçamentos, visando única e exclusivamente ao bem público, à satisfação e à dignidade do povo brasileiro.

Senador Eduardo Suplicy, hoje vou mandar um ofício ao Presidente da CPI e seus relatores, Senadores Bernardo Cabral e Roberto Requião, falando da importância de, nessa fase das apurações, convirmos a equipe que trabalhou nas apurações do caso PC Farias. Penso que devem ser convidados aqueles que passaram mais de três anos nessas investigações, cruzando dados das pessoas que tiveram o seu sigilo bancário quebrado, além de outras pessoas envolvidas, provavelmente políticos e membros do Executivo. Esta não é uma tarefa fácil de ser executada: comprovar se houve ou não manipulação com vantagem pessoal daqueles que dela participam. É importante que essa equipe, composta de policiais federais, membros da Receita Federal e de peritos técnicos do Banco Central, faça uma análise documental do assunto, para que se apurem mais rapidamente essas questões.

Dentro de dois anos, um terço deste Plenário será reeleito ou substituído, sem que isso termine. Alguns estarão praticamente no meio de seus mandatos, e outros já terão deixado o Executivo. É importante que seja formada uma equipe antes da abertura dos inquéritos.

V. Ex^a faz parte da Comissão. Assisti a alguns depoimentos a respeito do assunto. Vejo, pelo noti-

ciário, que há uma insistência no sentido de que, rapidamente, possam ser mostrados dados sobre a questão. Hoje, a população e a imprensa cobram uma resposta, até mesmo pelo espaço que o noticiário vem ocupando. Só nesse final de semana, houve mais de dez notícias.

A Srª Júnia Marise – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Concedo o aparte a V. Ex^a.

A Srª Júnia Marise – Senador Romeu Tuma, quero ressaltar a importância do pronunciamento de V. Ex^a, que, nesta Casa, tem pautado a sua atuação parlamentar com seriedade e tem-se devotado aos interesses do nosso País e, particularmente, àquilo que todos nós defendemos: a ética, a lisura e a transparência na administração e na vida pública. É fundamental que, cada vez mais, possamos impor salvaguardas e um processo de fiscalização permanente não apenas em relação às ações administrativas de Governo, como também a projetos, programas e recursos, que consideramos recursos públicos. Por isso mesmo, devem ser aplicados com absoluta correção, dentro do seu objetivo, que é exatamente o de atender as necessidades básicas da nossa população e do nosso País. V. Ex^a ressalta exatamente a preocupação permanente no sentido de que possamos criar esse conjunto de responsabilidades – que não é só do Presidente da República -, que têm que ser de todos, principalmente daqueles que estão na gestão da coisa pública, para que eles possam ter a consciência de que estão gerindo recursos públicos e sendo responsáveis pelas decisões que têm que tomar, de acordo com os mais altos interesses do nosso País. Quero, mais uma vez, ressaltar que essa é uma questão que não tem limite na proporção do debate dessa matéria. Devermos estar freqüentemente atentos a ela, e a idéia levantada por V. Ex^a, da responsabilidade mímina com relação às ações que dizem respeito ao aperfeiçoamento das nossas instituições e aos interesses das populações mais carentes do nosso País, devem partir, acima de tudo, do alto grau de responsabilidade, de credibilidade e de sensibilidade por parte daqueles que estão hoje à frente da gestão da coisa pública no nosso País. Portanto, meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, uma Parlamentar que tem uma ação que prima pela dignidade e respeito à coisa pública, já tendo dado exemplo disso em outros cargos que ocupou. É também um exemplo neste Plenário a sua efetiva presença na discussão de assuntos de interesse da Nação brasileira. Muito obrigado, Senadora Júnia Marise, por seu aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me-me V. Ex^a um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA – Com muito prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Em primeiro lugar, gostaria também de saudar o cumprimento que V. Ex^a faz à Senadora Marina Silva por ter sido escolhida uma das representantes cidadãs brasileiras que mais têm contribuído na luta pelos direitos e pelo do bem-estar dos povos da floresta, bem como por ser considerada um dos líderes mais importantes de nossa Nação e, por isso mesmo, convidada para o encontro de Davos. Em segundo lugar, ressaltar a importância da iniciativa de V. Ex^a com respeito a dois temas: primeiro, uma descoberta relacionada à CPI do Caso PC e o trabalho que a Polícia Federal continuou a realizar, em decorrência das conclusões da CPI que analisou a fortuna de Paulo César Farias, relacionando-a à do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Nesses últimos dias, em Miami, a Rede Globo de Televisão detectou a construção de uma residência avaliada entre dois e cinco milhões de dólares, que pertenceria ao cunhado do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, o Embaixador Marcos Coimbra, tendo entretanto, havido algumas contradições. O Jornal Nacional mostrou o testemunho de pessoas que disseram que o ex-Presidente Fernando Collor de Mello estava visitando essa residência em construção, duas vezes por semana, nesses últimos meses. Por outro lado, o ex-Presidente Fernando Collor de Mello mencionou ou, pelo menos, deu a entender que aquela casa não seria sua. O Embaixador, seu cunhado, Marcos Coimbra, reconheceu que a casa estava em seu nome; o endereço era de fato o mesmo, mas mencionou que a casa não é para ele. As evidências, os indícios indicam que a casa pertence a Fernando Collor. Se verdadeiro, pelo valor da casa, o fato obviamente interessa ao inquérito da Polícia Federal, que continua a examinar os sinais exteriores de riqueza tanto do Sr. Paulo César Farias, ainda que falecido, quanto de Fernando Collor. Estranho o procedimento do ex-Presidente porque, se ele anuncia que quer voltar à vida política brasileira, seria próprio, tendo aprendido as lições do episódio havido, que ele viesse a se caracterizar pelas verdades de suas palavras. Diante da evidência de que a casa realmente está sendo construída para ser sua residência, soa muito estranho ele dizer que a casa não é dele, ainda que estivesse acompanhando sua reforma. Pelo que se percebe, ele não está querendo falar sobre o assunto. Seria próprio que um ex-Presidente que anuncia o desejo de voltar à vida política tivesse, de pronto, uma postura de transparência em situações como

essa. Isso será, certamente, objeto de averiguação da Polícia Federal que continua com o inquérito a respeito. V. Ex^a faz referência às reportagens que, nesses últimos dias, surgiram sobre os trabalhos feitos na Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda os títulos públicos, particularmente os precatórios, emitidos pelo município de São Paulo, ao tempo em que foi prefeito Paulo Maluf, tendo, como seu Secretário Municipal de Finanças, o Sr. Celso Pitta, atual prefeito daquela cidade. Eu gostaria ainda de ressaltar que, há duas semanas, apresentei requerimento de convocação daquele Secretário Municipal de Finanças, durante o período 95/96 – período objeto da investigação da CPI – para que compareçam à Comissão o Dr. Celso Pitta, bem como o Dr. Amir Khair, Secretário Municipal de Finanças na administração da Prefeita Luíza Erundina. Esse pedido estende-se também aos Secretários de Fazenda do Governador Luiz Antônio Fleury Filho. O Senador José Serra avaliou que seria importante que chamassemos – para conhecermos a evolução histórica da emissão de título para a finalidade de pagamento de precatórios dos dois governos anteriores: os de Luiz Antônio Fleury Filho e Luíza Erundina. Eis que a Comissão Parlamentar de inquérito, na semana passada, embora tendo lido na reunião o requerimento, preferiu – pelas palavras e ponderações dos Senadores Geraldo Melo e Esperidião Amin – que não votássemos esse requerimento, que fosse adiado seu exame. Ora, diante do que foi publicado, especialmente pela **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo** e o **Jornal da Tarde**, na quinta e sexta-feiras, sábado domingo, e ainda hoje, quero afirmar que considero imprescindível que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos decida e vote logo sobre a convocação do ex-Secretário Municipal Celso Pitta. Até porque parece que este esteja com disposição de vir aqui, ou seja, é o que anuncia ele pelo painel da **Folha de S. Paulo**. A imprensa informa que Celso Pitta não quer dar entrevista, primeiro quer falar na CPI. O Senador Roberto Requião, que está estudando todos os documentos, ponderou que será adequado à CPI ouvir o ex-Secretário Municipal Celso Pitta e declarou a mim, pessoalmente, que não concluirá seu parecer sem antes ouvi-lo. Acrescentou ainda o Senador Roberto Requião que o melhor momento para ouvir Celso Pitta, acredita, será quando a Comissão já tiver examinado, com rigor, toda a documentação, para que possa formular todas as perguntas pertinentes. Penso que ele tem razão. Portanto, o primeiro passo é aprovar o requerimento para ouvir o Dr. Celso Pitta. Aprovar

também o requerimento, que é o mesmo, para ouvir o ex-Secretário Municipal Amir Khair, até para que ele diga qual era o procedimento anterior. Avalio que essa CPI irá trabalhar com todo o vigor e apurará os fatos. A **Folha de S. Paulo** trouxe uma revelação significativa: que o Prefeito Darci Accorsi, de Goiânia, havia também solicitado autorização para emissão de títulos, entretanto, examinou as condições. O Secretário de Finanças de Goiânia foi até São Paulo e examinou se seria adequado ou não verificando que, para o Município de Goiânia, não teria valido a pena seguir o exemplo de São Paulo dadas as condições financeiras. Sendo assim, resolveu não seguir o mesmo procedimento. Penso que esse é mais um dado importante que a CPI estará recolhendo para exame da matéria. Agradeço a oportunidade ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Eu que agradeço por V. Ex^a ter interferido com tanto conhecimento no meu pronunciamento. Penso, Senador Eduardo Suplicy, que o Senador Roberto Requião tem razão quando diz que é preciso buscar materialidade da fraude ou não, subsidiar os dados para, realmente, ir em busca da responsabilidade criminal, se em tese houve crime. Por tudo que se tem lido, não é problema de São Paulo, de Santa Catarina ou de Alagoas, penso que se trata de um conjunto de fatos que traz uma grande preocupação. Peço licença a V. Ex^a, que tem feito uma peregrinação tão importante relativa ao Programa de Renda Mínima, tendo conseguido sucesso em vários municípios, para fazermos o "Programa de Responsabilidade Mínima dos Administradores Públicos" e criarmos condições para que realmente se destaque quem saiba gerenciar com carinho e inteligência, objetivando o bem público, responsabilizando, ainda durante o mandato, aqueles que realmente não se comportam dentro da perspectiva da população que nele votou.

Sr. Presidente, encontram-se com a Senadora Marina Silva os Srs. Patrick Larragoiti, do Grupo Sul América, e Paulo Galvão, das Indústrias Klabin de Papel e Celulose.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 6, DE 1997

Autoriza o Poder Executivo Federal a promover acordos com os países que menciona, para a implantação de agrovilas nas terras da União, situadas na faixa

Internacional de fronteiras das Regiões Norte e Oeste do Brasil e dá outras provisões.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Federal autorizado a promover acordos com os Governos da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, objetivando a construção de uma rodovia ao longo das fronteiras comuns que no Brasil, correspondem a região Norte e Oeste, para a interligação de agrovilas a serem implantadas.

Art. 2º As consultas do Governo Brasileiro com os respectivos Governos dos países mencionados no artigo anterior, deverão preceder a implantação desta lei e esclarecerão desde logo o seguinte:

a) Que nas faixas de fronteiras serão respeitados os acordos de não-edificação;

b) Que nas terras da União, situadas na faixa de fronteira e localizadas nas regiões Norte e Oeste do Brasil, serão utilizadas também para a criação de agrovilas estruturadas sob a forma de regime cooperativista nos termos da legislação vigente, e para o assentamento de comunidades agrícolas, em observância às especificidades naturais de cada região abrangida pelo projeto, precedida de consulta às populações envolvidas, assistida pelo Ministério Público e Órgãos governamentais competentes;

c) O desmatamento das áreas de que trata esta lei, torna obrigatório o reflorestamento em percentagem a ser indicada pelos estudos técnicos e não poderá ser inferior a 30%, priorizando o plantio de vegetação nativa como castanheiras, seringueiras, açaizeiros, palmiteiros e plantas medicinais.

§ 1º As consultas de que trata o **caput**, deste artigo serão realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores, cabendo ao Ministério dos Transportes o estudo do traçado da rodovia fronteiriça que será construída na faixa interna do território nacional, a uma distância média de 70 km da linha divisória terrestre, ou a maior distância por razões de natureza técnica e cujo traçado deverá ser de forma contínua, podendo ser implantado um sistema intermodal (rodoviário, ferroviário ou hidroviário), observado o seguinte:

a) Que as áreas indígenas regulamentadas, ou as que forem objeto de estudo para demarcação, assim como possíveis tribos isoladas, verificadas na área de execução prevista, constituirão razão de natureza técnica para os fins de contorno previsto no parágrafo;

b) Que o sistema viário proposto deverá ser adequado e harmonizado com o disposto na Lei nº 5.917, de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação).

§ 2º A criação de agrovilas e o assentamento de comunidades agrícolas nos termos da alínea **b** do **caput** deste artigo, obedecerão a programas elaborados pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, estruturadas nos termos da legislação pertinente, priorizando o assentamento das famílias ou populações envolvidas em conflitos pela posse de terra em zona rural ou urbana.

§ 3º A execução do projeto deverá realizar-se por etapas de tal forma que as primeiras agrovilas implantadas sirvam para o apoio logístico para a viabilização das outras, em observância ao plano global previsto nesta lei.

§ 4º O assentamento das agrovilas far-se-á nos Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, podendo iniciar-se simultaneamente em cada um dos respectivos estados, após os estudos técnicos pertinentes.

Art. 3º Que a atividade pecuária será permitida para o auto abastecimento das populações das agrovilas, desde que utilizadas técnicas condizentes com a preservação ambiental.

Art. 4º Caberá ao Ministério da Fazenda gerenciar a captação de recursos para implantação do projeto, assim como adotar políticas de incentivos capazes de atrair a participação majoritária do capital privado.

Parágrafo Único. A captação de recursos para a realização do projeto compreende, internos e externos.

Art. 5º As universidades e organismos científicos nacionais e internacionais mediante autorização prévia e incentivos dos Órgãos governamentais, poderão instalar-se na área do projeto para o estudo e desenvolvimento de novas tecnologias que visem contribuir para o desenvolvimento e preservação ambiental da região.

Art. 6º O Poder Executivo Federal providenciará a indenização prévia e condizente nos casos em que se constatar qualquer prejuízo decorrente da implantação do projeto.

Art. 7º A execução do disposto nesta lei dar-se-á em estreita observância da legislação ambiental em vigor, atendendo-se as recomendações previstas nas diretrizes básicas do zoneamento Ecológico-Econômico das respectivas regiões.

Parágrafo Único. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto

Ambiental – RIMA, deverá levar em consideração, de forma distinta, os diferentes aspectos que constituem a natureza, a implantação e o funcionamento dos empreendimentos previstos nesta lei.

Art. 8º O EIA-RIMA elaborado para a implantação e o funcionamento dos empreendimentos previstos nos Arts. 1º e 2º desta lei, deverão propor ações individualizadas a serem estabelecidas através de lei, visando eliminar e coibir a produção e o tráfico de drogas, as queimadas, o contrabando e a ingerência nociva em parques florestais e áreas indígenas, dentre outras.

Art. 9º O comércio entre os países mencionados no art. 1º desta lei, obedecerá a legislação pertinente em consonância com o Mercosul.

§ 1º A implantação de agrovilas e o assentamento de comunidades agrícolas de que trata esta lei, precedendo a construção da rodovia fronteiriça, somente deverá ocorrer após o estabelecimento de meios de transporte que permita o acesso das populações a outros centros consumidores.

§ 2º O assentamento das famílias que formarão as comunidades agrícolas será precedido da infra-estrutura básica que assegure o pleno funcionamento dos serviços essenciais de saúde, de educação, de segurança, da assistência financeira, técnico-profissional de lazer.

§ 3º Os projetos e programas já aprovados ou em fase de execução, para a faixa de fronteira, quer seja de natureza civil ou militar, deverão ser ampliados, com vistas a assistência das novas comunidades agrícolas previstas nesta lei.

Art. 10. Caberá ao Governo Federal incentivar o turismo-ecológico, bem como a implantação de agro-industrias (não-poluentes), para o aproveitamento racional das espécies nativas.

Art. 11. A exploração de recursos minerais nas terras previstas para a execução desta lei obedecerá a legislação pertinente em vigor.

Art. 12. As agrovilas servirão também para o apoio logístico permanente no combate ao narcotráfico, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Justiça, cabendo ao Ministério das Relações Exteriores promover e celebrar acordos internacionais para possíveis ações conjugadas, quer seja de natureza preventiva ou repressiva.

Art. 13. O Conselho de Defesa Nacional manifestar-se-á previamente quanto aos critérios e condições de utilização das terras de que trata esta lei, em conformidade como o disposto no art. 91, § 1º, inciso III da Constituição Federal.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

No momento em que a população brasileira volta a experimentar fortes sentimentos de esperança, ressurge, vigoroso, no povo como nas autoridades responsáveis pela administração pública, o desejo de resolver velhos e cruciais problemas que constituem as principais causas do nosso subdesenvolvimento.

Dentre esses problemas, um dos que envolvem maior importância social, econômica e política relaciona-se com a qualidade de vida da população e se desdobram em vários aspectos como o acesso a terra, o direito ao trabalho e a habitação, o êxodo rural e consequentemente, o inchamento das cidades e a auto suficiência em gêneros alimentícios e bens de primeira necessidade. O Brasil não poderá se enquadrar entre os países desenvolvidos sem que tenha resolvido estes problemas, o que confere ao assunto também um interesse estratégico do ponto de vista da política internacional.

Evidencia-se a sensibilidade do Governo Federal para esta ordem de problemas pela iniciativa de promover a reforma agrária em áreas de tensão. No entanto, para que um país com a extensão territorial do Brasil e com o papel que tem a desempenhar na América Latina, há um passo maior a ser dado no sentido de coordenar e encaminhar a ocupação de terras ociosas da União situadas na fronteira internacional das regiões Norte e Oeste que compreende a Amazônia Legal. Sobre a ocupação da faixa de fronteira, diz o art. 2º da Constituição Federal que estas serão reguladas em lei. Hoje, aqueles imensos vazios demográficos constituem uma mera abstração de direito e soberania. Um paraíso aberto, desguarnecido e envolvido em uma absurda realidade de isolamento, já que o país não dispõe de recursos financeiros suficientes para dotar as Forças Armadas de efetivos e equipamentos para a vigilância satisfatória do território nacional. Não podemos esquecer que há quase 200 anos atrás, o famoso Barão de Rio Branco, patrono de nossa diplomacia sensível e preocupado com a questão da defesa territorial, afirmava: "Quem ocupa é dono". Países como China e Israel resolveram problema similar através da interação de esforços entre Forças Armadas e Sociedade Civil, princípio filosófico sobre o qual alicerçou-se a presente proposta legislativa. Se olharmos hoje para aquelas imensas áreas, nos daremos conta, ainda

em tempo, que aquele eldorado isolado está sendo ocupado por narcotraficantes, narcoguerrilheiros, mercenários, madeireiros, mineradores, fazendeiros, colonos, garimpeiros, caçadores, etc. A ocupação avança desordenadamente diante da inércia e impotência do Estado em controlar sozinho um crescimento trágico para as gerações vindouras e catastrófico atualmente para as populações indígenas, indefesas e vítimas das mais cruéis violações aos Direitos Humanos. Não devemos relegar a discussão desta questão inadiável por mais tempo, para não sermos responsabilizados perante o tribunal da história como avalistas de um processo irresponsável de saqueamento irracional das riquezas nacionais e do extermínio de milhares de nossos índios. Para eles devemos oferecer com garantia, os instrumentos e serviços indispensáveis para a adaptação as condições de vida, decorrente do estreitamento cada vez maior com nossa cultura. Isso permitirá o atendimento dos interesses também legítimos de parte majoritária da postulação nacional, respeitando nossa vocação de democracia pluri-étnica, com o mérito de não violarmos o direito de minorias, atendendo simultaneamente aos objetivos filosóficos nacionais de integração, desenvolvimento, segurança e preservação ambiental.

A forma de ocupação ora defendida poderá ser feita de modo eficiente, mediante a criação de agrovilas e o assentamento de comunidades agrícolas, de forma gradual e organizada, dotando-as de toda infra-estrutura básica para pleno funcionamento de serviços de saúde, comunicação, segurança e de lazer, o que inclui, como medida prioritária, a construção de um único cinturão rodoviário interligando-as, valendo-se das facilidades oferecidas pelo imenso potencial hidroviário disponível na região.

Sobre a criação de agrovilas e o assentamento de famílias objetivado, verifica-se uma perfeita coadunação com o disposto no Plano Nacional de Reforma Agrária – PRNA, particularizando os planos regionais, cujos efeitos imediatos incluirão a solução para áreas onde, atualmente, se verificam conflitos e contribuirão para evitar o surgimento de novas áreas de tensão social. Por outro lado, considerados o espaço a ser ocupado pelas agrovilas e a extensão da região Amazônica, o projeto não gera incompatibilidade para a preservação da região que igualmente se harmonizam com os objetivos de desenvolvimento econômico social.

Desta forma, para que se realize todo o potencial de benefícios que reúne a valorização das terras a que se refere a proposta, mostra-se imprescindível

que o assentamento das famílias de agricultores seja precedido da efetivação de toda infra-estrutura que assegure a continuidade do empreendimento, que se fará processar de forma lenta e gradual, se fazendo acompanhar da orientação técnica e assistência necessárias a seu bom desempenho.

São múltiplos os benefícios diretos e indiretos que advirão do aproveitamento pretendido.

No plano social, os benefícios se traduzem, principalmente, a nível de criação de oportunidades de trabalho para desempregados, subempregados e para agricultores sem terra. Enquanto a desassistência gera a precariedade de vida no campo e impõe o êxodo rural, as agrovilas, com infra-estrutura prévia e permanente e adequado apoio financeiro-tecnológico, estarão aparelhadas para mudar a imagem da área desprivilegiada que tem o meio rural em comparação com o meio urbano, para oferecer oportunidade de trabalho em larga escala para atrair numerosa mão-de-obra. Uma válvula de descompressão para o problema da aglomeração de populações marginalizadas, sobretudo nos grandes centros.

Outrossim, em empreendimento tenderá a auto-sustentar-se com o desenvolvimento do cooperativismo que surgirá como decorrência natural da prática da entreajuda que caracteriza as comunidades pioneiros, bem como a adoção de projetos estratistas que deverão ser estimulados pelos órgãos governamentais que orientarão o processo.

Do ponto de vista econômico, além do fato da incorporação de um grande número de pessoas à população economicamente ativa, há de ser considerado o surgimento e consolidação da produção agropecuária em toda extensão ao longo da fronteira internacional, paralelo a que estar-se-á caminhando para a auto-suficiência em gêneros alimentícios, maior intercâmbio com os países limítrofes, barateamento do custo de vida pela eliminação das despesas de frete dos produtos hoje importados por aquelas longínquas regiões e pelo equilíbrio entre demanda e oferta.

A proposta tem seu interesse aumentado quando analisada sob a ótica da implantação global de um mercado comum latino-americano conforme preconiza o Mercosul, uma vez que o estabelecimento de vias de comunicação terrestre, bem como a vivificação das fronteiras comuns são pré-requisitos fundamentais para a participação dos países irmãos da fronteira amazônica num processo efetivo de integração, imprescindível para o desenvolvimento global da região.

A proposição aponta ainda para o caminho seguro e único capaz de permitir, através da soma de nossas próprias potencialidades o reencontro de povos ligados por um destino comum, consolidando o sonho do libertador Simon Bolívar.

No plano político interno, os resultados serão altamente positivos, pois a efetiva ocupação daqueles terras, num processo de interação entre Estado e Nação, concorrerá para reforçar os sentimentos de nacionalidade, assegurando em caráter definitivo a consolidação territorial (pacífica) de nossa fronteira internacional de dimensões continentais, legada por nossos gloriosos antepassados que a conquistaram com a própria vida, em condições muito mais adversas que as de hoje. Ocupação planejada e consolidação territorial configuraram a presente proposição que entendo estar ao alcance político e econômico do Brasil, requerendo tão somente vontade política, competência e consciência das responsabilidades constitucionais que nos reveste o mandato eletivo ao qual devemos honrar.

A proposta permitirá além da expansão do projeto denominado "Calha Norte", a consecução dos seguintes objetivos:

1 – atendimento dos objetivos filosóficos da Segurança Nacional através de um processo viável de interação entre Forças Armadas e Sociedade Civil;

2 – a participação da iniciativa privada na execução do respectivo projeto permitirá a construção de uma ampla e necessária infra-estrutura militar, sem onerar os cofres públicos;

3 – ocupação da faixa de fronteira internacional sem provocar inquietudes ou conflitos no plano político-militar como os ocorridos recentemente entre Peru-Equador e Colômbia-Venezuela, com méritos de um projeto que comparte responsabilidades entre Estado e Nação sobre os destinos da região abrangida.

O trauma nacional que resultou da imposição de projetos chamados "faraônicos" à sociedade, a exemplo da transamazônica, não deve ser aceito como pretexto para impedir o debate de propostas de natureza estrutural ou de grande porte. Se aquele empreendimento serviu para encher o bolso de burocratas, e outros corruptos, ao contrário, a idéia ora defendida apoia-se em pareceres técnicos emitidos por cientistas, autoridades nacionais e estrangeiras, universidade e inúmeras associações representativas da sociedade civil.

O projeto, de autoria do ex-suplente de Deputado Federal, Samuel Sales Saraiva (PMDB/RO)

deu origem a publicação denominada Projeto Transfronteira, respectivamente registrada como obra intelectual na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) sob o nº 61.263, editada pela Câmara dos Deputados e Parlamento Latino-Americano, tendo como co-autores os Srs. Deputados Assis Canuto (PFL/RO) e José Guedes (PSDB/RO).

Após 4 anos de estudos e quase 5 de tramitação na Câmara Federal com os nºs 1.581, 1.831 e 1.930/89, a proposta foi rejeitada por voto simbólico de lideranças, sem a devida discussão, numa vergonhosa manobra de "limpeza de pauta", que desconsiderou o exaustivo trabalho de dezenas de parlamentares nas Comissões Temáticas bem como os respectivos pareceres:

Da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Sr. Jorge Arbage); da Comissão de Relações Exteriores, pela aprovação (Relator: Sr. Francisco Diógenes); da Comissão de Agricultura e Política Rural, pela aprovação (Relator: Sr. Vicente Fialho); e da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em audiência, pela rejeição, com votos em separado dos Srs. Sidney Miguel e Socorro Gomes, contra voto em separado do Sr. Antônio de Jesus (Relator: Sr. Valdir Ganzer).

Torna-se importante destacar que o atual texto do projeto foi consolidado através do acolhimento de emendas e pareceres técnicos ao longo de toda sua tramitação, somando-se ainda duas sugestões recomendadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, que contribuíram para reforçar ainda mais o presente projeto para o qual conclamo os ilustres parlamentares a votarem por sua aprovação.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1997. – Senador **Ernandes Amorim**, Quarto Secretário do Senado Federal – PMDB/RO.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 5.917 DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PVN) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral. Sistema Nacional de Viação.
2. Sistema Rodoviário Nacional:
 - 2.1.conceituação;
 - 2.2. nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, Integrantes do Plano Nacional de Viação.
3. Sistema Ferroviário Nacional:
 - 3.1. conceituação;

(As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes, devendo ter a sua tramitação iniciada a partir de 17 de fevereiro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 119, DE 1996

Senhor Presidente,

Com base nos artigos 215, II, b e 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência me sejam prestadas, pela Administração desta Casa, as seguintes informações:

1º – Quantos cargos em comissão e quantas funções comissionadas foram criadas e/ou transformados com a aprovação da Resolução nº 9/97, e respectivos reflexos financeiros para os servidores ativos e inativos do Senado Federal?

2º – Solicita-se um quadro discriminado e comparativo, por unidade, das alterações havidas.

Justificação

O noticiário da imprensa, do rádio e da televisão, em todo o País, tem se referido, com críticas, à recente aprovação da Resolução nº 9/97.

Com a resposta ao Requerimento que ora formalizo, estarei em condições, como Senador, de contribuir para o esclarecimento do assunto.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1997. – Senador **Edison Lobão**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – A Presidência defere o requerimento de V.Exº.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.566, adotada em 29

de janeiro de 1997 e publicada no dia 30 do mesmo mês e ano, que "excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho Nabor Júnior	.Gerson Camata .Carlos Bezerra
	PFL
Gilberto Miranda Guilherme Palmeira	Bernardo Cabral Carlos Patrocínio
	PSDB
Artur da Távola	Coutinho Jorge
	PPB
Epitácio Cafeteira	Esperidião Amin
	PSL
Romeu Tuma	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Rubem Medina José Carlos Coutinho	Carlos Alberto Campista Aldir Cabral
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Michel Temer	Geddel Vieira Lima
	Bloco (PPB/PL)
Odelmo Leão	Gerson Peres
	PSDB
Paulo Feijó	Alexandre Santos
	PSB
Sérgio Guerra	João Colaço
	PC do B
Jandira Feghali	Lindberg Farias

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-2-97 – designação da Comissão Mista

Dia 4-2-97 – instalação da Comissão Mista

Até 4-2-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-2-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 28-2-97 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estão encerrando-se os trabalhos da Mesa, da qual V. Ex^a faz parte, presidida pelo Presidente José Samey.

No dia 13 de novembro, eu estava muito preocupado com a resposta a um requerimento de informação que o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, encaminhou a esta Casa, referente a episódios relativos a Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo.

Naquele dia, o Ministério da Fazenda encaminhou a resposta a um requerimento – assunto, aliás, de grande interesse para a opinião pública – sobre o que se havia passado na cidade de São Paulo.

O documento foi entregue no gabinete do Senador Odacir Soares. Procurei por longo tempo naquele dia o documento, que somente veio ao conhecimento do Senado Federal depois de fechadas as urnas em 15 de novembro. O documento só tornou-se público no dia 16 novembro.

As respostas do Presidente Gustavo Loyola, do Banco Central, e do Ministro Pedro Malan não foram conclusivas. A respeito daquelas operações disseram que o Banco Central estava investigando. Como as respostas não foram satisfatórias, reiterei minhas perguntas em outro requerimento e novamente, ao final de dezembro, o Ministro da Fazenda encaminhou resposta sem grandes novidades. Dizia que aquelas operações estavam sendo objeto de exame da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Títulos Públicos.

Na primeira quinzena de janeiro, o Banco Central encaminhou à Comissão Parlamentar de Inquérito a resposta informando que grande parte daquelas operações estavam caracterizadas por irregularidades: algumas operações consideradas desnecessárias, outras operações tendo resultado em oportuni-

dades de alta rentabilidade para intermediários financeiros.

Enfim, agora a Comissão Parlamentar de Inquérito está examinando isso em profundidade.

Quero ressaltar alguns aspectos.

Primeiro, teria sido muito importante que o Governo, que possuía elementos para informar ao Senado Federal de forma bastante completa sobre aquelas operações, houvesse dado informações mais detalhadas, pois sei que já tinham conhecimento de mais detalhes naquele dia 13 de novembro. Preferiu, porém, não fazê-lo.

Segundo, o Senador Odacir Soares, ao impedir que aquela informação fosse divulgada, contribuiu para que a população não soubesse inteiramente do caso.

Perguntei ao Presidente José Samey sobre o resultado da representação que fiz contra o Senador Odacir Soares. S. Ex^a disse, na semana passada, que a Mesa recebeu da Procuradoria do Senado um parecer em que constava que o Senador Odacir Soares também havia feito uma reclamação sobre meu procedimento. Assim, teria havido um empate. Teria sido encaminhado ao Presidente do Conselho de Ética, Senador Casildo Maldaner, o parecer, que, aliás, desconheço.

Sr. Presidente, quero solicitar à Presidência do Senado que divulgue o significado desse empate. Quero tomar conhecimento da decisão. E quero aqui já transmitir ao Presidente Casildo Maldaner, Senador por Santa Catarina, que pretendo ser ouvido pelo Conselho de Ética. O Conselho de Ética, para tornar a decisão sobre arquivar ou não as representações, tanto a minha quanto a do Senador Odacir Soares, precisa pelo menos ouvir as partes.

Tenho a consciência de ter procedido com correção. Fui ao gabinete do Senador Odacir Soares, procurei a Chefe de Gabinete em sua residência, fui à residência do Senador Odacir Soares. Em todos os lugares, toquei a campainha, procurei as pessoas de forma civilizada, ainda que persistentemente. Também telefonei ao Senador Odacir Soares em todos os lugares onde poderia estar. A informação, porém, só veio muito tarde.

S. Ex^a quer cassar meu mandato por isso.

Mas o fato de ter havido demora, por interesses políticos, de divulgar o documento merece a consideração do Conselho de Ética e da Mesa. Gostaria de obter uma resposta sobre isso.

Sr. Presidente, a revelação feita nos últimos três dias nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* indicam que é imprescindível que a Comissão Parlamentar de Inqué-

rito dos Títulos Públicos ouça o Secretário de Finanças, Celso Pitta, hoje Prefeito de São Paulo. É preciso que também ouça – e esse é meu requerimento –, para contraste do exame da matéria, o Secretário de Finanças anterior, Amir Khair.

Gostaria, para completar, Sr. Presidente, de dizer que está tramitando uma solicitação relativa ao pedido de Emissão de Letras Financeiras do Município de São Paulo, para o giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997.

O valor da operação atinge R\$415.844,000, tendo o Banco Central recomendado o resgate de 8,4%, tornando-se por referência o limite de endividamento fixado pela Resolução nº 69, de 1995.

Fiz um requerimento ao Banco Central, pela Comissão de Assuntos Econômicos, para obter informações mais completas sobre isso. O Presidente Gustavo Loyola disse-me que ainda hoje chegariam as informações. Estou aguardando as informações para a decisão desse caso, que se relaciona com o assunto que a CPI dos Títulos Públicos está examinando.

Era o que gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Senador Eduardo Suplicy, como a matéria foi encaminhada ao Conselho de Ética, cabe ao Conselho de Ética definir-se a respeito. O que a Mesa pode fazer neste momento é encaminhar mais uma vez a solicitação de V. Ex^a ao Conselho de Ética.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeço, Sr. Presidente, se o fizer, com a recomendação ao Presidente, Senador Casildo Maldaner, que examine a matéria após ouvir as partes.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero comunicar uma decisão tomada por uma resolução do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro, no dia de ontem, que considero de muita importância.

Antes, entretanto, quero registrar que nos dias 30 e 31 de janeiro o Partido Socialista Brasileiro reuniu, aqui em Brasília, seus prefeitos e vice-prefeitos eleitos em todo o País. O PSB elegeu 161 prefeitos e cerca de 180 vice-prefeitos, além de toda a Direção Nacional do Partido.

Durante dois dias foram debatidos temas de grande importância. Destaco, entre eles: a política de geração de emprego a ser promovida pelos prefeitos eleitos juntamente com a comunidade local; a questão da saúde, assunto amplamente debatido, chegando-se à decisão de que todos os prefeitos e

vice-prefeitos do PSB deveriam trabalhar para que a saúde fosse municipalizada e que cada município deste País assumisse para si a responsabilidade da saúde, evidentemente cobrando ao Ministério da Saúde pelos atendimentos, diminuindo todos os recursos que hoje estão sendo destinados a clínicas, hospitais e laboratórios particulares e que o próprio município, com a direção desses hospitais e dos laboratórios, pudesse trazer para si o atendimento que o SUS hoje encaminha para essas entidades privadas. Além do mais, recebemos experiência de autoridades de Cuba que vieram mostrar como funciona o sistema de prevenção naquele país, principalmente na questão da saúde familiar, a formação de equipes para atender à família.

O terceiro tema foi o amplo debate sobre como tomar o orçamento municipal participativo. Falou-se sobre as formas, as experiências que se tem nesse campo para que o orçamento do município seja elaborado com a participação da população, das entidades organizadas, dos sindicatos, enfim, de toda a comunidade, com participação inclusive da Câmara. Experiências riquíssimas foram transmitidas naquele encontro realizado na sexta-feira e sábado passados.

No domingo, o Diretório Nacional do Partido, portanto, a instância maior de direção partidária, se reuniu para discutir, entre outras coisas, a questão da reeleição. Foi realmente uma situação muito grave para nós do Partido Socialista Brasileiro, cuja base inteira combate a reeleição na forma como está, assistimos a sete Deputados federais votarem a favor da reeleição. Foi lamentável, inclusive, a condução do Líder da Bancada, Deputado Fernando Lyra, que, da tribuna da Câmara Federal, manifestou a sua posição dizendo que a Direção Nacional do Partido havia comunicado que era contra a reeleição, mas como não havia fechado questão ele votaria favoravelmente à reeleição, por convicção própria.

Houve uma revolta generalizada por parte de todas as bases partidárias do PSB em todo o Brasil. A atitude desses Parlamentares foi condenada. Em consequência da posição tomada pelo Partido, foi tirada ontem a seguinte nota, que faço questão de registrar nos Anais do Senado Federal.

"Resolução do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro quanto à emenda constitucional da reeleição

O Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro decide:

1. Reafirmar a posição partidária contrária ao projeto de reeleição da forma caustica que se reveste.

2. Considerando a forma de encaminhamento da posição partidária quando da votação da emenda da reeleição pela atual liderança da Bancada Federal do PSB, determinar à Bancada Federal do Partido que, imediatamente, escolha novo Líder, comprometido com a condução e defesa da posição partidária no seio da Bancada.

3. Reiterar à Bancada que cumpra, quando da votação da emenda em segundo turno, a presente resolução partidária, aprovada pelo órgão máximo de direção partidária.

4. Incumbir a Comissão Executiva Nacional de convocar a Bancada Federal para buscar a unificação de sua posição frente à votação em segundo turno, relativamente à emenda que permite a reeleição.

Miguel Arraes.

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro"

Sr. Presidente, devo registrar que houve, no seio do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro, uma manifestação mais radical que defendeu, inclusive, o fechamento de questão da reeleição.

Preocupa-nos que essa manifestação, por mais claramente que dê para a sociedade a posição política do Partido Socialista Brasileiro, ainda permita espaço para que algum Deputado venha a contrariar a vontade do seu Partido.

Também houve uma proposta no sentido de que a questão fosse fechada. Houve uma votação, e, infelizmente, essa proposta que acabo de ler venceu por 20 votos contra 13 a posição que defendia o fechamento de questão, havendo uma abstenção.

Espero que a decisão do Diretório Nacional do meu Partido tenha sido pensada, e que a ação da Executiva Nacional se dê no sentido de fazer com que os Deputados Federais da nossa Bancada efetivamente votem de acordo com a vontade do Partido, votem contra essa reeleição, que, no nosso entendimento, nada mais é do que um processo de continismo da atual política do Presidente Fernando Henrique Cardoso; uma política de enfraquecimento do poder do Estado, uma política que, no futuro, as pessoas haverão de ver que fará um enorme mal a este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

V. Ex^a dispõe de 13 minutos para a sua fala, quando estará concluído o tempo da sessão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas pretendo fazer um registro neste momento em que o Senado debate a questão dos títulos públicos utilizados para pagamento de precatórios, sendo inclusive esse tema objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não poderia deixar de registrar, nesta oportunidade, de maneira enfática, sublinhando esse posicionamento, o quanto se torna importante também que o Senado se volte para um projeto de lei que está tramitando na Casa, mais precisamente na Comissão de Assuntos Econômicos, qual seja, o da Lei Complementar de Reforma do Sistema Financeiro.

Faço-o, Sr. Presidente, não só porque sou Relator da matéria, mas, principalmente, porque vejo, a cada dia que passa, a enorme necessidade, o quanto é indispensável reformularmos a legislação e, no mínimo, se não a alterarmos em profundidade, pelo menos aprofundarmos o debate em torno das questões estruturais das quais ela trata.

Sr. Presidente, a cada passo, a cada nova situação, o Senado se vê a braços com problemas que ele só enfrenta tardiamente, a cada passo o Senado se vê diante de situações que são geradas justamente para suas limitações institucionais. Passada esta fase de fascínio e fixação em torno da emenda da reeleição – creio ser algo mais ou menos assimilado, do ponto de vista político-institucional, não só pela Casa, mas por toda a opinião pública –, penso ser o momento de nos voltarmos para esses temas que aparentemente não têm o mesmo atrativo emocional e a mesma capacidade de obter os destaques e as manchetes jornalísticas em suas primeiras páginas, mas são temas que, seguramente, determinam um País mais civilizado, mais equilibrado, com instituições mais sérias e confiáveis; e, portanto, um Congresso mais capacitado a exercer sadias influências sobre essas instituições.

Sr. Presidente, refiro-me à Lei de Reforma do Sistema Financeiro. Há um capítulo que trata exatamente da tarefa básica de fiscalização, sendo feita a partir do Banco Central ou do Ministério da Fazenda. Há, inclusive, um trabalho alentado, sério, criterioso, elaborado pelo Senador Vilson Kleinübing, que nos foi apresentado e está sendo estudado pela Relatoria. O importante nisso tudo é sabermos estabelecer um foco, um caminho, uma orientação e modificarmos em profundidade a atual estrutura, já que há problemas sérios quanto ao Banco Central, fiscalização das instituições financeiras privadas e quanto ao papel do Ministério da Fazenda nessa questão.

Na proposta Kleinübing, a tarefa de fiscalização transfere-se, Sr. Presidente, do Banco Central para o Ministério da Fazenda, tentando com isso modificar institucionalmente o centro nervoso da fiscalização do sistema financeiro.

Creio que esta proposta deve ser analisada, estudada, avaliada em profundidade, mesmo que venhamos a rejeitá-la e mantenhamos a atual estrutura institucional, que capacita e habilita o Banco Central às tarefas de fiscalização. Mesmo assim, Sr. Presidente, creio que não podemos fugir, recusar este debate tão importante neste momento: mudar as relações institucionais do Senado com o Banco Central, para que elas se dêem em clima de muito maior confiança mútua, mas também e em muito maior compasso de fiscalização recíproca, para que se possa ter tranqüilidade, elementos consistentes a cada passo que o Senado dá ao aprovar emissão de títulos – o que fazemos quase que diariamente, quase que semanalmente nesta Casa – e possamos fazer com integral confiança, com a mais absoluta serenidade, sabendo que há entre o Banco Central e o Senado, uma relação de interdependência e de confiança que faz parte da natureza das duas instituições.

Portanto, no momento em que se trata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito corriqueira e cotidiana neste Senado, como a aprovação de Emissão de Títulos – ou para simples rolagem, ou para o pagamento de precatórios – deve-se mudar também essas relações institucionais, através de uma reforma do sistema financeiro, ou mesmo pela aprovação da nova lei complementar, exigida pela Constituição Federal. Creio que essa atitude deverá ser uma tarefa urgente e básica desta Casa.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Os Srs. Senadores Casildo Maldaner e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s. serão atendidos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a saúde no Brasil, em 1996, atingiu "o fundo do poço", segundo palavras do atual Ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque.

Não é preciso ser Ministro da Saúde para fazer essa constatação. Qualquer brasileiro que abra um jornal de grande circulação ou assista aos noticiários das emissoras de televisão se dá conta de que a situação da saúde pública é caótica em nosso País.

Uma rápida análise da execução orçamentária dos últimos anos deixa evidente que a saúde só é

considerada prioritária nos discursos oficiais, não tendo, na prática, merecido a necessária atenção dos nossos governantes.

Entre 1990 e 1992, os gastos com saúde foram reduzidos à metade, e a recuperação conseguida em 1993 e 1994 não foi suficiente sequer para que voltássemos ao patamar de 1989, ano em que o gasto federal per capita correspondeu a setenta e sete vírgula oito dólares.

Segundo dados do próprio Ministério da Saúde, em 1995, esse valor melhorou, subindo para noventa e seis dólares e noventa e sete centavos, mas, infelizmente, voltou a cair sete vírgula seis por cento, em 1996.

No ano passado, portanto, o valor investido por habitante, pelo Governo Federal, foi de apenas oitenta e oito dólares e setenta centavos, e as consequências todos nós bem conhecemos, pois tragédias como as de Caruaru, no Pernambuco; da Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro; dos recém-nascidos, no Ceará e em outros Estados, ainda estão vivas na nossa memória.

Felizmente, Srs e Srs. Senadores, a situação da saúde, em 1997, parece ter perspectivas melhores.

Graças à cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira CPMF, o Governo Federal manifestou a esperança de que o gasto per capita volte a crescer, em 1997, pois, neste ano, estima-se que a dotação do Ministério da Saúde ganhe um reforço de cerca de cinco bilhões de reais para o sistema de saúde brasileiro, chegando a um total de vinte bilhões e duzentos milhões de reais, correspondentes a quatro vírgula sete por cento do total geral dos recursos orçamentários da União.

Eu disse que as perspectivas parecem melhores por uma razão muito simples, Sr. Presidente. Nada nos garante que os recursos da CPMF, que passa a ser cobrada a partir do dia 23 de janeiro, serão integralmente destinados ao financiamento das ações e serviços de saúde, como determina a norma que a instituiu.

Como todos nós sabemos, nos últimos anos, tem havido alguns desvios de recursos que vêm prejudicando enormemente a atuação do Ministério da Saúde, impedindo que a população brasileira possa ter o atendimento à saúde que a Constituição Federal garante.

Recursos federais da saúde têm sido indevidamente direcionados para o pagamento de encargos previdenciários dos inativos da União e para a ma-

nutenção da máquina administrativa, quando essas despesas deveriam ser feitas inteiramente pelo Tesouro Nacional.

Além disso, parte dos bens da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS e da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas CSL, que deveria ser aplicada na área da saúde, tem sido usada para minimizar a dívida pública.

Em 1995, por exemplo, dos sessenta e cinco bilhões de reais arrecadados pela COFINS, a saúde só recebeu doze bilhões e oitocentos milhões de reais.

O que ocorre, na realidade, é que a seguridade social brasileira está sendo refém do pagamento da dívida pública, Sr^{as}s e Srs. Senadores. Recursos do Orçamento Fiscal da União que deveriam estar à disposição da Seguridade Social para o pagamento de pessoal e manutenção da máquina administrativa não estão sendo aportados às áreas de saúde, previdência e assistência social.

Devido ao não repasse desses recursos do Orçamento Fiscal, os recursos oriundos de contribuições sociais, que deveriam ser totalmente destinados ao financiamento de ações de assistência social (saúde, assistência e previdência), estão sendo indevidamente utilizados para cobrir gastos a que não se destinam.

Não bastasse todos esses problemas, há também um outro agravante, que é do conhecimento de todos nós. Trinta por cento dos recursos do orçamento da Seguridade Social, as chamadas "receitas previdenciárias", que deveriam integrar a receita do Ministério da Saúde, deixaram de ser repassadas a partir da gestão do Ministro Antônio Britto no Ministério da Previdência e Assistência Social, com a cônivência das autoridades da área econômica.

A realidade vem demonstrando que, nos últimos tempos, os gastos sociais não têm sido considerados prioritários. As despesas com a área social têm sido comprimidas ao máximo para propiciar recursos para a salvação de bancos falidos e pagamentos das dívidas interna e externa.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é o temor de que os recursos arrecadados pela CPMF não sejam devidamente aplicados que me leva a ocupar, na tarde de hoje, a tribuna desta Casa.

A Lei nº 9.311, que instituiu a CPMF, prevê em seu art. 18 e parágrafo único, que sua arrecadação deverá ser integralmente destinada "ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde", sendo " vedada a utilização dos recursos arrecadados com sua aplicação em paga-

mento de serviços prestados pelas instituições hospitalares com finalidade lucrativa".

Acontece, porém, que tem sido veiculada pela imprensa a notícia de que parte dos recursos da CPMF seria destinada ao pagamento de dívidas do Ministério da Saúde com o Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, o que contraria a lei.

Não se trata de mera notícia de jornal, Sr. Presidente. Segundo o item 9 do texto do parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 8 de 1996, do Congresso Nacional, elaborado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, vinte e cinco por cento do valor estimado da receita da CPMF se destinaria ao pagamento dessa dívida com o FAT, em frontal desacordo com o disposto na Emenda Constitucional, que vincula a aplicação de tais recursos integralmente às ações de saúde e não ao pagamento de contas atrasadas com os hospitalares particulares.

Tudo leva a crer que haverá essa perda de recursos pois, curiosamente, nos últimos tempos, como demonstra o artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo sob o título "CPMF não é solução", o novo Ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, e o Secretário-Executivo do Ministério, Barjas Negri, vêm afirmando que, mesmo com a complementação orçamentária proveniente da CPMF, haverá, em 1997, escassez de verbas federais para o setor e que a CPMF pouco representaria para eliminar as dramáticas carências do sistema.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é preciso mudar a lógica do uso das verbas do Ministério da Saúde. Deve-se buscar a utilização eficiente dos poucos recursos com que o conjunto da população brasileira contribui para a preservação da saúde, que é um direito do nosso povo.

É preciso que se formule uma política nacional de saúde com ênfase nas medidas profiláticas, priorizando a saúde e não a doença, minimizando as despesas com internações hospitalares.

No caos em que o setor se encontra, atualmente, ou "no fundo do poço", como disse o atual Ministro, há que se buscar uma fonte permanente de recursos para a saúde, que deve ser financiada primordialmente com recursos advindos do orçamento fiscal, sem depender de um mecanismo temporário de arrecadação como a CPMF.

Os problemas são muitos e graves. A rede hospitalar pública está sucateada, os equipamentos em péssimo estado de conservação, os profissionais de saúde, altamente especializados e que constituem um elemento importantíssimo na prestação de serviços à população, estão sendo desvalorizados e

remunerados abaixo de um padrão mínimo de dignidade, as condições sanitárias do País estão péssimas contribuindo para a permanência de doenças infecciosas e parasitárias que vitimam anualmente milhares de cidadãos brasileiros.

Nos últimos dias, por exemplo, as populações de três Estados da Federação, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estão vivendo o drama de poderem contrair leptospirose, uma doença diretamente decorrente da situação sócio-econômica da população e das péssimas condições de saneamento básico dos locais em que vivem as camadas menos favorecidas da sociedade brasileira.

A leptospirose é causada pela bactéria leptospira e seu principal hospedeiro é o rato, encontrado em abundância em locais sem saneamento, nos lixões das periferias das cidades, próximos dos locais habitados pelas populações mais pobres. Os ratos expelem a bactéria pela urina e contaminam a água dos bueiros, dos córregos, dos rios que transbordam inundando ruas e casas. Os seres humanos podem então contaminar-se através do contato direto da pele e das mucosas com a água infectada e contrair essa doença, que, em casos graves, atinge rins e pulmões, podendo causar hemorragias e levar à morte.

Sr. Presidente, as precárias condições sanitárias da maior parte das cidades brasileiras fazem com que, todos os anos, no período das chuvas, haja um aumento significativo de casos de leptospirose, do norte ao sul do País. Entre 1985 e 1996, o número de casos divulgados variou de quinhentos e noventa e quatro a quatro mil e noventa e nove, sendo que dez por cento das pessoas contaminadas foram a óbito.

As populações das áreas atingidas têm sido alertadas em relação aos riscos de contaminação e aos sintomas da leptospirose, pois a manifestação da doença pode ocorrer até vinte dias após o contágio. Há também necessidade de limpeza das casas atingidas pelas águas e cuidados com a preparação de alimentos e desinfecção com hipoclorito de sódio.

A ocorrência de leptospirose está diretamente associada ao problema de falta de saneamento, de não tratamento adequado do lixo e de controle de roedores, e é um reflexo das péssimas condições sanitárias do País.

Esse problema requer uma série de medidas de longo prazo e não soluções paliativas como a liberação de verbas para ações emergenciais de defesa civil, como as feitas recentemente pelo Presidente da República para os três Estados atingidos.

É preciso que cada Região e cada Município tenham centros de controle de zoonoses e que esses centros sejam dotados de recursos financeiros e humanos durante o ano inteiro, para poder elaborar programas e implementar ações de saúde de caráter permanente, e evitar a leptospirose e tantas outras doenças infecciosas e parasitárias que ocorrem em nosso País.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao concluir meu pronunciamento, não poderia deixar de lamentar profundamente o fato de que o caos em que se encontra a saúde brasileira prejudica principalmente os segmentos menos privilegiados de nossa sociedade. A distribuição epidemiológica de várias doenças revela que elas atingem de forma quase absoluta a nossa população mais pobre.

É preciso dar um basta a essa situação tão injusta. Urge priorizar concretamente a saúde e melhorar as condições de vida dos segmentos sociais que estão excluídos do processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

A saúde brasileira precisa sair do caos. Os recursos legalmente destinados ao Ministério da Saúde não podem mais ser desviados para outros fins. O Tesouro Nacional deve arcar com sua parte no pagamento de pessoal e da máquina administrativa do Ministério.

É neste momento em que os recursos do orçamento da saúde passarão a contar com a arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que quero conelamá-los, Srs e Srs. Senadores, a unir nossas forças e a lutar para impedir que as dívidas anteriores do Ministério da Saúde com o FAT sejam pagas com os recursos da CPMF.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, dia 24 de janeiro passado, participei em Fortaleza, no Ceará, do encerramento do Ciclo de Debates Sobre Interiorização do Desenvolvimento do Ceará – I INTER-CEARÁ; atendendo a convite da Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas do Ceará. Ali seriam debatidas questões relativas à região do Cariri.

Tendo debatido permanentemente, aqui, no Congresso Nacional, em defesa da interiorização do desenvolvimento, porque não se pode conceber um Estado com um desequilíbrio econômico tão forte como o Ceará. Para exemplificar, sua Região Metropolitana, que ocupa apenas 2,6% do território, concentra cerca de 36% de sua população, consegue absorver mais de 56% do PIB estadual e quase 82% da renda interna.

Acredito, também, que esse convite para traçar um breve perfil da região do Cariri, nesta solenidade de encerramento, esteja ligado a um trabalho que venho desenvolvendo no Congresso Nacional e que consubstância em um projeto de lei destinado a proteger, da extração predatória, um patrimônio histórico e cultural, que são os fósseis dessa região.

Por tudo isso, digo que é mais uma prova que as comunidades do Ceará estão se conscientizando de que o governo não pode tudo. Que ela também tem que tomar atitudes para mostrar o caminho, fazer parcerias, enfim viabilizar o desenvolvimento.

O Cariri necessita de um esforço diferenciado, porque sempre foi uma região de peso político, cultural e econômico muito forte. Abrigou heróis como Bárbara de Alencar, escritores renomados, conservando na legendária figura do Padre Cícero, uma referência espiritual muito forte, desencadeando um dos maiores fenômenos turísticos de massa do Brasil: as romarias de Juazeiro do Norte.

Além disso, devido à sua importância econômica em função de suas potencialidades naturais, num passado recente, foi pioneira tendo adotado um processo de industrialização ordenado, por iniciativa da Universidade Federal da Califórnia em convênio com a Universidade Federal do Ceará, através do Projeto Azimov.

Não nos cabe aqui analisar as causas do insucesso desse projeto que, sem dúvida, deixou um embrião de mão-de-obra qualificada e de empresários, potencialmente, empreendedores.

O fato é que, em razão de várias causas, não podemos deixar de reconhecer que essa região vem sofrendo um esvaziamento político e econômico, que tem se refletido, inclusive, na auto-estima de sua população. E isso não pode continuar, pois o desenvolvimento equilibrado do Ceará será capenga se a região fronteiriça, sobretudo em um dos vales mais férteis do Estado, não for desenvolvida.

E naquela região, em verdade, existem muito mais oportunidades do que ameaças.

É importante registrar que o Cariri, composto de 26 municípios, circundado pela Chapada do Araripe e pelos Estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba, abriga uma população superior a 700 mil habitantes, quase 11% do total estadual, cujo mercado potencial nenhum agente econômico deverá desprezar.

Seus solos são sedimentares profundos, de abundantes mananciais de águas subterrâneas. Existe uma universidade, atualmente passando por um novo momento, no sentido de criar uma elite diri-

gente capacitada para dirigir as atividades econômicas típicas da região.

Todo esse clima de efervescência que se observa, isso, a meu ver, é um "caldo cultural", muito interessante para a retomada de um processo de desenvolvimento da região.

Gostaria de reiterar que o Governador Tasso Jereissati, já tem canalizado, para a Região do Cariri, uma série de indústrias, a exemplo da Grendene, instalada na cidade do Crato, que gera 1200 empregos. Recentemente foi assinado mais um termo de compromisso para instalação de uma indústria voltada para produção de equipamentos industriais do ramo de panificação.

Paralelamente a esse esforço, o Governo Estadual deverá carrear recursos através da implantação dos programas estruturantes dirigidos para a região, como é o caso do Programa de Turismo, que incentivará o turismo religioso, ecológico e o turismo cultural-científico. O Prourb, que já promoveu importantes investimentos nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato através do saneamento básico. O Projeto São José que, apesar de ser um Programa mais de cunho assistencial, de certa maneira contribuirá no sentido de que as comunidades estejam preparadas para um crescimento posterior da região.

Dentro dessa macrovisão, estarei sempre atento às discussões que se seguirão no Congresso Nacional, como tenho pautado minha linha de atuação pela quebra desse desequilíbrio econômico, continuando a envidar os meus melhores esforços, para encaminhar e propor, em tempo hábil, os projetos prioritários que deverão contribuir para o desenvolvimento da região do Cariri.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – A Presidência lembra ao Plenário que está convocada sessão deliberativa, extraordinária, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

OFÍCIO Nº S/5, DE 199

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, II, d, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Ofício nº S/5, de 1997, através do qual o Banco Central encaminha solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso para que possa realizar emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso – LFTEMT, cujos recursos serão desti-

nados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 2 -

OFÍCIO Nº S/13, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 114, de 1997 – art. 336, b)

Ofício nº S/13, de 1997, através do qual o Banco Central do Brasil encaminha solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, no sentido que sejam retificadas as alíneas a, d e e do artigo 2º da Resolução nº 107, de 1996, que autorizou o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 3 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 115, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 56, de 1997), que autoriza o Município do Rio de Janeiro a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-RIO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 111, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1996 (nº 313/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes, assinado em Madri, em 15 de dezembro de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 36, de 1997, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- 5 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1997 (apresentado pela Comissão

de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 8, de 1997), que autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Atas de Entendimentos de 19 de setembro de 1989, de 15 de abril de 1994, e de 12 de dezembro de 1995.

- 6 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1997), que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar temporariamente os limites fixados nos arts. 3º e 4º, inciso II, da Resolução nº 69, de 1995, e a assumir as dívidas da extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso – COHAB/MT junto à Caixa Econômica Federal.

- 7 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1997), que autoriza o Município de Mogi Guaçu – SP a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de seiscentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais, no âmbito do Programa PRÓ-MORADIA.

- 8 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 14, de 1997), que autoriza a Prefeitura Municipal de São João do Meriti (RJ) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ – no valor total de dois milhões novecentos e noventa e sete mil e setecentos e quarenta reais, cujos recursos serão destinados à execução de obras de saneamento, drenagem e pavimentação de ruas.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h25min)

ATA DA 25^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 1997**(Publicada no DSF, de 31 de janeiro de 1997)****RETIFICAÇÃO**Na página 03587, 1^a coluna:**Onde se lê**

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 112, de 1997, de urgência, lido no Expediente, de autoria do nobre Senador Joel de Hollanda e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a homenagear o Centenário da Academia Brasileira de Letras.

Leia-se

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 112, de 1997, lido no Expediente, de autoria do nobre Senador Joel de Hollanda e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a homenagear o Centenário da Academia Brasileira de Letras.

**ATA DA 3^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA
REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 1997**

Às dez horas do dia trinta de janeiro de hum mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Júlio Campos, Segundo Vice-Presidente; Renan Calheiros, Segundo-Secretário; Levy Dias, Terceiro-Secretário; Ernandes Amorim, Quarto-Secretário e o suplente Ney Suassuna. Iniciando os trabalhos passaram ao exame dos itens da pauta desta reunião. Item 01: Requerimento nº. 90, de 1997, do Senador Francisco Escórcio, no qual solicita a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Os Jornalistas da República - Rui Barbosa, Carlos Lacerda, Barbosa Lima Sobrinho", de autoria do jornalista Hélio Fernandes, publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 21.01.97. Aprovado. Item 02: Documentação na qual os membros da Bancada dos

Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul solicitam autorização para a reedição da obra "Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso", a ser distribuída aos Centros de Ensino, Históricos, Bibliotecas e outras entidades naqueles Estados. Aprovado. Item 03: Recurso à decisão proferida pela Subsecretaria de Administração de Pessoal, referente ao restabelecimento de parcela salarial que vinha compondo seus proventos até outubro de 1995, solicitada pela servidora Maria Aparecida Santos Pereira. Parecer da Advocacia do Senado Federal no sentido de que o desconto deva ser restrinido a quintos, e não à opção pela FC-08. Aprovado. Item 04: Encaminhamento do "Programa Anual de Trabalho" da Consultoria Legislativa, referente ao ano de 1997. Aprovado. Item 05: Ratificação do Ato do Conselho de Supervisão nº 01/97, que depois de assinado vai à publicação. Item 06: Proposta de Ato da Comissão Diretora que "dispõe sobre a autonomia da Secretaria Especial de Editoração e Publicação". Aprovado. Proposta para criação de dois encarregados para os blocos "C" e "D" da SQS 309, por aditamento a contrato de limpeza e conservação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, *(Assinatura)* (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1997

Chamy
Senador JÚLIO CAMPOS
Segundo Vice-Presidente,
no exercício da Presidência

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 05, DE 1997**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e pelo artigo 15, da Resolução nº 009, de 1997,

R E S O L V E exonerar, a pedido, DÉBORA VAINER BARENBOIM, do cargo, em comissão, de Chefe do Cerimonial da Presidência, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 3 de fevereiro de 1997.

José Sarney
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 78 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7.º, § 2.º, da Resolução n.º 42, de 1993,

R E S O L V E exonerar FRANCISCO BRANCO DE ALMEIDA FILHO, Matrícula nº 4462, do cargo de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Epitácio Cafeteira, e nomeá-lo para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 03 de fevereiro de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 79 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1117/97-1,

RESOLVE designar a servidora do CEGRAF, SONIA MARIA CINTRA, matrícula 1696, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador João Rocha, com efeitos financeiros a partir de 23 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 03 de fevereiro de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 80, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1259/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora do PRODASEN, MARIA VERÔNICA DE SABOYA LA ROCCA ROCHA MIRANDA, matrícula 176, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 27 de janeiro de 1997, e lotá-la no Gabinete da Senadora Junia Marise a partir da mesma data.

Senado Federal, 3 de fevereiro de 1997.



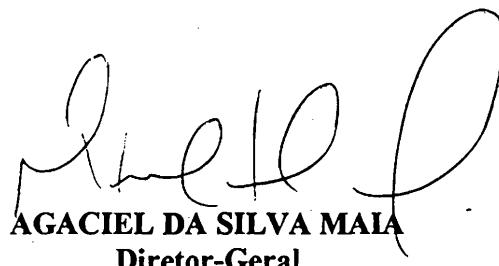
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 81, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1259/97-0,

RESOLVE designar a servidora do PRODASEN, MARIA VERÔNICA DE SABOYA LA ROCCA ROCHA MIRANDA, matrícula 176, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete da Senadora Junia Marise, com efeitos financeiros a partir de 27 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 3 de fevereiro de 1997.



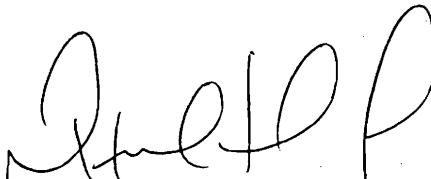
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 82, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 318/97-3, deferido pelo Presidente do Senado Federal,

RESOLVE dispensar a servidora do CEGRAF, LUCÍOLA MUNHOZ SALÉH GUIMARÃES, matrícula 1637, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador João França, com efeitos financeiros a partir de 09 de janeiro de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 3 de fevereiro de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 83, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 318/97-3, deferido pelo Presidente do Senado Federal,

RESOLVE designar a servidora do CEGRAF, LUCÍOLA MUNHOZ SALÉH GUIMARÃES, matrícula 1637, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador João França, com efeitos financeiros a partir de 09 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 3 de fevereiro de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 84, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 319/97-0, deferido pelo Primeiro-Secretário,

RESOLVE dispensar a servidora do CEGRAF, ROSIENE DE OLIVEIRA ROCHA GOMES, matrícula 1518, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador João França, com efeitos financeiros a partir de 09 de janeiro de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 3 de fevereiro de 1997.



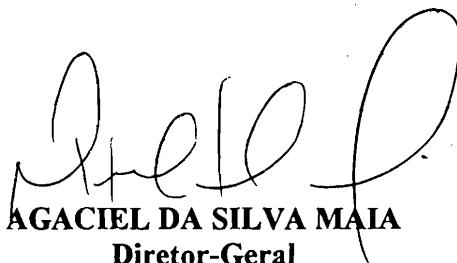
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 85, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 319/97-0, deferido pelo Primeiro-Secretário,

RESOLVE designar a servidora do CEGRAF, ROSIENE DE OLIVEIRA ROCHA GOMES, matrícula 1518, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador João França, com efeitos financeiros a partir de 09 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 3 de fevereiro de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA
 Presidente
 José Samey – PMDB – AP
 1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL
 2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT
 1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO
 2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL
 3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS
 4º Secretário
 Emandes Amorim – PMDB – RO
 Suplentes de Secretário
 Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Ney Suassuna – PMDB – PB
 Emilia Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Omelas – PFL – BA
 Emilia Fernandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
 Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
 José Roberto Aruda – PSDB – DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
 Jáder Barbalho

Vice-Líderes
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
 Hugo Napoleão

Vice-Líderes
 Edison Lobão

Francelino Pereira
 Joel de Holanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
 Sérgio Machado

Vice-Líderes
 Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
 Epitacio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
 Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder
 Júnia Marise

Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
 Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPIRIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605**

**SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-ESPIRIDIÃO AMIN	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO
----------------------	------------	--------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

IRIS REZENDE	G0-2031/37	1- VAGO
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO

PSDB

JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA
BENI VERAS	CE-3242/43	4-VAGO

PPB

ESPIRIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA
		MA-4073/74

PT

JOSE EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA
		RJ-2171/77

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
		PR-4059/60

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE
		MG-4751/52

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE
		PA-2101/02

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LÚCIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PTB	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
------------------	--------------	----------------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	--------------	--------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057
----------------	--------------	--------------	--------------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47

PSDB

GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
--------------------	------------	----------------------	------------

PT

BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
-------------------	------------	----------------	------------

PTB

EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
------------------	------------	------------------	------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
-----------------	------------	-----------------	------------

PSB / PPS

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	------------------------	------------

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)****(Designada em 25-4-95)****Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN****Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES**

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaça Casildo Maldaner	Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
	PFL
Vilson Kleintübing Romero Jucá	Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PPB
Esperidião Amin	
	PTB
Emilia Fernandes	

Osmar Dias²**PP****PT**Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
	PMDB
Paulo Ritzel Valdir Colatto	Elias Abrahão Rivaldo Macari
	PSDB
Franco Montoro	Yeda Crusius
	PPB
Fetter Júnior ³ ⁴	João Pizzolatti
	PP
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
	PT
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.² Filiado ao PSDB em 22-6-95.³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emandas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS